

REVISTA

—DO—

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO

ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ano 1961/63

N.º 22/24

REVISTA

—DO—

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO

ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ano 1961/63

N.º 22/24

REVISTA
—DO—
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

AFONSO CLAUDIO

Nelson Abel de Almeida

— Oração pronunciada, na Faculdade de Direito do Espírito Santo, durante a semana dedicada ao centenário de Afonso Cláudio —

Jamais me passou pela memória vir, um dia, ocupar esta tribuna, tanta e tanta vêz, enaltecida por ilustres juristas, por ilustres e eminentes professores.

Mas o impossível acontece e, um distinto acadêmico desta veneranda e tradicional Faculdade de Direito — Mário Gomez de Castro insigne presidente do Centro Acadêmico Heráclito Amâncio Pereira, entendeu de me confundir, conduzindo-me até aqui, até esta posição destacada para, efetivamente, participar, com os moços, das comemorações que, neste mês de Agôsto, estão sendo realizadas ao ensêjo do primeiro centenário do nascimento do ilustre espírito-santense Afonso Cláudio de Freitas Rosa,, figura singular de jurista, de literato, magistrado, etnólogo, historiador, sociólogo, folclorista e político, que tôdas essas atividades intelectuais e sociais foram perlustradas com invulgar capacidade, por êsse nosso sempre admirado, e jamais esquecido conterrâneo.

Crendo, como creio que, da mocidade brasileira, dependem os destinos da Pátria estremecida, convencido que sou de que, aos homens de responsabilidade, cumpre ajudar a essa mocidade, em movimentos que visem preservar as nossas tradições, cultivar a nossa história e reverenciar os nossos antepassados, não demorei em aceder ao convite, sobremodo honroso, que me foi feito e aqui estou, nesta hora plena de emoções, para dizer a esta seleta assistência, humildes e mal alinhavados conceitos sôbre aquêlê capichaba, extraordinário de saber e de bondade, cujo centenário de nascimento se passou a 2 de Agôsto último.

— X —

Foi ali, no município de Santa Leopoldina, na Fazenda de Mangaraí, à beira do rio Santa Maria, sempre evocado pelo Mestre, com uma saudade e uma ternura imensa.

A sua ilustre filha, também sua biógrafa — a Professôra Judith Freitas de Almeida Mello, com simplicidade, mas com amor filial, descreve o sítio onde Afonso Cláudio abriu os olhos, para a vida. E diz-nos:

“a casa grande, avarandada, ficava numa elevação do terreno, dominando as cercanias. Na planície, destacava-se a extensa lavoura de cana e, de um lado e outro da casa, havia fruteiras pojadas de goiabas, araçás, jenipapos, perinhos, ingás... Além, estava a mata cheirosa, onde figuravam belos exemplares de preciosa madeira, de tinada aos mais variados fins. Longe, fóra de alcance visual ficava a plantação de café, também á beira rio, de cultivo incipiente, na região”.

Em um ambiente assim, impregnado daquela paz que emana da natureza simples, viu Afonso Cláudio transcorrer a sua meninice. E então, de quando em quando,

“na senzala, conversava com os escravos, e tinha os seus preferidos, que lhe contavam histórias sem fim, e que vinham de outras gerações, desde as famosas pescarias dos indios, primitivos habitantes da região, os quais usavam como chumbada, nas linhas de pesca, pedaços de ouro! Eram histórias mescladas de realidade e fantasia, que povoavam seus sonhos de rapazi-nho, pelo que de fabuloso encerravam”.

Sem dúvida, dessas conversas com a mãe preta e com o pai João, foi Afonso Cláudio haurir o gôsto, que sempre o empolgou, pelos estudos das nossas tradições, dos nossos costumes, contribuindo para que mais tarde publicasse êle, em 1923, TROVAS E CANTARES CAPICHABAS livro escrito “ao correr da pena”, com o qual “pretendeu, apenas, focalizar o assunto em sua terra natal”.

Hoje, sabe-se, teve a intenção de reeditar TROVAS E CANTARES CAPICHABAS, “imprimindo-lhe mais vigor, como estudo literário, mas não lhe sobrou tempo para reunir os preciosos apontamentos que deixou. Os livros didáticos destinados ao ensino superior (Direito) absorveram-no, por fim”, privando-nos, a nós outros, da felicidade de vermos realizado, para orientação dos estudos folclóricos espírito-santenses, trabalho de tanta magnitude.

Filho do Coronel José Cláudio de Freitas Rosa e de Da. Rosa Cláudio de Freitas Rosa, Afonso Cláudio concluiu o curso de primeiras letras na província pobre, e humilde parte do curso secundário foi estudado no Colégio das Neves, tendo como preceptor o eminente latinista capichaba Manoel Ferreira das Neves. Com catorze anos de idade está êle, neste Estado, cursando o Ateneu Provincial, tendo sido aluno do Professor Aristides Freire, renomado educador espirito-santense.

Curso de Humanidades em ordem, pretendeu o moço Afonso Cláudio ingressar na Escola de Marinha. Não con-

cordou, com a pretensão do filho, o Coronel José Cláudio.

Estava-se, então, no tempo em que a vontade dos filhos se curvava ante a vontade dos pais; e Afonso Cláudio, que poderia, hoje, ter o seu nome inscrito na galeria dos mais notáveis comandantes da nossa gloriosa Marinha de Guerra, atende ao velho fazendeiro, e vai estudar Direito, tendo já 19 anos de idade, seguindo em 1878 para Pernambuco, afim de matricular-se na Faculdade de Direito do Recife.

Ali, na maravilhosa terra recifense, iria Afonso Cláudio assistir a aulas, tendo como condiscípulos Benildo Roméro (irmão de Silvio Roméro), Isaac Reis, Martins Júnior, Cavalcante Melo, Tito de Lemos, Aristides Morres, Clóvis Bevilacqua, Teófilo Câmara e outros, num total de quarenta. Frequentavam o primeiro ano de Direito, residiam no velho Convento de São Francisco, ocupando as celas que, em tempos idos, teriam sentido o dedilhar das contas dos terços de velhos monges, e penitentes e que, agora, estremeciam, scandalizadas, ante as irreverências acadêmicas.

E êstes quarenta estudantes, do primeiro ano, na Faculdade de Direito de Recife, em 1878, eram todos músicos.

Não faziam, entretanto, bulha ou algazarra com as suas serenatas; não faziam vibrar as flautas e os flautins, nem faziam chorar violinos ou clarinetes.

E eram todos músicos... Sim, eram músicos, pois informa Afonso Cláudio, que **“na gíria recifense, os rapazes que por não terem todos os preparatórios ouviam as aulas do primeiro ano jurídico como simples assistentes, eram chamados músicos”**.

O nosso eminente terrantez, por algum tempo, foi também aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, onde esteve por dois anos. E' que São Paulo era mais próximo do Espírito Santo; Recife, entretanto, não fôra esquecida de todo e, um dia, regressa êle à capital pernambucana, concluindo na velha Faculdade o seu Curso Jurídico.

Mudado fôra, pelo austero Coronel José Cláudio, o destino do jovem Afonso Cláudio; o Brasil perderia um bravo homem do mar; as letras jurídicas nacionais e espírito-santense iriam experimentar tôda a pujança de uma inteligência privilegiada; ilustrados e engrandecidos seriam, pelo talento invulgar, de Afonso Cláudio, agora bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, os mais diversos ramos dos conhecimentos humanos.

Hoje seriam a História e a Sociologia, amanhã seria a Etnografia, logo mais seriam o Direito Internacional Privado, o Direito Romano e o Direito Processual, daqui a pouco seriam o Direito Civil e Constitucional, a Filosofia do Direito, a Crítica Literária.

E, pode-se, agora afirmar — abençoada foi a oposição

feita, pelo Coronel José Cláudio, á vocação militar de Afonso Cláudio.

E teria, realmente, Afonso Cláudio vocação militar?

— X —

Não esqueço que, pelo officio convite que me foi enviado, em 17 de Julho do corrente ano, pelos ilustres académicos, responsáveis pelo Centro Académico Heráclito Amâncio Pereira, cumpre-me proferir **“uma pequena conferência sobre a personalidade e obra de Afonso Cláudio”**.

Acedi ao convite e só neste momento, acode-me pensar no tẽma que me foi proposto. E ocorre-me perguntar: seria possível, em pequena palestra, tratar-se da obra vastíssima, de Afonso Cláudio? Não, é a resposta. E acrescento — em pequena conferência não se estudará a personalidade e obra de Afonso Cláudio, porque as entidades culturais de Vitória, lideradas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e pela Academia Espírito Santense de Letras, tẽm planejado um ciclo de conferências, para este final de ano, nas quais Afonso Cláudio será estudado como historiador, como etnólogo, como sociólogo, como jurista, como professor de Direito Romano, como folclorista, como político, como abolicionista, como literato e crítico literário.

Basta isso, para ficar eu convencido de não ser possível, em pequena palestra, examinar a personalidade de Afonso Cláudio e a sua obra, que, sem dúvida, constitue um manancial de saber, é um himalaia na vida intelectual do Espírito Santo, é plena de conceitos filosóficos e doutrinaes peculiares á sua época, relacionados com o tempo em que foram expendidos.

Estou, entretanto, na veneranda Faculdade de Direito do Espírito Santo; tentarei levantar, apenas levantar o vão que, delicadamente, oculta o Afonso Cláudio jurista e mestre de Direito.

Como jurista, Afonso Cláudio publicou:

DIREITO PROCESSUAL (Comentário á Lei de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo, de 1892 — Obra contratada com o Govẽro do Estado — Vitória, 1894): Guia do Oficial do Registro Civil (nascimentos, casamentos e óbito). Adquirida pelo Govẽro do Espírito Santo, Edição do Diário da Manhã — Vitória.

DIREITO ROMANO (“Primeiro Volume — Direito das Pessoas — 1916 — Com um prefácio do insigne jurisconsulto Carvalho de Mendonça (M.I.), que considera a obra erudita, profunda, original quanto á análise dos concei-

tos de que trata, sob forma precisa, clara, convincente) Segundo Volume — Direito das Coisas — 1927.
Terceiro Volume — Direito das Sucessões (Inédito).

Da retenção do cadáver do devedor em garantia do direito creditório. Edição de Besnard Frères. Rio de Janeiro 1916 (Tése de Concurso). Do domínio e sua evolução no direito antigo e moderno. Da preferência condominial no Direito Civil Pátrio — 1920.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO — “Da extraterritorialidade das leis reguladoras do Estado e capacidade das pessoas — 1916”.

“Do divórcio e da conversão das sentenças de separação de corpos em dissolução do vínculo matrimonial, na jurisprudência internacional” — 1916.

DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL — Consultas e Pareceres — 1919

Rudimentos sôbre a teoria dos contratos — 1934 (Trabalho dedicado á juventude acadêmica da Faculdade de Direito de Niterói).

Comentários ao Código Civil Brasileiro (Parte Geral) — 1930).

FILOSOFIA DO DIREITO — Gênesis da obrigação jurídica. Do verdadeiro suporte psicológico da obrigação jurídica — 1921.

DIREITO PENAL MILITAR — Dos vários critérios de conceituação do crime militar. E’ conforme aos princípios do Direito Penal moderno, a existência autonômica da jurisdição penal militar?

Deixou, inédito, **COMENTARIOS AO CÓDIGO PENAL MILITAR**.

Como se vê, Mestre Afonso Cláudio, não, aposentado, gozar de uma vida inativa, que êle não sabia ser ocioso, não aprendera a malbaratar o tempo; antes, na doçura do lar feliz, e compreensivo, êle foi mourejar, foi amanhar a inteligência privilegiada e, ela produziu frutos sazonados que, ainda hoje, causam pasmo e conquistam-lhe admiradores.

Mas... para publicar os seus livros, que tropêços teve de arredar Afonso Cláudio. Havia sempre “uma pedra no caminho”; sempre tinha êle que arredar pedra do caminho. E tinha prazer nisso; sentia-se feliz, arredando pedras do seu caminho, pois quem, pela vida, caminha sem encontrar pedras para afastar não vive, não sente a beleza que a vida tem.

E êle dá noticia disso quando, em QUATRO LINHAS EXPLICATIVAS à guiza de prólogo ao seu livro PARECERES E CONSULTAS, assim se manifesta:

“Os escritores brasileiros, na República, constituem a classe que menos influe nos destinos da Nação, seja que o hodierno industrialismo literário preferentemente favorecido e apetecido, precinda do comércio das idéias e das teorias, que em tôda a parte do mundo civilizado, formam a base da cultura social, seja que a monocultura da política tenha empolgado o caráter nacional de tal arte, que o atrofiou para tudo mais que entende com a vida mental de um povo”.

E ainda, sentindo e vivendo a evolução do direito, continua Afonso Cláudio a expender conceitos luminosos, quando afirma:

“a jurisprudência, portanto, tendo de corresponder aos ideais dos dias em que vivemos, deverá suscitar e realmente suscitou, da parte de não poucos brasileiros, o desejo de estudar-lhe os contornos, de esmerilhar em largos debates os têmas que ela sugere cada vez mais complexos, porque derivam de necessidades fatais sempre crecentes.

Não será difícil assinalar entre os jurisconsultos cujos nomes recomendam obras magistrais, um CLÓVIS BEVILAQUA, um MARTINS JUNIOR, um ALMAQUIO DINIZ, um MARTINHO GARCEZ, um EPITÁCIO PESOA um CARVALHO DE MENDONÇA; qual dêles, porém, poudé produzir uma só, cuja remuneração fôsse proporcional, pelo menos, á metade do labor intelectual dispendido?

Nem os livreiros, nem o público querem saber do valor intrinseco dos livros; o de que ambos fazem questão capital, é das proporções e do preço vil na aquisição. Um volume grosso, bem impresso e de bonita capa, raciocinam os primeiros, por certo que há de ser bom; comprado em condições de ministrar lucros na razão de oitenta por cento, ainda será melhor. Quanto ao público, nem há palavras expressivas que traduzam a indiferença e o desdém que o dominam depois que acariciou com a sua predileção a literatura das revistas que estampam insulsos folhetins e detestáveis calungas.

Tal a contingência a que vivem sujeitos os escritores nacionais especialmente os juristas dignos de tal qualificativo, neste recanto do universo”.

Ninguém retrataria melhor, e mais fielmente, o pano-

rama brasileiro, hostil ao escritor e, com especialidade, ao escritor jurista, que era Afonso Cláudio.

Era assim, no ano da graça de 1919; é assim, no ano da graça de 1959; apenas, o problema, agora, está um pouco mais agravado eis que, além “das revistas que estampam insulsos folhetins e detestáveis calungas”, as estações de rádio transmitem lamurientas novelas e irradiam críticas humilhantes, não só aos nunes tutelares da nacionalidade já desaparecidos, como também a varões de Plutarco, de uma respeitabilidade impar, encanecidos e vergados, não tanto ao peso dos anos, mas de tanto trabalharem pela Pátria estremecida.

— X —

Afonso Cláudio começou a sua vida de professor, em 1887 quando foi lecionar Geografia e História Universal, no Ateneu Provincial. E desde então, não parou de ensinar, pois foi também um inexcedível mestre de Direito, quer como advogado, quer como desembargador, quer como catedrático em Niterói.

Prelecionou, e o fez como sábio que era, Direito Romano, Direito Administrativo, Direito Penal Militar, Introdução á Filosofia do Direito e Direito Civil.

Com a passagem, da cadeira de Direito Romano, para o Curso de Doutorado, ficou Afonso Cláudio em disponibilidade. Não podia, entretanto, o mestre insigne permanecer, indefinidamente, afastado da sua Faculdade e da cátedra, que tanto ilustrara, daí porque, em 1933 vai concorrer, por proposta do Dr. Artur Nunes da Silva, à cátedra de Direito Civil, desdobrada em consequência da reforma de 1931. Em face do art. 56, do Dec. 19.851, de 11 de Abril de 1931, o concurso seria de títulos.

Nomeada, pela Congregação da Faculdade de Direito de Niterói, a Comissão para opinar sobre as obras jurídicas de Afonso Cláudio, assim se manifestou ela:

“Exmo. Sr. Dr. Abel Sauerbroon de Azevedo Magalhães, M.D Diretor da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro.

“O Desembargador Afonso Cláudio publicou as seguintes obras de Direito:

I — DIREITO ROMANO. Em dois volumes, versam: o primeiro a teoria das pessoas e o segundo o direito das coisas, onde o estudo é feito comparando o direito romano com o pátrio, concretizado no Código Civil.

Obra composta com elevado critério, clareza, segurança e bom método, obedecendo á melhor doutrina,

acompanhando a evolução dos institutos, mostrando como passaram para o nosso direito, com as adaptações e modificações introduzidas pelo tempo e pela cultura, e como se refletem no Código Civil. E', ao mesmo tempo excelente compêndio de direito romano e direito civil.

II CONSULTAS E PARECERES. São aplicações do direito pátrio a casos ocorrentes, abrangendo vários ramos da ciência jurídica, inclusive o direito civil, em que a competência do autor é vantajosamente documentada.

III — COMENTARIOS AO C6DIGO CIVIL. E' obra didática, referente á matéria suscinta e clara, da doutrina: interpretação precisa dos preceitos legais, apreciações que se impõem pela justiça em que se inspira — são predicados que recomendam este livro á estima dos que estudam o direito.

Pensa a Comissão, pelo que acaba de expor que as obras jurídicas do Desembargador Afonso Cláudio, quer se as considere do ponto de vista geral, quer se as restrinja á observação do campo do direito civil, são de valor civil, são de valor excepcional e, consequentemente, preenchem, perfeitamente, as condições estabelecidas no art. 56 do Dec. 19.851, de 11 de Abril de 1931.

E é de rigorosa justiça acrescentar que o Desembargador Afonso Cláudio possui extensa cultura geral, filosófica, histórica e literária, demonstrada em livros e em outras publicações, porque daí provém realce e prestígio para o professor.

Apresentando o nosso parecer, aproveitamos o ensejo para reiterar a V. Excia. os protestos de perfeita estima e distinta consideração, que temos a honra de consagrar a V. Excia.

(Ass.): CLÓVIS BEVILAQUA (relator)
DOMINGOS DE SOUZA LEÃO
DR. VIRGILIO DE SA' PEREIRA
EUZÉBIO QUEIROZ LIMA
RAMON BENITO ALONSO

Rio de Janeiro, 27 de março de 1933".

Aprovando a douta Congregação da Faculdade o parecer, ora referido, foi Afonso Cláudio investido no cargo de Professor Catedrático de Direito Civil (parte geral e obrigações), da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro.

A sua primeira aula, como catedrático de Direito Civil, foi uma consagração, aos seus méritos de mestre do Direito. Em casa, feliz e austero, sem tolas vaidades, diria: "Os MENINOS, hoje nem me deixaram dar aula...".

Um ano decorrido, depois de ter preparado, como sempre o fazia, a matéria para a primeira prova parcial, que se realizaria na segunda quinzena de julho, o mestre baqueou e, a 16 de Junho, adormece para sempre. Ao sentir-se acometido do mal, sendo socorrido por suas filhas, não as enganou; antes disse-lhes: "Minhas filhas, seu PAI está morto".

Mas Afonso Cláudio apenas adormeceu; para todos êle está vivo, está acordado, está vigilante; e continúa a ensinar, a ministrar as mesmas lições, de bondade e de fé, de austeridade e de idealismo.

E Afonso Cláudio, que um dia, inflamado da santa ira pelo desgoverno que tomava conta do Brasil, escrevera, no **BOSQUEJO BIOGRAFICO DE CLÓVIS BEVILAQUA**, que "o jogo de bicho, o cinematógrafo e o carnaval adquiriram foros de instituições nacionais", é, nos dias que correm, uma bandeira e um guia.

— X —

Aqui, urge que seja colocado um ponto final nesta pequena e humilde palestra que, se não tem a elevação intelectual dos mestres e o esplendor fulgurante das grandes apoteoses, possui, entretanto, o calor de uma grande veneração pela cultura de um homem que, ausentando-se da terra pequenina, distanciando-se do seu querido Espirito Santo, soube torná-lo mais conhecido, mais engrandecido e mais respeitado.

Homens como Afonso Cláudio exemplificam e conduzem, ainda mesmo imobilizados pela morte, que os faz sempre maiores; homens como Afonso Cláudio, mesmo mortos, fazem feliz a sua família, causam o envaidecimento da Pátria e dignificam a humanidade.

AFONSO CLAUDIO

Discurso pronunciado pelo professor Norbertino Bahiense, na inauguração do busto de Afonso Cláudio, na Praça Costa Pereira, no dia 15 de Novembro de 1961.

Estamos no antigo “Largo da Praínha”, da “Conceição”, do “Teatro Melpomene”. Depois veio o nome de “Costa Pereira”, homenageando o bacharel José Fernandes da Costa Pereira Junior que governou a então Província, de março de 1861 a maio de 1863. Um longo período mais de dois anos muito mais do que a média do período governamental do Espírito Santo, de 1822 a 1889, da Independência à República, quando tivemos nada menos de 97 governadores, cabendo a cada um a média de 252 dias de govêrno! Apenas 252 dias! Éramos quase a terra de ninguém, ao sabor dos bragantinos e seus Gabinetes que para aqui mandavam os seus protegidos. Trocavam-nos na proporção do prestígio dos que estavam por cima, prestígio êsse que periclitava amiudadamente.

Do nome de “Costa Pereira” passaria ao de “Independência” se não fôra a voz do povo através do protesto público de um seu humilde representante — do popular João Capuchinho. Se êsse não fôra o seu legítimo nome, poderíamos chamá-la, agora, de “Praça dos Presidentes”, pois aqui estão, na imortalização do bronze, os Presidentes Moniz Freire, Jerônimo Monteiro, Florentino Avidos e, a partir de hoje, Afonso Cláudio.

Disse, certa vez, o grande Nazareno: “Os últimos serão os primeiros”. Nesta Praça a sentença se inverte na ordem de chegada, porisso que o primeiro presidente republicano do Espírito Santo, é o último a chegar aqui. E’, entretanto, o primeiro, dentro do novo regime parlamentarista implantado no País.

Chegou, graças à boa vontade do Exmo. snr. Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, nosso preclaro e ilustre Governador, coadjuvado pelo eminente Prefeito Dr. Adelfo Poli Monjardim e por que não dizer? — graças, também, ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em cujo nome tenho a honra de falar neste momento.

Há pouco tempo, as fileiras do nosso Instituto foram enriquecidas com a inclusão de José Paulino Alves Júnior. Sua formosa oração de posse teve a sugestiva epígrafe de “AS VOZES DOS BRÔNZES”. E, então, pelo verbo autorizado ao festejado poeta e homem de letras, os bronzes do Espírito Santo falaram.

Dos arcanos do tempo, apareceu um velho castiçal que teria sido de Anchieta. Colocado nas santas mãos de D. Helvécio Gomes de Oliveira, este entusiasmado, empunha-o, ergue-o e exclama, comovido: “Fala castiçal! Fala!...”

Mergulhando fundo nos séculos passados, José Paulino foi buscar também aquela frase histórica de Miguel Angelo, ao defrontar o “MOYSÉS” que cinzelara e que está na Igreja Santo-Piétro-in-Vincoli, em Roma, no monumento do Papa Júlio 11. Sentindo-lhe a vida palpitante que lhe acabava de imprimir e ainda de escopro em punho, não se conteve e gritou, vibrante: “PARLA”!!

Aos bronzes de nossa terra, mais um hoje se junta e se entroniza e vai também falar neste e dêste logradouro. A homenagem se repete, pois que este mesmo busto já existe no Tribunal de Justiça do Estado, entre os mestres do Direito, liderados por Afonso Cláudio. Está, êle, porém, limitado pelas grossas paredes da Egrégia Casa em cujos porões estiveram presos os heróis da Insurreição do Queimados.

Agora, vem êle para a praça pública, para que o povo igualmente possa gritar: “FALA, AFONSO CLÁUDIO”!

Se preferirem o silêncio, deixem, então, que os do Espírito Santo falem do seu grande e inolvidável filho.

Ouçamos a sua diletíssima filha, culta, de inteligência fulgurante e distinção impecável — a professora Da. Judith Freitas de Almeida Melo, sua autorizada biógrafa. Leiamos o saudoso Amâncio Pereira. Recolhamos os respiços de Clóvis Bevilacqua e outros mestres consagrados e que tanto distinguiram o homenageado de hoje.

Veremos, então, onde nasceu e passou grande parte de sua meninice.

Foi ali, em Mangarahy, na fazenda do seu saudoso genitor, Cel. José Cláudio de Freitas Rosa. Quase no início da navegabilidade do Santa Maria, rumo ao mar. De onde despençam, em catadupas, as cachoeiras que descem serra abaixo, garganteantes, cobreantes e espadanantes, ao crepitar fragoroso de suas águas cristalinas e que vêm se tranquilizando aos poucos ao atingirem as planícies imensas que se estendem até o Queimados, desembocando na baía de Vitória.

Cantando e contando “Mangarahy”, a ilustre biógrafa de Afonso Cláudio nos faz recordar a “Massangana”, de Joaquim Nabuco, não lhe faltando os canaviais e goiabais, os engenhos, escravos e senzalas, mitos e histórias. Sobrava, em “Mangarahy”, o que faltava em “Massangana” — os cafézais imensos que engrinaldam e grimpam, ainda, a economia capixaba. O nosso ouro preto que, agora, vem se incandescendo pelo fogo impiedoso e destruidor das queimadas e das fogueiras do IBC.

Estudou as primeiras letras lá mesmo, no berço natal, na velha Escola do Una do Santa Maria. No seu insepa-

rável cavalinho passista, percorria aquelas bandas, rio abaixo e rio acima e se embevecia com as histórias dos velhos escravos aos quais tanto queria.

Dêles colhia, sôfrego, a tradição que vinha ainda do tempo dos índios, quando, então se dizia que, nas pescarias de outrora que se faziam no Santa Maria, as chumbadas das linhas de pescar eram de pedaços de ouro maciço.

Pouco antes de nascer Afonso Cláudio, as águas dêsse histórico caudal se tingiriam com o sangue rubro dos escravos da Insurreição do Queimados e sôbre a qual, mais tarde, nos daria excelente monografia, seguido, depois, por José Paulino e Eugénio de Assis. Esse mesmo sangue derramado pela libertação, torná-lo-ia, anos depois, um dos mais acirrados dos batalhadores do abolicionismo.

Seu pai o queria para fazendeiro, mas o seu entusiasmo se voltava para a Marinha. Para a navegação, bem acima da que testemunhavam diáriamente os seus olhos de infante, quando acompanhavam aquêles bravos canoeiros, aquêles invictos prancheiros que desciam para Vitória, dia e noite, escoando tôda a rica produção da zona e na volta, traziam para Cachoeiro de Santa Leopoldina, tudo que era necessário, inclusive, produtos que aquela, então, praça forte, importava diretamente da Europa.

O trânsito fluvial dêsses gigantes, era pontilhado e mesclado de um sabor todo especial, ora pelo som original e diferente emanado dos seus "buzos" de chifres de boi, ora pelos cânticos de suas violas e pelas estrofes do seu sugestivo folk-lore, tão bem testemunhados por Sua Majestade, o Imperador Pedro II, quando, certa vez, em uma dessas grandes canoas, subiu o Santa Maria, de Vitória a Sta. Leopoldina e quando Afonso Cláudio contava apenas um ano e meio de idade.

A decadência que ia imperando na planície que se estendia para baixo, se contrapunha a opulência que surgiria serra acima, até o descambar para as margens ricas e fertilíssimas do Rio Doce, e de onde surgiriam as luminosas inspirações de Graça Aranha, brindando-nos com a sua obra prima "CANAAN", obra que o guindou aos páramos da glória e da imortalidade, tendo como asas e como escudo, a bondade e a espiritualidade do seu MILKAU.

Mas voltemos ao nosso personagem. Ausentando-se de "Mangarahy" já o seu destino sofreria uma guinada na sua predileção de carreira, para o mar. Aos 12 anos seguia para o Rio de Janeiro, iniciando o curso secundário no Colégio Neves, do educador e latinista capixaba Manoel Ferreira das Neves, vindo ultimá-los no famoso Ateneu Provincial, em Vitória, sob as vistas diretas do provecto e sandoso professor Aristides Freire.

No período pré-universitário, já demonstrava os seus

peudores pela causa liberal e participava ativamente na imprensa.

Abandonando suas primitivas inclinações para a Marinha, obediente às últimas vontades do pai, aos 19 anos de idade seguia para Pernambuco, então sacudido pelo verbo chamejante de Joaquim Nabuco e as cintilações de Clóvis Bevilacqua, Martins Júnior, Tobias Barreto, Silvio Romero e outros. Matriculou-se na famosa Faculdade de Direito do Recife e juntamente com diversos outros, ocupava as celas vagas do velho Convento de São Francisco. Numa delas, teve como companheiro Clóvis Bevilacqua e Martins Júnior. De Pernambuco transferiu-se para São Paulo — mais perto do Espírito Santo, estudando ali dois anos. Mas não suportou a irresistibilidade da atração que sentia pelo “Leão do Norte” e voltou ao Recife, onde se diplomou em 1883.

A República surgiria em 1889, mas desde 1875 Afonso Cláudio a esposava e em 1882, um ano antes de sua formatura, lançava o seu primeiro manifesto republicano.

Formado, voltou ao Espírito Santo e casando-se um ano depois, retornou à fazenda de “Mangarahy” onde alforriou os seus escravos, arrendando-a, em seguida, após a morte do varão que lhe dera a vida.

Veio, então, residir em Vitória onde se agigantou na campanha abolicionista, ao lado de Aristides Freire, Cândido Costa, Cleto Nunes, Moniz Freire e outros. Teve escritório de advocacia com Moniz Freire. Os companheiros de outrora hoje se reencontram nos bronzes desta Praça — um bem ao lado do outro. Moniz Freire, o ínclito capixaba, pioneiro do voto secreto no Brasil, abre os braços para receber o seu antigo companheiro, colega de lutas e de banca.

Como jornalista, era incansável. Na campanha republicana foi um Hércules, lutando denodadamente, ombro a ombro com Antônio Aguirre e Bernardo Horta de Araujo. Quando veio, afinal, a República, Deodoro não titubeou e nem teve dúvidas em escolhê-lo e nomeá-lo para primeiro Governador do Espírito Santo que deixava as vestes de Província para se empertigar com a nova roupagem de Estado da Federação. A escolha foi certa e justa, pois recaia sobre o homem que, de tal maneira batalhou pela causa republicana desde 1875 que, nas vésperas da proclamação da República, em Outubro, os seus amigos do Alto Guandú, tendo à frente Guilherme Shwartz, tão empolgados estavam pela grand causa e pelo seu batalhador, que lhe comunicaram a resolução tomada de mudarem o nome de “Alto Guandú” para “CIDADE REPUBLICANA DE AFONSO CLAUDIO”, para o que dispunham de forças suficientes para a execução e a manutenção do ato. Afonso Cláudio teve, então, de ir lá, para contê-los e recomendar-lhes calma, pois a República viria, como veio, no mês seguinte, como também veio, depois, a mudança do nome da cidade que hoje lhe imortaliza o nome.

Há um período de sombra em sua vida, em que se viu privado de permanecer atuante, dando ao Estado e à Pátria, as luzes de sua inteligência de escól, mas quando essa sombra passou, ei-lo de volta à liça e agora para ser guindado à Presidência do nosso Superior Tribunal de Justiça, como um farol a iluminar, brilhantemente, os caminhos e as trilhas do Direito.

Dai, caminhamos para o entardecer da existência do grande espírito-santense. Vamos, agora, aos poucos nos aproximando de sua residência senhorial, na então capital da República, lá no Rio Comprido, à rua Aristides Lobo número 46. Aproximemo-nos dos salões de sua vasta biblioteca e entre as 15 estantes peçadas de milhares de obras valiosas, vamos encontrar o consagrado mestre sempre mergulhado nos estudos e de onde saía sómente para o seu escritório de advocacia, a rua da Alfândega, com Coelho Lisboa e depois para a rua do Carmo, agora com o seu brilhante filho Alarico de Freitas, herdeiro legítimo de sua grande e privilegiada inteligência e que, igualmente, tanto brilhou na política de sua terra, não só pelo seu talento invulgar como pelos fulgores fascinantes de sua oratória primorosa.

Não descansaria, ainda, Afonso Cláudio, voltando, agora, também para o Magistério, pontificando na Faculdade de Direito de Niterói, ainda por 10 anos. Dedicou-se de corpo e alma ao seu novo mistér, de tal modo que, diziam os seus alunos, as aulas da Faculdade começavam desde a Barca que os levava do Rio para Niterói. E como era querido por êsses rapazes!

Mas o fim ia se aproximando e naquela mesma sua tão amada biblioteca, no meio de seus tão queridos livros, tombava o gigante que nasceu a 2 de agosto de 1859 e morria a 16 de Junho de 1934, aos 75 anos de idade.

Tombava, sim, o homem, mas não morria o ilustre capixaba, pois que viverá eternamente na memória de todos nós, dos nossos filhos, dos nossos netos, dos seus pósteros e agora se immortalizando neste busto que aqui erguemos, com a imensa satisfação da homenagem que prestamos ao abolicionista destemeroso, ao republicano invicto, ao mestre festejado do Direito, ao filho querido do Espírito Santo, e ainda ao seu primeiro folk-lorista, também homenageado neste instante, pelo digno presidente do Centro de Folk-lore do Espírito Santo, Dr. Guilherme dos Santos Neves, através das lindas flores que ornamentam este monumento.

Agradecimento feito por

Judith Freitas de Almeida Mello,

em nome da Família Afonso Claudio

A inauguração do busto de Afonso Cláudio representa expressiva homenagem do Estado à memória do seu primeiro governador republicano. Decorre das comemorações do centenário de nascimento do homenageado, em 1959, época em que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo propôs a ereção do monumento que faltava à Praça Costa Pereira.

Os quatro bronzes que ora ornamentam o logradouro, representam governadores de épocas mui diversas, num largo espaço de tempo, durante o qual o Espírito Santo evoluiu muito, transformando-se dia a dia.

Dentre os governadores que figuram nesta praça, o mais moderno é Florentino Avidos. Suas obras aí estão, presentes na memória de todos, avultando, entre as mais notáveis — as do Porto de Vitória e as monumentais pontes de estrutura metálica, uma das quais liga a ilha ao continente. Realizou velhos sonhos capixabas.

Para mencionar Jerônimo Monteiro, basta recordar o quanto seus empreendimentos empolgaram os espírito-santenses, agraciados por tantas benfeitorias. Seu nome, pelos brilhantes feitos, percorreu todo o Brasil tornando-se um símbolo

Moniz Freire foi o grande presidente-legislador, aquele que dotou o Estado de tão perfeitas leis, que até hoje são apanágio de glória espírito-santense. Foi, também, um grande administrador.

Feitos administrativos não exprimem vaidades governamentais, mas decorrem de reais e vitais necessidades de cada governo. Todas as realizações têm sua ocasião própria. No momento, por exemplo, como serão absorventes os problemas econômicos do Estado, estritamente ligados ao café — primordial fonte de renda estadual — e as demais atividades relacionadas à exploração da terra, avultando tudo quanto deriva do Vale do Rio Doce, que canaliza para o Porto de Vitória o minério de ferro, em embarques cada vez maiores!

Em 1889, quando coube a Afonso Cláudio governar o Espírito Santo, este, bem como as demais ex-províncias bra-

sileiras, encontravam-se asfixiados e lutavam pela sobrevivência. Urgentes serviços reclamados ao Governo Imperial não eram atendidos, embora a Província fornecesse renda mais que suficiente para o seu custeio. Tudo seria drenado para o poder central. Representantes, no Senado do Império, mostravam-se indiferentes à sorte da ex-Província...

Veio a República. Com a mudança do regime, tudo estava por fazer-se. Os problemas eram de toda ordem, mas urgia começar! Destemerosamente, Afonso Cláudio encetou o desbravamento de caminhos, sofrendo todas as contingências dos pioneiros, mas sem esmorecer. Sabia o que fazia e avançava sempre. Os desajustamentos provocados pela implantação da nova forma de governo — no Espírito Santo, como em todo o Brasil — foram de molde a absorver o jovem republicano, que se empenhou, preliminar e ardentemente, em manter acesa a chama da República. Nenhum dos problemas que se lhe depararam permaneceu ignorado. Não resolveu todos — claro — era apenas um homem, não poderia operar milagres. Realizou o que lhe permitiram a coragem, o patriotismo, a energia que lhe foram peculiares. Governou dez meses e enquanto teve saúde: — foram dez meses antes sofridos que vividos! — Um curto período governamental, sem dúvida — porém único na história estadual espírito-santense: inaugurou uma nova era, marcou o início de novas esperanças.

Apesar de ter legado ao seu estado natal muitos feitos honrosos pela vida afora — até os setenta e cinco anos de idade — Afonso Cláudio figura nesta Praça dos Governadores (pois assim poderia ser chamado este logradouro), porque foi o primeiro governador republicano espírito-santense.

Este busto dirá às gerações futuras que o seu vulto é o de um capixaba que, aos trinta anos assumiu a responsabilidade de governar sua terra, porque desejou realizar o esplêndido sonho de dar-lhe um destino melhor, firmado na liberdade e na justiça. Que dedicou parte de sua juventude ao ideal republicano, tão empolgado pela República, como o havia sido pela Abolição da Escravatura. Governou numa conturbada época de mudanças que implicaram em radicais transformações. Que se aceitou a responsabilidade de ser o detentor do poder, nessa ocasião, foi porque o seu passado lhe dava esse direito e — ainda mais — porque depositando inabalável fé na República, confiou na compreensão dos propósitos republicanos, esperando a ação construtiva dos que podiam colaborar na obra do reerguimento da ex-Província, tão sacrificada!

Se tal honraria lhe foi conferida — sem qualquer sugestão partida de si mesmo — é que nêle reconheceram qualidades fortes de homem público: capacidade de liderança, sinceridade e clareza de objetivos, honestidade, franqueza, in-

dependência e força de vontade — ao lado de inigualável modéstia — tendo-se distinguido por ter sido destituído de qualquer vaidade pelos próprios méritos.

Promovendo o movimento de erigir nesta praça o busto de Afonso Cláudio, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo prestou mais uma homenagem à própria terra capixaba, preencheu, mais uma vez, um dos seus elevados objetivos, cultuando o passado, porque sabe que o povo sem tradição é povo sem raízes.

E, se falam à posteridade, como se diz, é de esperar que os bronzes dos quatro governadores que aqui se vêem, conduzam as gerações vindouras, pelo seu exemplo, a enfrentar corajosamente os riscos do futuro, cada vez mais imprevisível, concorrendo pela lição do seu passado, para a grandeza crescente do Estado do Espírito Santo — idealista, realizador, capaz de ingentes sacrifícios e de penosas renúncias — mas altivo, consciente de seu valor, como parte integrante, assás expressiva que é, da Federação Brasileira.

Em nome da Família Afonso Cláudio agradeço a presente homenagem prestada à memória de seu saudoso chefe — não só ao Instituto Histórico e ao Prefeito de Vitória, como ao Governo do Estado, o qual, apoiando o referido órgão cultural, permitiu fôsse levada àvante a iniciativa de cultuar no bronze imortal, o primeiro governador republicano espírito-santense.

Presidente Moscoso

Palavras proferidas pelo sócio professor Plácido Passos, no dia 15 de novembro de 1961, junto ao busto do Dr. Henrique Moscoso.

O convite que me dirigiu o nobre presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Dr. Ceciliano Abel de Almeida, e que recebi como uma ordem e com agrado, me impõe proferir simples e ligeiras palavras nesta cerimônia, prestando-se aqui, junto a este busto, um culto de respeito e manifestando-se o sentimento de admiração a quem, de 6 de agosto de 1888 até metade do ano de 1889, administrou, honestamente e com zelo, segundo notícias da época, os negócios da então província do Espírito Santo. Dr. Henrique de Athayde Lobo Moscoso.

A homenagem que se lhe prestou, em 1.º de janeiro de 1890, erigindo-se um monumento em sua memória, neste logradouro, outrora um terreno em que vegetava o mangue, foi o leal reconhecimento da gente da terra pelo importante serviço e notável melhoramento que beneficiou a cidade naquele tempo: — o aterro desta região.

A inauguração do monumento, bem como da fonte, no centro da praça principal da Vila que se chamou Vila Moscoso, anteriormente Campinho, foi festiva com a presença de autoridades estaduais, municipais, militares e de outras classes, sendo abrilhantada pela Fila-Orfeônica Rosariense, mais tarde Banda de Música do Rosário, assim noticiou, numa descrição minuciosa, o jornal Estado do Espírito Santo de 3 de janeiro de 1890.

O Engenheiro Pinto Pacca encarregado das obras do aterro e desenhista do monumento construído pelo artista Franz Berlanda, foi o orador na festa inaugural a que nos referimos.

Outros oradores se fizeram ouvir, na ocasião, entre eles os representantes da família do homenageado, o Dr. Silvino Faria e o Coronel Augusto Calmon.

O jornal Estado do Espírito Santo descreveu em seu número, ainda de 3 de janeiro de 1890, a estrutura do monumento: — medida da altura, os degraus que o circundavam, a bacia que recebia as águas dos repuchos, despejando-as a seguir num tanque, e saindo da mesma bacia uma coluna que sustentava uma esfera com um grande círculo onde se lia a inscrição: — VILA HENRIQUE MOSCOSO — "HOMENAGEM AO TRABALHO".

A obra artística ainda se encontra aqui erguida, porém modificada.

Ao que sabemos denominou-se, primeiramente, Campinho e depois Vila Moscoso o local em aprêço. êste onde presentemente admiramos novo aspécto e que se apresenta belo e admirável, um centro de agrado que encanta pela melhoria obtida com a alavanca do progresso impulsionada pelo poder do Governo de Jerônimo Monteiro.

O Campinho, portanto, que foi, ao que sabemos, o mangal aterrado na administração de Henrique Moscoso; que se cobriu de grama e em seu centro se levantava um chafariz, alagando-se às vêzes, é hoje esta extensão embelezada, esta linda paisagem — o PARQUE MOSCOSO surgido no Governo próspero e de real progresso de Jerônimo Monteiro.

Em 1910, inaugurou-se o busto do governador Henrique Moscoso neste Parque, ignorando-se o motivo de haver sido retirado mais tarde, estando, porém, o seu pedestal colocado em outro lugar, sustentando o busto de um ilustre personagem filho do Estado.

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico, em uma das suas reuniões, discutiu o fato e se propôs providenciar no sentido de ser recolocado em seu lugar o busto do Dr. Henrique de Athayde Lobo Moscoso, uma vez que entre as determinadas finalidades do Instituto, constante do seu Estatuto, é de seu dever, principalmente, zelar, com carinho e patriotismo, o que é nosso, as cousas da terra capixaba: — o seu patrimônio material, moral social e intelectual.

Aqui, portanto, foi recolocado o busto do então presidente da província do Espírito Santo, Dr. Henrique Moscoso, rendendo-se, mais uma vez, o tributo de veneração á memória de tão esforçado e honesto administrador que foi — assim se o considerava na época — mostrando-se sempre dedicado e de boa vontade pelo adiantamento progressivo da província, a começar pelo melhoramento da cidade.

Justo, pois, o preito de gratidão e o culto de respeito que se vem prestando a Henrique Moscoso que promoveu a destruição do grande mangal outrora aqui existente, nivelando e alterando o terreno, obra grandiosa naquele tempo, a qual contribuiu para sanear, alargar e aformosear o local.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, que providenciou a recolocação dêste busto, contou com a valiosa cooperação do Governo do Estado e do Município.

Cumpriu, pois, a Casa do Espírito Santo o seu dever com patriótico empenho e elevado civismo. Aqui está de novo o monumento.

Discurso proferido no Instituto Histórico e Geográfico

Centenário de Moniz Freire

Dr. José Paulino Alves

A avøzinha materna que Deus me deu, mas de há muito tempo já levou, dona da FAZENDA SUCUPIRA, em Muriaé, aliás, já decadente naquele tempo, de pastagens mal cuidadas, porque lhe faltavam braços para as tarefas mais pesadas, sem grande valor, portanto, por causa das malas carrasquenhias, pôsto que o clima fôsse salubre, — essa velhinha que era minha avó Ambrosina... (Ambrosina Dutra de Moraes, vá lá o nome todo, para identificação) tinha veia de poetisa e gostava de contar histórias aos netos. Entre êles, muitos tinham os olhos azuis, como os dela, mas eu era o neto da dileção. Sei lá... São afinidades misteriosas.

Duma feita, recitou-me ela esta quadrinha:

“Quando de ti me apartei,
senti uma saudade forte...
Já morri, fui no outro mundo.
Já passei p’la dor da morte!”

— “Mas... êsses versos são de pé quebrado, vovó!”
— disse-lhe eu com irreverência, de que me penitencio agora. “De mais a mais”, — continuei, com empáfia, embofiado, presumindo de mim sem razão, — “há um poeta francês de nome Haraucourt, que, em essência, disse a mesma cousa:

Partir, c’est mourrir un peu...

Muito conhecidos, êsses versos; identificam-se, no constitutivo de beleza literária, numa forma de raro primor.

Notei que se não agastara. Ao invés de demonstrar enfado, que fôra compreensível, folgou até da minha petulância literária. Os moços são, quase sempre, muito enfáticos. E’ da fisiologia. A idade perturba.

E, então, na versatilidade de exposição que lhe era própria, acomodando o assunto às circunstâncias, como lhe convinha, passou a contar-me a história duma princesa que se enamorara dum pastor. E fê-lo, naturalmente, como se eu tivera a idade dos outros primos. Às vèzes, chego a pensar que foi por ironia, sutilmente insinuada na suposição. Seja como fôr. Recordo-me... Histórias de nossa infância! Que encantadoras que são! Mas, como poderia ser? Haveria, por-

ventura, certa princesa que se deixasse levar à soga dum pastor?

E' cousa que, as vêzes, acontece... Acontece mesmo! Porque o amor é emergência fatal, de leis de ferro, muito mais rijas que as leis dos homens...

Não se pode duvidar o amor. Ele existe. Poder-se-ia mas é duvidar a fidelidade dum cão, cousa que, talvez, aberre das leis da natureza. Com menôs desacêrto, poder-se-ia, até mesmo, duvidar a pessoa amada, — e, neste esquema, infelizmente, há casos horrorosos de paranoia obsessiva, de transtôrno psicológico, de obnubilação ética... paixão, neurose, ou delírio, enfim, o diabo!, — e não convém falar... mas, atinentemente ao amor em si, não poderá haver dubiedades. Quem sabe disto é Musset, que no-lo conta em dois versos lindos:

"Doutez si vous voulez, de l'être qui vous aime.

D'une femme ou d'un chien, mais non de l'amour me"

De fato. Não se duvidam cousas que pela própria natureza, não são duvidosas. Porque, de idêntica maneira, ninguém duvidaria a luz, que vem do sol, ou de outra estrêla qualquer.

Não duvidemos... A palavra é da minha avó D. Ambrosina. Podemos-la crer, isto é, crer a velhinha, que é o mesmo que dar crédito ao que dissera.

E, destarte, tenhamos por estabelecido isto: "Era uma vez um pastor e uma princesa que se amaram..."

E, de mãos dadas, no enlêvo daquele idílio, subiram à montanha, insigne pela configuração, sumamente aprazível no aspecto das cousas. Era batida a estrada, de fácil acesso, ampla e convidativa... e **êles a praticavam rindo**, descuidados e felizes, alumiados da lua, como alcoviteira.

Já estavam longe do palácio do rei, — e puseram-se a contemplar as estrêlas.

E ela disse ao pastor enamorado:

— "Sou filha de reis. Posso dar-te a estrêla que quiseses... Escolhe".

Mas êle recusou, num galanteio:

— "Não! Não quero. Não é preciso. A estrêla da minha vida, aqui na terra, és tu!"

As estrêlas no céu eram tantas... Qual delas a mais bela? Como optar? O pastor como poderia escolher? Impossível não fôra a preferência, embora tôdas, como que coniventes naquele amor auspicioso, luciluzissem naquela hora, qual mais, qual melhor, na rutilação.

A história da princesinha e do pastor veio para mim, como vêdes, aureolada de lenda, na lembrança das cousas que passaram, encantadoras e fugidias.

E eis que ocorre o momento exato de dizer-vos:

Singular prerrogativa foi a que me deram os confrades do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, — e vem a ser a de falar-vos, nesta solenidade, a respeito de **Moniz Freire**. Sei que a razão disto não foi senão benevolência para comigo. Entretanto, aceitei o encargo. E, no momento, em considerando o episódio que me emergiu da memória, na sagração da saudade, e tão repassado, para mim, de suavidade atrativa, estou a sentir embaraço análogo ao do pastor de quem falara a boa de minha avózinha, que Deus (estou certo disto) conservará de melhor assento, na eternidade.

Aquêle pastor, a quem aludimos, na digressão amorosa, não escolheu, porque não quis; mas eu, não obstante, no complexo circumstancial da admiração para um preceito de civismo, estaria a escolher, se o pudesse. E já vos explico o porque da divergência. O pastor considerou o céu, no deslumbramento da noite enluarada, no embelezamento das constelações, induzido a escolher uma estrêla, — uma só!, — em detrimento das outras; eu considero um homem na expressão excelsa, pôsto, também, por assentimento dos justos, num areópago de refulgências, glorificado na História.

No céu há estrêlas; nêle, os atributos são constelações: — e eu, porque me não fôra lícito escolher, não pudera adstringir-me na estimação duma só das qualidades, isoladamente. E mais: achou-se em perplexidade o pastor, porque a luz teem-na as estrêlas, de si como imanência; — entretanto, na moldura dos dotes intellectuais e morais de **Moniz Freire**, singularizados, em sucessivas gerações aqui no Espírito Santo, — professor, advogado, político, jornalista, parlamentar, sociólogo, homem de Estado — tudo isto êle foi... — considero que êsses dotes poderiam, em conjunto tão harmonioso, ter passado dêle, mas não passaram. E dessa comparação que se segue? Segue-se que, não uma, tão só; entretanto, muitas qualidades poderia eu alegar.

Não cogito, entretanto, de saber qual tenha sido o atributo primacial daquele alumiado espírito que hoje, mais uma vez, recebe as nossas homenagens no centenário de seu nascimento.

Não cogito! E isto porque, no realce das perfeições em conjunto, não saberíamos distinguir qual a expressão mais alta naquella existência superiormente definida.

Tôdos os dotes, sim, que lhe excernaram a personalidade, dão o cabedal da perfeição. Por isto, como poderia eu afirmar que, na constelação cultural de **Moniz Freire**, que é figura das mais representativas da intelligência entre nos,

um dote superaria o outro? E, assim, eu me eximo da tarefa de discernir, para desigualar.

E agora, senhores, sem revestir as cousas de mais d longas, confesso, por ficção oratória, que nos encontramos, eu e o pastor, de quem me falava a avôzinha, cuja narração vos apresento truncada, para melhor disposição do assunto... confesso (repete-se) que nos encontramos na angústia de idêntica contingência: êle, porque não quis; eu, porque não posso.

Assim, a questão ficará mais bem elucidado, já no fim.

E, agora, sem as ambages tediosas, começo de dissertar, a respeito de **Moniz Freire**, no esforço de fazer emergente o vulto dêle, nas vicissitudes da História.

Mas peço perdão a todos, de antemão, porque sei que não posso desobrigar-me, satisfatoriamente; peço perdão aos que me dão a honra da comparência aqui; peço perdão aos companheiros. E, como sempre obedeco à voz do coração, quero referir-me, antes de tudo, numa homenagem sincera, ao nosso grande presidente Dr. Ceciliano Abel de Almeida.

Conspicuo e venerando, cheio de serviços à terra, que êle colocou na claridade estreme do seu grande amor de filho, servindo-a, na mais bela tradição de honra e dignidade; sublimado na admiração de todos que têm a felicidade de o conhecer; exaltado no afeto de seus discípulos, dos seus amigos, dos seus companheiros, — que poderia eu dizer de Ceciliano Abel de Almeida que não fôssem palavras de louvor? Manda-me o coração que eu o saúde, agora. E eu o faço dizendo: aquêlle que ali está, senhores, é o nosso presidente. Conhecei-lo muito. Tem êle as qualidades tôdas que compõem o cidadão perfeito. Merece, portanto, que eu diga dêle, repetindo Cícero: a honra é o prêmio da virtude. "**Honos praemium virtutis**". E, quando o exaltamos, prestamos culto à virtude.

PERSPECTIVAS DISTANTES

Não é bom que olhemos muito atentamente para o passado, já perdido nas distâncias. Só de maneira sucinta é que, por exemplo, poderíamos fazer alusão ao "Papagaio real". Causa remotíssima! Mas isto fôra, exclusivamente, para explicar as dificuldades que tivemos em nossa formação histórica, quatro séculos faz.

Quando o Brasil era colônia, desgraçadamente, tão só, feitoria de exploração, o que se nos deparou como símbolo, foi isto: "papagaio real".

Os psitacídeos, que deram nome à terra, recebiam esta lição de linguagem: "Papagaio real, para Portugal". Era isto mesmo: os colonos que vinham da "santa terrinha",

obsediados da idéia de riqueza, ensinavam os papagaios a falar. E, neste ensinamento, o subconsciente aflorava: tudo quanto grangeavam, honestamente ou não, era para Portugal. E por quê não? Não haviam êles, por preceito de el-rei, arrostado os mares tormentosos, passando fome e sede, sofrendo privações horríveis?

No princípio, embora escassa, existiu a renda auferida no escambo do pau-brasil, de que, não obstante, a Coroa fêz, monopólio imediato:

“Lá vai a nau Bretoa,
P’ra Lisboa, p’ra Lisboa...”

E não eram somente os toros da famosa cesalpina: também levavam macacos... (E não sabemos para quê!) mais índios escravizados, confirmando a vocação que os portugueses sempre tiveram, por largo tempo, naquela fase horrosa, de traficantes de carne humana.

Mas... repitamo-lo: isto já está relegado aos escombros do passado. Só fazemos menção dessas cousas, para explicar as dificuldades de origem, e não para aviventar sentimentos históricos.

LUGAR DE DEGRÊDO

Foi verdade: lugar de degrêdo. A principio nada mudava, ou mudava de vagarinho. Depois, porém, tudo mudou.

Essas cousas, embora doam, devemos-las dizer. Devemo-las dizer, muito sim, para auferirmos a lição do sofrimento.

Era isto: vida marasmada no ciclo de carangueijo, tornada semiconsciente, por largos anos a fio, na capitania de Coutinho...

Tudo mudava na Europa; aqui, não! Isto é dito, a fim de acentuar o contraste. Depois do advento do Dr. Moniz Freire, tudo começou a mudar. Mudou muito, no governo do Dr. Jerônimo Monteiro. Mudou, graças a Deus, nos governos subsequentes. Continua a mudar... Mas cabe ao Dr. Moniz Freire esta glória: foi, de fato estadista, e enxergou tudo, primeiro.

Não obstante, deixemos as afirmações incidentes ou passíveis de discussão, e voltemos ao fio da meada; vamos ao lance retrospectivo.

Também o Brasil era a imensa orla litorânea, lugar de degrêdo, mais horroroso que a África. Os piores criminosos vieram para cá, no começo. Se o reinól dormia com a parenta, ou tinha amôres ancilares, — lá estava, na Legislação Filipina, a cominacção terrível: sofrer no Brasil. (Naquele tempo, “o Brasil” era, principalmente a Bahia e o

Espírito Santo, diga-se, entre parêntesis).

E os adúlteros? Coitadinhos dêles! Esses viriam para cá à força, — e não voltariam jamais. O degrêdo perpétuo estava na lei. Aqui, o inferno dos vivos: assassinos e ladrões, falsários, bulrões e enligadores... Todos que não prestavam: todos vinham de Portugal para o Brasil. As prostitutas também vieram, obrigativamente.

E povoaram-se as colônias, tôdas eias, sem excluir o Espírito Santo, com gente assim: a escória do povo, o rebufalho humano. Não fôra a decantação, — e teria sido uma desgraça; mas estaria no tempo a ação de expurgar. Demais disto, felizmente, há muitos mistérios nas leis da vida... Fôra o caso de dizer, no que tange à hereditariedade psicológica, que, nem sempre, se confirma o adágio de Lhomond. Infenso à índole do latim, quanto à sintaxe, bem pode ser que, também, refractário à verdade, quanto à biologia. Pelo menos, muita relatividade. De mais a mais, outros são os tempos. O passado teve um sentido; o presente tem outro. A outros respeito, os benefícios que recebemos da metrópole foram inestimáveis. Hoje, deve haver compreensão e carinho, de parte a parte.

NOS TEMPOS DA MONARQUIA

Pôsto que de relance, falemos nos tempos da monarquia. Até à implantação da República que (diga-se, de passagem) foi evento que causou surpresa, e se tornou desconcertante e tumultuário, naquele momento histórico, para a vida política e social da nação, — o nosso Espírito Santo, dentro da estabilidade e ordem das instituições antigas, não se aperceberia das transições pelas quais estaria a passar, sem pressa e sem tumulto, no ritmo natural das cousas. Mais do que qualquer outra, a vida aqui, quando éramos Província, teria expressão de calma, num padrão de vida auferido, sem ambições e sem glória, mas sem os atropelos de outras regiões onde, por exemplo, entre outros fatôres, a libertação dos escravos brutalmente desarticulava as condições económicas. Em verdade, não havia aqui a aristocracia rural, tão rumorosa, nas grandezas do mundo e nas abjeções. Os barões daqui podem-se contar nos dedos: seis ou oito, talvez. Eram poucos. Felizmente... De feição que, processando-se num ritmo sereno, como o da própria natureza, tradicionalmente consentidas, e já estratificadas no subconsciente duma gente de índole boa, — as normas de vida no Espírito Santo dariam a exemplificação daquilo a que o Robert E. Park chamou “culturalmente passiva”, para compreender, dentro de concepções sociológicas, a fisionomia das regiões, como a nossa, onde “a vida continua, em geral, a evolver na mesma rotina tradicional e ininterrupta”. Palavras dêle, as últimas.

I ROMESSAS DE ALVISSARAS

Mas a República que prometia alvissaras, trouxe, principalmente no começo, muita agitação e descontentamento. O chefe do Partido Republicano no Espírito Santo, cidadão de convicções contrárias as do próprio pai, — e, aqui, aludimos a Bernardo Horta, — êsse ficou logo estomagado, porque não foi escolhido para primeiro governador do Espírito Santo.

Por fôrça do próprio mérito incontrastável, pelas credenciais de talento e cultura, e, ainda, pela ponderação feita pelo Marechal Manoel Rodrigues de Campos, junto ao Proclamador, para que se fizesse justiça, a honra da primeira investidura no cargo de Presidente do Estado do Espírito Santo, coube a **Afonso Cláudio**, justamente aquêlé, cujo busto inauguramos hoje em praça pública.

Mas Bernardo Horta soube dissimular, — e fez espalhar a notícia de que teria sido por sua influência que o Marechal Deodoro da Fonseca escolhera o grande jurista, magistrado e professor.

Já que falamos em Afonso Cláudio, a quem, faz dois anos, por ocasião, também, do centenário do seu nascimento, rendemos, neste mesmo sodalício iluminado, as homenagens que eram devidas aos seus vastos merecimentos, julgo de meu dever assinalar que êsse conspicuo cidadão, na qualidade de Governador do Espírito Santo, quando se cogitou da organização do projeto que deveria institucionalizar o Estado, foi quem nomeou a comissão presidida por **Moniz Freire** para elaborar a Constituição. Também não podemos deixar de mencionar êste fato, que pertence à História: dessa comissão de que faziam parte outros grandes espírito-santenses, como Horta de Araujo, Barcímio Barreto, Manoel Augusto da Silveira e José Horácio, sômente êste, de fato, era republicano. Nesta corrente de ideias, já lemos estas palavras que merecem ser repetidas, quando falamos de **Moniz Freire**: "Inclinado para o Positivismo, julgava secundária a questão de forma de governo. Não via no regime monárquico outro elemento mais antipático do que o princípio de hereditariedade, muito atenuado, porém, pela prática que ia reduzindo os príncipes, nem sempre aptos para govêrno, a meras figuras espetaculares". E concluamos: naquele tempo, as alvissaras ficaram nas promessas.

Estou escrevendo um livro, cujo título é "**MONIZ FREIRE, ESTADISTA**".

Já um capítulo dêsse livro foi publicado na imprensa diária. E' o que se subordina ao título "**POSITIVISTA. MAS...**"

A respeito dêsse trabalho, recebi do Dr. Radagázio Moniz Freire, ilustre filho do estadista, cuja memória tanto reverenciamos, uma carta muito amistosa, que encerra, en-

tretanto, conceitos, a um tempo, de retificação e de ratificação.

Vou ler. **Positivista**, mas...

“Quando Littré, em 1871, foi eleito para a Academia Francesa, o bispo de Orléans, que se lhe opusera, retirou-se da instituição, escandalosamente.

Antipático, muito antipático, êsse gesto de Dupanloup. Muito antipático, sim, porque não haveria, naquela época, ninguém de maior nobreza de sentimentos, ninguém mais tolerante do que Littré, célebre positivista, mas sectário de Comte, de maneira independente, num sistema próprio.

Camilo Flammarion, que conheceu pessoalmente o egrégio polímata, autor de tantas obras célebres, entre as quais releva mencionar o *Dictionnaire de la Langue Française*, conta-nos em seu livro *LA MORT ET SON MYSTÈRE* que se assemelhava Littré... a um macaco. “*Il était difficile de le regarder sans penser à notre origine simienne...*” Não obstante, acrescenta que pouca gente haveria de tamanha estatura moral e beleza de alma.

De fato, assim, grande em tudo, no corpo e no espírito, pouca gente haveria, como Littré.

Era-lhe a espôsa muito piedosa. Excelente católica, não deixava ela de ir à missa, todos os domingos, na Igreja de São Sulpício.

Littré era duma delicadeza de sentimentos, a tôda prova. Nessas ocasiões, acompanhava a espôsa até à igreja, deixava-a à porta, sorridente como enamorado da véspera, — e aguardava, do lado de fora, que terminasse o ofício religioso.

E isto, com naturalidade... Fazia-o por polidez, dessa que vem do coração. Fazia-o por instintivo, desestudado comportamento de homem bom, — e ... (por quê não dizê-lo?) com a maior coerência: integridade de princípios, na fidelidade à doutrina do mesmo mestre de Montpellier, e prática da tolerância, que é a grande virtude do homem civilizado. A intolerância, já o disse alguém, é o direito do tigre.

Ocorre-nos dizer a mesma cousa, atinentemente ao nosso **Moniz Freire**. Também êle era positivista.

Seja dito de passagem que, na história da filosofia, a doutrina de Comte tem lugar de relêvo. Quem o poderia negar? Não é doutrina que se estratifique numa teoria da ciência, pôsto que, neste sentido, venha ministrar à mente do homem que perquire, que se afadiga no afã das aquisições culturais, — a mais bela, a mais consequente das sistematizações filosóficas. E não é somente isto; não seduz, tão só, por apresentar-nos a mais judiciosa, a racionalíssima das classificações das ciências. Além de tudo, e, talvez, acima de tudo, — porque, transcendendo o âmbito do saber, no conceito estrita-

mente filosófico, já agora se imporia essa doutrina, na consideração de ser, não somente, norma sociológica, mas sobretudo, emanação, regra aprimorada de viver.

No tempo de Moniz Freire, havia fortíssima impregnação cultural, a favor do Positivismo. Muitos republicanos pensavam do mesmo jeito. Era evidentíssima a influência de Benjamin Constant, no âmbito dos quartéis e fora deles.

Não é de estranhar, pois, que Moniz Freire, cuja nobilíssima consciência se informara dos altos princípios da doutrina de Comte, no conjunto maravilhoso das tendências manifestadas, — quer como reação à metafísica, quer, precipuamente, como processo consequente de formação ética, — não surgisse aos olhos de todos (que estivessem à altura de compreendê-lo) como homem realmente superior. E assim era. Um episódio autêntico da vida desse grande brasileiro, do qual (episódio) muito pouca gente, hoje em dia, tem conhecimento, vem, com vantagem, ratificar essa asserção de superioridade.

Dona Colatina, sua virtuosa consorte, mulher de pro gênio ilustre, de boa cepa, vinda de São Paulo, era católica... Não muito apegada ao culto; mas católica, sobretudo, por tradição de família.

Na vida dela, sempre escoreita, e, já agora, enobrecida na vivência conjugal, não haveria jamais passado, quente e maléfico, o influxo da descrença. Vida sempre adornada de virtudes, desde os tempos de colégio, nunca sofrera o assédio da dúvida, — que atormenta. Católica; educada no temor de Deus, que, como é das letras sagradas, se insinua, feito princípio da sabedoria, (**INITIUM SAPIENTIAE, TIMOR DOMINI**) — Dona Colatina, vez nenhuma, tivera hesitações... Carola, não! Nada de apêgo à má parte, aos excessos de devoção; mas, em tudo, muito equilíbrio, como grande mulher paulistana, que o era.

Possível fôra que jamais sofresse as crises interiores, — crer ou deixar de crer — nesse estado de inquietação horrível, que maltrata sempre, com uma ou outra das alternativas... Às vezes, a cultura ocorre, como processo desagregador. E dói, dói muito...

Mas era católica. Católica, desde o berço. Era católica, e católica continuava a ser... Havia um dia, no ano, em que não deixava de ir à igreja: adoração do Santíssimo (5a. feira Santa).

D. Colatina tinha uma medalhinha da Virgem, medalhinha tôda de ouro massiço, presente da avózinha dela. Quando o Dr. Moniz Freire viajava, fazia questão que levasse consigo essa peça de metal, intrínseca e extrinsecamente preciosa, para o proteger. O Dr. Moniz Freire sempre dizia que sim. Assentia, sempre a sorrir. E, quando voltava das viagens, que, quase sempre, eram de curta duração, não deixa-

va de dar benevolente grado à fortuna; graças à fé, àquela fé, afervorada e bela, sempre o céu se lhe mostrara propício.

E, como era nobre, corretíssimo, na maneira de agradecer à espôsa tanta ternura e tantos cuidados!

Duma feita, porém, saiu com o Dr. Inácio F. de Oliveira, para inspecção às obras da Estrada de Ferro Suí do Espírito Santo, fulgurante iniciativa do seu governo. Esquecera-se de pedir a medalhinha... Já quando se encontrava no Cáis do Imperador, para tomar o barco que o devia transportar ao continente, eis que lhe vem à lembrança... E a medalhinha? Mas Dona Colatina não se houvera esquecido: trazia-a consigo. Entregou-lha. E, beijando-a com enternecido afeto, o Dr. Moniz Freire modalizou a voz na inflexão necessária à ênfase do que dizia:

— És santa, Colatina!

Santa Colatina sem dúvida!

Era assim o Dr. Moniz Freire, homem que a natureza singularizou de dons; era assim à Littré: culto, nobre, delicado..."

Na carta, a que aludi, — e que aqui está — há tópicos que se referem à minha humilde pessoa, em expressão encomiástica; eu os omito, na leitura. Eis, entretanto, as passagens interessantes:

"Em relação, etc. etc. permita-me que lhe faça as seguintes observações:

1.º — Meu Pae era positivista teórico, porque tinha por Augusto Comte e sua filosofia uma extraordinária admiração, sendo que a Sociologia dêste era o seu livro de cabeceira, e objêto, pois, de leitura diária. Quanto ao culto, nunca o praticou e acredito mesmo, poucas vêzes, compareceu à capela da rua Benjamin Constant;

2.º — Era um grande amigo e respeitador das tradições, constituindo isto mais um motivo da admiração que tinha pela religião católica, considerada por Comte "a obra prima da sabedoria humana";

3.º — Quanto ao "episódio", por si narrado, da medalhinha da Virgem, era por mim desconhecido, o mesmo acontecendo com todos os meus irmãos, que por mim consultados, igualmente, o ignoravam;

Dejesaria saber a fonte em que se inspirou para a sua narração.

4.º — O dia em que, anualmente, minha Mãe comparecia à Igreja, era o dia 19 de Março, porque nêle praticava uma triplíce homenagem: a) ao padroeiro do dia; b) ao ma-

rido, cujo nome era José; c) à memória de seu Pae, por haver este falecido a 19 de Março de 1882. Devo acrescentar que no fim da vida, não perdia a Missa aos domingos;

5.º — A minha avó, também, tinha o nome de Colatina. Ela é que, todas as quintas-feiras, ia à Igreja “guardar o Santíssimo”, não tendo, entretanto, por obrigatório o seu comparecimento aos domingos”.

Entretanto, em *Post scriptum*, acrescenta: “A minha irmã Dora disse ter conhecimento do episódio da medalha, por a ter ouvido”.

Assinado Radagázio Moniz Freire.

Estou contente. Não errei muito.

A confusão se verificou somente na questão das pessoas, — duas, — que traziam o mesmo nome. Parece-me que é perdoável. Mas, por probidade intelectual, faço desde logo a retificação. Quanto ao episódio da medalha, fica elucidado: veio da tradição oral.

“DEMOCRACIA COROADA”

A frase é de Mitre, sabem-no todos.

Havia a Monarquia, sim. E era um rei sábio e bom, barbas promissas, já brancas, que não só faziam o disfarce de leve prognatismo, senão ainda constituíam símbolo de honra, de vida profícua, de dignidade no poder... Existia um rei, de olhos azuis e serenos; um rei que contemplava o céu, que sabia o nome das estrêlas, que descobriu um astro; um rei que era poeta; um rei que falava várias linguas e era amigo de Victor Hugo; um rei, enfim, como não teve, jamais nunca, outra nação do mundo.

Entretanto, mandaram-no embora; expulsaram-no daqui.

E proclamaram a República, está fazendo hoje setenta e dois anos. E rasgaram o retrato do Imperador: no Quartel General, justamente no dia 15, foi um soldado desvairado quem fez isto, mas para ser promovido, com certeza. E teria logrado o intento? E’ possível que não. Convém lembrar que o próprio Marechal Deodoro da Fonseca, — o ínclito Marechal, como foi moda dizer, — já no fim, quando, naturalmente já havia caído em si, dissera, considerando o cavalo do quadro dum pintor qualquer: — “De nós todos foi o que mais lucrou!” E’ que o cavalo, depois da proclamação da República, nunca mais foi montado, e aposentou-se, nédio e bem tratado, numa estribaria de luxo.

Pois é! Rasgar o retrato dêle! Sim! Era ato de heroísmo, por mais estranho que pareça. Paixão desgraçada, a política!

Aqui, no Espírito Santo, porém, para honra nossa, não foi assim. Em Cachoeiro de Itapemirim, quartel general do republicanismo, apesar da passionalidade de Bernardo

Horta e outros oradores inconsequentes, houve alguém, — e foi Antônio das Neves Marins, — quem pediu o retrato de Pedro II, e o levou para casa com respeito. Newton Braga, meu ilustre e querido amigo, no seu livro **HISTÓRIAS DE CACHOEIRO**, narra o acontecimento com as seguintes palavras:

“Quando foi retirado da parede da sala de sessões da Câmara o retrato do Imperador Pedro II, registrou-se um gesto de comovente beleza: um dos presentes, Antônio das Neves Marins, Coletor, pediu que lhe fôsse dado o retrato, dizendo, ao recebê-lo: — “Obedeço às leis do meu País, mas recebo em meus braços este retrato, e guardo-o”.

A LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS

A verdade, entretanto, é esta, hoje, reconhecida pelos julgadores serenos: a libertação dos escravos, — coisa muito necessária, e que se ia fazendo, já então, racional e humanamente, sem desconjuntar, na estrutura de base econômica, a vida do país, essa libertação fêz-se ex-abrupto, em 13 de maio de 1888, por impulsos sentimentais e por motivações conscientes ou inconscientes que hoje em dia, a psicanálise poderia explicar.

O certo foi que se operou a incoordenação das forças vitais; e desarticulou-se o arcaboço penosamente armado, na tradição institucional da pátria.

Agora, esta nota de lucidez: o Dr. Moniz Freire, quando ainda estudava em São Paulo, tendo vindo ao Espírito Santo, por ocasião da morte do avô, por quem tinha grande admiração e respeito, libertou todos os escravos, parece-me que oito ou dez. Não tenho lá muita certeza do número exato. Não insta dizer quantos escravos eram, ao todo; relevante, nos contornos da beleza moral, depara-se-me mas é a ação que cometeu, duradouramente sublinhada na compaixão e no desinteresse, no desprendimento e na generosidade.

AS CONSEQUÊNCIAS

A República veio em consequência daqueles motivos, aos quais aludimos... e mais outros.

Pode parecer deselegante que eu esteja a dizer estas cousas, justamente no dia da comemoração da República. Não quero comunicar o meu desalento à alma de ninguém; mas preciso ser fiel a mim mesmo. Seria hipocrisia, se dissesse o contrário. Sei que a republicanização é fato irreversível: os rios não remontam à origem. Para mim, entretanto, o que é intangível é a idéia de pátria, — e não a idéia de regimes.

Espero que Deus, tenha pena do Brasil.

De mim tenho, para falar com sinceridade, que a República veio cedo demais.

E veio mal. No dia 16 de novembro de 1889, na Rua do Ouvidor... (sempre... do Ouvidor que Moreira Cesar não pegou; e não era mesmo para pegar)... na Rua do Ouvidor, onde sempre anda gente fina, — de lá, p'ra cá; de cá, p'ra lá — conversavam dois homens muito identificados nas idéias: O Padre João Manoel (aquêlê que foi o primeiro em dar o grito de “Viva a República!”) e o fogoso tribuno José do Patrocínio, natural de Campos, Estado do Rio.

Devo, incidentemente, explicar que êsse episódio me foi narrado pelo eminente patricio Des. João Manoel de Carvalho, que, mercê de Deus, está vivo e são, podendo-o confirmar, portanto.

Mas, como ia a dizer, o Padre João Manoel (e êle estava vestido à moda secular...) deu falta do alfinete de pérola que trazia na gravata de seda, e disse, alto, com a franqueza, que lhe era peculiar, e com a coragem de sempre.

— “Esta República vai mal, Zé do Pato!” Já começou com os ladrões!” (Risos...)

E ia mal, de fato... Muito mal, como todos sabemos, -- principalmente nos primeiros tempos.

Entretanto, não vades inferir do que digo, neste momento, cousa diferente, que não está nas minhas cogitações. Jamais poderia eu afirmar, como consequência, que todo homem público sabe conjugar aquêlê verbo, cujo étimo (rapio) é, ainda, cousa que se discutiria entre os filólogos. Quem acusa deve provar. E' outro onus da honestidade; mas o culpado deve ser punido.

Entretanto, melhor fôra que sorrissemos com Anatole France. Diz êle em LE JARDIN D'EPICURE: “Meditei na Filosofia do Direito, e cheguei à conclusão de que tôda justiça social descansa nestes dois axiomas: “O roubo é possível” e “o produto do roubo é sagrado”.

Continuemos.

O BONE' FRIGIO

Não valeria a digressão. O que nos cumpre é dizer: o boné não servia. Não servia, porque a cabeça dela (Referimo-nos à República) era, ainda, muito pequena. A alusão

do boné é fácil de compreender: o boné frigio é símbolo da República. E' vermelho êsse boné. Gregos e romanos davam-lhe o mesmo nome: pileus. Era para a cabeça dos escravos, na hora da libertação... Serviu a Brutus, depois que assassinou a Cesar... e ficou entre os dois punhais, por cima duma porção de moedas. Que sinistra simbologia!

Puseram-no em moda os jacobinos; a Comuna o adotou em 1792. Nada mais faltava.

Aqui, o Imperador já estava velho. Não queriam a tradição monárquica: queriam mas é evitar 'a invasão dos Orléans'. A finalidade sociológica, como diziam com a bôca cheia, seria a República. O terceiro Império, nunca!

E evitaram, graças, simultaneamente, à doutrinação positivista e ao descontentamento dos donos de escravos. — "Estamos roubados!", — dizia o fazendeiro Bento José da Silveira e Souza, de Cachoeiro de Itapemirim. "Estamos roubados! A Monarquia que se afome" A expressão verbal era outra; mas não na posso dizer (Risos...)

E foi o interesse, e foi a ambição, e foi o despeito... tôda a gama dos maus sentimentos, — vasa impura das paixões humanas — ... (et tange cuncta quae possidet, na advertência satânica) ... e foi tudo isto que fêz tanta gente de ânimo amargoso contra a Monarquia.

O Templo da Humanidade, sociedade positivista do Rio, considerada por Laffitte 'verdadeira força social', já em 1878, foi o centro irradiador das idéias republicanas.

Benjamin Constant, também positivista, fazia a obra de solapação nos quartéis, por assim dizer.

De feição que a República foi obra dêles. Surgiu das crises militares, principalmente. Esse, o fator preponderante. Os políticos que montavam a cavalo de casaca, como Quintino Bocaiuva, muito astutos, souberam aproveitar o entusiasmo fremente dos militares. Mas a grande verdade, que está escondida, é esta: se não fôsse uma mulher bonita, que estava no caminho de dois grandes homens, tudo teria ficado no mesmo lugar.

Ah! que cousa horrorosa que é a masculinidade despeitada. E... (convenhamos!) se houvera caído sômente o Gabinete de Ouro Prêto, os acontecimentos teriam tomado outro rumo.

Naturalmente, pelo que conheço da vida dêle, — amigo pessoal que foi de Pedro II, — teria o Dr. Moniz Freire dado adesão a êsse modo de pensar. Sei disto. Também sei que o monarca e o nosso Moniz Freire se escreviam, muito a miude, antes do advento da República. Foi pena que essas cartas se tivessem perdido.

E' preciso que se diga: O Dr. Moniz Freire não foi republicano histórico. Prôpriamente, êle não pertenceu ao

grupo, — aliás, gente muito lúcida — que evangelizou a República, aqui. Outros — que não êle — se empenharam na propaganda, com vivacidade, ou apaixonadamente. A atitude dêle foi de comedimento e reserva. Mas o mérito dêle não é menor por isto.

Por ocasião da implantação da República, já o Dr. Moniz Freire, como pouquíssimos no Espírito Santo, era reputado por ilustre. De fato, era homem de sabedoria e vasto talento. Era homem de compostura apolínea. Era homem de polidez ática.

Gladstone, como homem de Estado, não o teria superado. Havia, entre êles, estranha parecença, numa hora igual, na agitação do mundo. Ambos cogitaram, apaixonadamente, da reforma eleitoral; ambos combateram pelo escrutínio secreto.

O GREAT OLD MAN, homem imponente, encheu de luz o parlamento inglês, e tornou-se a figura mais representativa do liberalismo do Século Dezenove. Poder-se-ia dizer o mesmo de Moniz Freire, *mutatis mutandis*. E' que ambos falavam muito bem. O Dr. Moniz Freire foi o maior orador parlamentar que o Espírito Santo teve até hoje; da mesma maneira, no mundo da poesia, nesta terra, ainda ninguém superou Maria Antonieta Tatagiba. (Muito bem!)

PREGRESSÃO

Històricamente... Vejamos o que ocorreu. Para logo se diplomou na velha Faculdade de Direito de São Paulo, os amigos e parentes de D. Colatina, sua virtuosíssima consorte, lidaram com o Dr. Moniz Freire para aceitar o cargo de Promotor Público na cidade de Campinas. Mas não houve jeito. O grande espírito-santense preferiu vir para a sua terra. Dizia que o Espírito Santo precisava dêle.

Fixando residência em Vitória (que era, naquele tempo, cidadezinha de 10.000 habitantes, muito atrasada, alumada a querosene e, pouco depois, a gás; com casas, no velho estilo, de sacadas; com ruas estreitas; sem esgôto, — os detritos humanos... (vou dizê-lo em latim para não ofender os que me ouvem) *cibi reliquae* na cabeça dos negros em barris, talvez, como no Rio antigo e como me foi dado ver ainda em Niteroi; consequentemente, com as praias fecalizadas e cheias de urubus... Homem! Nem é bom dizer... (Risos...) A cidadezinha estava insulada... A fisiografia da região não poderia ter deixado de influir. Bem! Mas êste não é o caso...) fixando residência em Vitória, encetou o Dr. Moniz Freire a vida no pretório, na imprensa e na política. Filiou-se ao Partido Liberal. Foi eleito depu-

tado às Assembléias Gerais. Encontrava-se no Rio, quando foi proclamada a República. Resolveu regressar ao Espírito Santo, e ficou na expectativa dos acontecimentos, espiando a maré.

No Espírito Santo, como aliás, no Brasil inteiro, as cousas iam muito mal. Período de desorganização, de lutas intestinas, de rebeliões. Ninguém se entendia. Os escravos, depois de depredarem as fazendas, desamparados, famintos, sem organização de trabalho, morriam à mingua nas estradas, principalmente, em São Mateus, no norte do Estado.

Em Vitória, os governos eram postos e depostos, consequência da desorientação nas esferas mais altas. Houve o Golpe de Estado. Confusão horrorosa! Serzedelo Correia veio ao Espírito Santo, a mando do Marechal Floriano. E a mensagem, que a História registra, é esta: "Com essa gente não podemos governar!"

Mas o vulto de Moniz Freire foi, pouco a pouco, emergindo dêsse caos. As atenções voltaram-se para êle. Foi eleito presidente do Estado do Espírito Santo pelo Congresso em 2 de Maio de 1892, quando cessou o Governo da Junta. Foi um período de ações modeladoras. Tudo viu e previu. Tudo teve de ver, para prover, segundo o lema da doutrina dêle. Organizou a Justiça, e começou o seu vasto programa de empreendimentos, cujas linhas mestras eram: transporte e imigração.

Quando foi proclamada a República, havia no Espírito Santo a Estrada de Ferro Caravelas, que ligava Cachoeiro de Itapemirim a Castelo. Vitória, que é pórtio de mar, vivia como que estrangulada. Foi então que o Dr. Moniz Freire pensou na realização da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Foi uma luta! Desencadeou-se forte opposição, fruto do misoneísmo. "Para que estradas de ferro?", — perguntavam. "Fôra cousa difícil, sumamente onerosa!". — "Para que estrada de ferro, se temos vias naturais, vias líquidas e baratas, na orla marítima e nos rios?" "Que se aproveitassem aquilo que a Natureza deu... O Estado era pobre; não podia arcar com tamanhas despesas!"

Obstinou-se, todavia, o grande Moniz Freire. Quando deixou o Governo, a estrada de ferro já tinha chegado a Viana, e estavam os estudos feitos até Matilde.

O discurso que, na ocasião da inauguração dêsse trecho o Dr. Moniz Freire proferiu, é belo, debaixo de todos os aspectos.

Ouçamos êste fragmento que é verdadeiro analecto:

"Onde a natureza não nos pôs um óbice, — tem vindo o homem colocá-lo; onde o solo não oferece o peito de

granito para ser rasgado, — a cobiça arma, inesperadamente uma surpresa; onde não se encontra uma serra a galgar, um massiço a perfurar, uma garganta a transpor, um pântano a aterrar, um acidente qualquer a vencer, — deve-se contar, por seguro, com a resistência passiva da indiferença ou da má vontade”...

De Matilde a Cachoeiro de Itapemirim, já foi no Governo do Dr. Jeronimo Monteiro. Foi nessa ocasião que esteve no Espírito Santo o Dr. Nilo Peçanha, feito Presidente da República, por morte do grande e venerando brasileiro Dr. Afonso Pena. Cortando a fita verde-amarela, como é de praxe nas inaugurações, na ponte sobre o Itapemirim, porque sempre gostou de aparatos, cousa muito contraditória no temperamento de certa gente, exclamou o campista, com a ênfase dionisiaca, que era dêle: — “Mais uma fita!” E êle bem sabia por quê.

Diz-se, não sem maldade, que a primeira preocupação da gente que mandava, no momento, foi mudar o nome da estação, que era **Moniz Freire**, — para o de conceito localista, simplesmente, **Cachoeiro de Itapemirim**.

EXPLICAÇÃO NECESSARIA

Há assuntos que não dão gosto. Por exemplo: a divergência política que irrompeu, tão fragorosa, entre os Drs. **Moniz Freire** e **Jerônimo Monteiro**.

Fôra melhor calar. Não é que o alvitre do silêncio se já cômodo.

Entretanto, não me comprazo no exame de questões que devem relegar-se ao âmbito do partidarismo político, exclusivamente.

De mais a mais, para que falar de cousas que só trazem aborrecimento? Não me seduz a política, debaixo dêsse prisma. Cousa mesquinha! Não está na conformidade dos meus princípios. Não é do meu feitio.

O que releva dizer, com equilibrio e isenção, no desconto das cousas humanas, considerada a nossa fragilidade, para esquecimento de agravos, — que os houve, — de parte a parte, é isto:

Os Drs. **Moniz Freire** e **Jerônimo Monteiro** foram dois grandes homens; ambos merecem o respeito, o reconhecimento, a veneração da posteridade! (**Muito bem! Palmas prolongadas**)

Entretanto, já ouvi a muita gente queixar-se, a respeito da mudança do nome da estação da estrada de ferro a que fizemos alusão.

“Por que não conservaram o nome? Não foi, em verdade, o Dr. Moniz Freire quem, no Governo do Estado, se havia preocupado tanto com a questão da via ferrea?”

São perguntas... A curiosidade é, talvez, malsã, por isto que, insidiosamente, sempre se insinua que foi por influência do Dr. Jerônimo Monteiro, junto ao Governo Federal de então.

Isto não está provado. Não têm consistência. Parece-me que o Dr. Jerônimo Monteiro não era homem para essas cousas pequeninas. Também não se pode, sem injustiça, atribuir diretamente ao Dr. Nilo Peçanha a responsabilidade dêsse ato. Isto é cousa de nonada. Mas, se necessário fôr declarar como pertencente a alguém a responsabilidade dêsse ato, poderíamos-lo imputar, mas sem maldade, à própria superintendência da empresa ferroviária, por livre alvêdrio, ou injunção de outros motivos, que não os de ordem político-partidária, naturalmente.

Pelo contrário. O Dr. Jeronimo Monteiro foi quem inaugurou, no Palácio do Governo, a galeria dos retratos dos homens que se sentaram: (digamo-lo com o entono tão a gosto dos retóricos)... que se sentaram, na cátedra curul da presidência, — e isto, para ficarem as cousas no floreio antigo. Acho preferíveis, porém, as cousas sem ornato: o Dr. Jeronimo Monteiro teve muito aprazimento em colocar lá o retrato do Dr. Moniz Freire. Nem se poderia conceber o contrário.

Cousa muito elucidativa vem narrada com superioridade de vista, pela insigne escritora capichaba Maria Stella de Novais, num de seus recentes livros: (“O Presidente Jeronimo de Souza Monteiro, pag. 66)

“Quando, em março de 1909, o ex-Presidente esteve na Capital, anunciada a recepção pelos seus antigos partidários, um grupo de governistas exaltados pretendia realizar uma manifestação hostil, ou de desagrado; logo, tal ideia foi condenada, com veemência, pelo Dr. Jerônimo: “Se tal acontecer, eu serei o primeiro a descer as escadas do Palácio e dar o braço ao Dr. Moniz”.

Eu sabia disto. Contaram-me ainda, — e foi o Cel. Vicente Peixoto, homem de valor, a quem sou, particularmente, muito grato — que o Dr. Jeronimo Monteiro teria acrescentado: “E” preciso que vocês compreendam que o Dr. Moniz Freire, apesar de nosso adversário, é um grande brasileiro”. (Muio bem! Palmas)

E foi água fria, na fervura.

NEM VENCIDO, NEM CONVENCIDO

Não obstante a influência de Comte, no sentido cultural, o **Dr. Moniz Freire** jamais poderia ser taxado de “ideologo desgarrado da realidade brasileira”, na frase candente e muito justa de Gilberto Freyre. (**Bravos!**)

Via as cousas por outro prisma. Numa carta que, pouco depois da quartelada de novembro, escreveu a Cleto Nunes, seu velho amigo de sempre, — carta que esteve em minhas mãos e pertence ao arquivo íntimo do Dr. Radagazio Moniz Freire, fazia o homenageado de hoje, em termos flamantes, como era do seu feitio, profligação do procedimento dos exaltados, dos aproveitadores, dos fanáticos do republicanismo, — e lamentava as perseguições contra o Conselheiro Silveira Martins, e, ainda, as humilhações impostas aos varões como aquêlê Visconde de Ouro Preto, velho digno que soube cair de pé.

No dia 6 de dezembro de 1889, estava o **Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire** de regresso a Vitória.

Saíra do Rio, dois dias antes, em companhia de tôda a digníssima família, embarcados no paquete **Pernambuco**.

Ao saltar da lancha **Carlos Alberto**, que Eugênio Netto lhe pusera à disposição, disse, com a firmeza de sempre, quando abraçava o velho Joaquim Lirio, que o esperava no cais, no meio de numerosos amigos:

— “Meus amigos! Não estou vencido nem convencido!

E’ muito expressivo. Em ulterior manifesto, o **Dr. Moniz Freire** explicou por quê.

SERVINDO À REPÚBLICA

Como Afonso Pena, Rodrigues Alves, Rio Branco e alguns outros, apesar de convicções monárquicas, já atenuadas, o **Dr. Moniz Freire** não deixou de servir à República. E’ da Escritura Sagrada: **Sapientis est mutare consilium**.

Em 3 de Setembro de 1910, numa conferência que proferiu, respeito do voto secreto e a revisão constitucional, perante doutíssima assistência, no Instituto da Ordem dos Advogados, (Rio de Janeiro) começava o **Dr. Moniz Freire**, então Senador pelo Estado do Espírito Santo, por dizer que, naquêlê momento da vida republicana, havia progressos materiais incontestáveis, — mas não se poderia negar a circunstância dos grandes desfalecimentos morais. Textual.

mente, assim se exprimia o notável homem público: “É estu-
penda a obra da República, no que concerne aos primeiros,
e ninguém poderá, de boa fé, negar que êles são, pela maior
parte, o fruto das excelências dessa forma de govêrno, da
mais pronta atividade dos órgãos, da mais perfeita indepen-
dência dos seus aparelhos, da maior ductibilidade dos seus
meios, de um sentimento mais integral na sua força de co-
mando”.

Não se pode negar. O Brasil tem avançado muito;
mas, no plano material, já se vê.

Entretanto, não se pode identificar o conceito de —
progresso — com aquê de **civilização**. Uma cousa, nem
sempre, supõe a outra. Progresso fôra sucessão de cousas, no
esquema pragmático, aprimoradas, cada vez mais, para o
conforto ou bem estar coletivo; mas — **civilização** — no sentido
ao meu ver, que lhe é próprio, — quer significar hábitos das
virtudes sociais, leis aperfeiçoadas, consciência jurídica per-
feita, em suma: superiorização da vida em sociedade...
(Apoiado!)

Ninguém dirá, em face de certos dados sociológicos, se
estiver isento de paixão ou de interêsse, que os Estados Uni-
dos, por exemplo, a despeito do grande poderio e da organi-
zação invejável na esfera econômica, seja nação civilizada, na
acepção que queremos dar, por acertada. (Apoiado!)

Num sentido cristão, estritamente cristão, muito rigo-
roso, ninguém contestará essa verdade. (Apoiado!)

E isto porque, naquele poderoso país, a discriminação
racial, que contraria o espírito das instituições democráticas,
existe. — e, na fôrça do preconceito incontrastável, impede
a aplicação das próprias leis; lá se ostenta o imperialismo
para explorar e oprimir os povos fracos; estadeia-se lá o
culto da riqueza na forma mais grosseira, e, ainda, a arro-
gância, as concepções primárias da vida. (Bravos! Muito
bem!)

Mas deixemos os outros; cuidemos de nós.

É verdade que, entre nós, depois da República, tem
havido muito progresso. Entretanto, quem não percebe que
isto é processo evolutivo, é expansão natural, é fôrça da pró-
pria terra, nos seus estuos de mocidade, é dinamismo cômni-
co, é fluxo da própria vida? Quem o não alcança com o en-
tendimento? Quem se não persuade de que isto tem acon-
tecido, por fator compulsional, por impeto telúrico, por ins-
tintivismo da vida, por fôrça imanente, na própria estrutu-

ra nacional? Teria de ser assim, fatalmente, sob êste ou aquêlê regime. Por isto é que vos digo: no actual momento da vida republicana, tanto se me dá que haja presidencialismo ou parlamentarismo. Só não gosto é de golpes, venham da direita ou da esquerda.

Já o dizia Rui: "Os regimes que subjugam em vez de esclarecer, não conseguem jamais levar ao coração das maiorias o assentimento de uma adesão sincera à ordem estabelecida" (Rui, — "Queda do Império", vol. I, 128).

VOTO SECRETO

O Dr. Moniz Freire foi o precursor do voto secreto, entre nós. Representa uma grande conquista. Isto é verdade. Merece que batamos palmas, ainda hoje, e cada vez mais, exaltando-lhe a iniciativa. Entretanto, no teleologismo das leis, o voto secreto haveria de assumir mera feição retificadora. Seria para corrigir, — e não para desnaturar, como está acontecendo, no incremento ao fenómeno populista. Esta é, também, a opinião de Munhoz da Rocha, em "Presença do Brasil".

Houve eleições falsas no Império, durante muitos anos. A culpa não estava nas instituições. Eleições falsas também as houve na República. O mal não estaria no regime. Tanto faz, como tanto fêz. O mal estaria (acreditamo-lo) no substrato psiquico da gente. E essa, para consertar... vai ainda levar muito tempo.

Não é tarefa fácil falar a respeito dum homem de compleição intelectual tão vigorosa, como foi a de Dr. Moniz Freire. Só os estudos que fêz, no capítulo de ciência das finanças dariam para a sagração de genealidade. Falou para os grandes auditórios. Escreveu nos jornais. Sustentou polémicas. Expôs, na monografia **CAIXA DE CONVERSÃO** teoria nova sôbre a questão de câmbios. Dirigiu, quando ainda estudante, uma revista literária. Fundou aqui no Espirito Santo, o primeiro jornal diário. Presidente do Estado, por duas vêzes, eleito, respectivamente, em 1892 e em 1900, deixou na administração pública o exemplo de descortínio, de poder de iniciativa, de zelo, de probidade, de segurança, de dedicação, de trabalho, de crença no bem, de tal modo que lhe grangeou fama imorredoura, e hoje nos faz reverentes à sua memória.

Eu gostaria de falar, acêrca dêsse homem, como professor, dando aula, três vêzes por semana, sempre de manhã, na antiga Escola Normal, sempre bem vestido, mas sem exagêro, com a mão esquerda escondida no bôlso, e a direita, a vibrar no gesto amplo de indução da sabedoria e da verdade.

Eu gostaria de expor o pensamento dêle, no quadro das operosidades que o absorveram: as estradas de ferro, a imigração italiana, as areias monásticas, a construção do Teatro Melpomene, a abertura de bairros novos com a luminosa contribuição de Saturnino de Brito, a construção do quartel, a questão de água e luz... De tudo; de tudo eu gostaria de falar, sem esquecer as palavras de Souza Dantas ao Coronel Pedro José Aboudib, em Paris, a respeito do inclito **Moniz Freire**, porque essas palavras são consagradoras:

— “Que grande ministro daria êle!”

Mas, a respeito de tudo isto, eu só poderia falar mesmo por paralipse, ou já agora, de relance, porque a angústia do tempo não poderia comportar a dissertação detida, mais expositiva, mais minuciosa. Fa-lo-ei, porém, mais tarde, se Deus me der fôrças.

Já é tempo de terminar.

Não sei se notastes que a história do pastor e da princesinha não teve fim. Mas houve, sim, o epílogo, como em tôdas as conjunturas romanescas: contrariamente ao que poderia acontecer em nossos dias, êles não se casaram. e, portanto, não foram felizes.

Dizia a minha avó que a princesa, unida a outro homem, por fôrça das, outrora, inflexíveis razões de Estado, foi para muito longe, — e nunca mais se viram.

— “Foi pena, vovó!” — disse-lhe eu.

E ela:

— “Talvez...” E, rigorosa nos seus cânones de justiça, à moda antiga: “Também, porque quis êle colocar o coração tal alto? Hoje, sempre a sós, sobe à mesma montanha, em noites de luar, estende os braços ao Infinito, que nem tresloucado, mas não diz palavra”.

Vejo, agora, Senhores, que o símile é perfeito. Muitas vêzes, em noites consteladas, e possuido do mesmo sentimento do salmista, ao cantar a excelência da criação e suas leis — *Coeli enarrant gloriam Dei* — eu, também, mas sem gestos e sem palavras, porque seriam inúteis, tenho sentido a inanidade das aspirações humanas, nas cousas pequeninas ou nas de magnitude, até mesmo nos episódios costumesiros da vida, como acontece nesta hora, por exemplo, quando desejara ter falado com proficiência e brilho. —

mas, desgraçadamente, não pude, — a respeito de Moniz Freire, a quem assenta, no consenso dos justos, a dignidade de maior.

Não pude... Tantas vezes não tenho podido... Por isto tem ressaibos de amargura os versos de Alvaro Moreyra, poeta riograndense, hoje pôsto na sagração da immortalidade literária:

“Criatura vespéral que os teus braços abriste
Para a distância azul que um dia te acenou!
Dize-me se houve na terra, ou se na terra existe,
O que seja mais cruel, o que seja mais triste
Do que êste eterno aspirar de quem nunca alcançou”.

(Salva de palmas, muito calorosa e prolongada)

Índios do Espírito Santo

Judith Freitas de Almeida Mello

Primeiros contatos entre índios e colonizadores

Quando Vasco Fernandes Coutinho recebeu, no seu solar de Alenquer, a nova régia de que seria donatário de uma das capitanias da costa brasileira, ficou surpreso. Não solicitara tal empreendimento, mas tratou de desimcumbir-se da tarefa que lhe impunha, como já houvera desempenhado antes — na África e na Índia — os feitos que o tornaram merecedor da confiança real.

Mais admirado ficaria, entretanto, se previsse qual seria a recepção que iria ter por parte dos primitivos habitantes das cinquenta léguas — tanto de litoral, como para o interior — da conquista portuguesa.

Rumando para a nova colônia lusa, alcançou a costa de seus domínios em 23 de maio de 1535, num radioso domingo de luz e de calor, dizem velhas crônicas. Encontrou acessível enseada no sopé do atual Morro da Penha, e pretendia pisar terra firme, logo, quando sentiu as primeiras hostilidades dos “brasis”. Flechadas miraram a caravela “Gloria”, procurando impedir o desembarque. Foi preciso fazer funcionar a artilharia de bordo, para que os índios debandassem, permitindo a formalidade da posse da terra por Vasco Fernandes Coutinho.

As mensagens recíprocas, de flechas e de tiros, significaram, sem dúvida, que haveria luta, porque “a terra tinha dono belicoso e bárbaro — era do índio” — como diz Pedro Calmon em sua História do Brasil (1). O donatário compreendia, daí por diante, que uma contenda com os índios teria lugar, por certo, mas não a esperaria tão tenaz, anos a fio, nem os imaginaria tão numerosos, temíveis e traiçoeiros, abrindo logo muitos claros nas fileiras do colonizador.

Ainda assim, apesar dos reveses, chegou a prosperar, nos primeiros tempos, mas estava escrito que Coutinho não alcançaria o objetivo a que visara, apesar de seu reconheci-

(1) Calmon, Pedro - História do Brasil, 1959, vol. II, pag. 231

do valor, de sua compreensão e bondade, pessoa de quem jamais partiu, malgrado as circunstâncias em que tantas vêzes se encontrou, mesmo em relação aos do seu grupo — uma violência, qualquer ato que o desabonasse. Permaneceu um nobre fidalgo português, vencido e pobre, porém sincero, moderado e leal.

Os habitantes do litoral e do sertão (*)

Por êsse tempo, segundo a maioria dos autores, os índios do litoral espírito-santense, do rio Cricaré (S. Mateus) para o sul, eram os Goitacás — da antiga camada étnica da América do Sul; para o norte, havia os **Tupiniquins**. Pertenciam também ao grupo **Tupi** os **Guaranis** e os **Temiminós**, cujo **Tibiricá** foi o **Araribóia** dos espírito-santenses. Informações imprecisas e antiquadas se referem a uma tribo que aí viveu: a dos **Papanazes**, de língua desconhecida. Aliás, os grupos linguísticos diferiam muito, mesmo em relação ao tronco **Tupi**, existindo ainda diversificações dialetais. No interior havia uma vultosa indiada que falava língua diferente da **Geral** ou **Tupi**, também conhecida pelo nome de **Língua travada**. Numerosas tribos e sub-tribos se espalhavam em todos os sentidos, cobrindo a zona sertaneja. Poder-se-ia perguntar, sobre êsses habitantes da área espírito-santense, como Roquette Pinto na Amazônia (2): Que gente seria essa que falava idioma tão diferente da língua dos seus mais próximos vizinhos; que tinha costumes tão estranhos aos que viviam perto; que não conhecia os objetos essenciais à vida dos seus companheiros de sertão? De onde viria essa gente? Por onde passaria, sem deixar rastros? E' certo, porém, que tais índios já tinham experimentado vários contatos hostis. Conheciam a opressão e procuravam livrar-se dela, sentindo-se usurpados em seus domínios.

De 1500 ao tempo das donatarias, muita mudança teria havido, e o sangue manchara aquelas plagas, para lembrar ao gentio o que significava abrir os braços ou erguê-los — em sinal de franca hospitalidade — receber presentes, depor flechas e arcos no chão, como ao tempo dos relatos

(*) Os nomes das tribos, bem como os termos de origem índia, estão escritos de acôrdo com o Vocabulário que regula a vigente ortografia oficial, sem considerar convenções de etnólogos a respeito da grafia de certas letras e formas do plural, porque êste não é um trabalho científico.

(2) Pinto, Edgard Roquette — Rondônia, 1938.

de Caminha... Fôra-se a primitiva candura. De ariscos que eram, os índios tornaram-se agressivos, sem rodeios. Durante trinta anos a orla do mar teria sido visitada por gente aventureira, enquanto Portugal, fascinado pelo ganho fácil, na Índia, proporcionou campo aberto à compulsão e ao saque, em detrimento dos silvícolas. O “esquecimento” luso pela nova descoberta figurara até nas letras portuguesas da época. Ainda é Pedro Calmon quem relata, citando Gil Vicente:

“Com ilhas mil,
Deixai a terra do Brasil...”

Acreditava-se, então, na “Ilha de Vera Cruz”, da Carta de Caminha.

Por outro lado, há quem afirme que os primitivos habitantes do litoral — os **Tapuias** — que haviam sido compelidos pelos **Tupis** a se refugiarem além das serras, embrenhando-se na mata espírito-santense, foram operando “descimentos” paulatinos, instalando-se à beira dos rios, tomando conta dos vales, através de choques intertribais.

Observadores dos **Tupis** e dos **não Tupis** são acordes em dizer que os dois grupos jamais se entenderam, e tão pouco as tribos dêles diferenciadas, de sorte que, havendo na região expressivo número de representantes de ambos os troncos, a hostilidade era generalizada, muito dificultando a ação dos que viveram na Capitania do Espírito Santo, fôsem colonizadores ou silvícolas.

Ao fim de anos de intensa luta, velho, empobrecido e doente, descansou afinal Vasco Fernandes Coutinho, morrendo em 1561. Teve a desventura de se saber perseguido, não somente pelos “bugres”, mas ainda por alguns de seu grupo, na urdidura de descomedida ambição.

A Capitania, não obstante, sobreviveu, tendo havido quem a considerasse ressurgida das desventuras de Coutinho, ao tempo de seu filho. Assim relata o Padre Fernão Cardim, embora Frei Vicente do Salvador discorde. Mas os silvícolas nunca deram trégua, promovendo frequentes correrias, numa arrasadora e violenta ofensiva, contra colonos e índios pacificados, nas “reduções” adjacentes às terras ocupadas pelos civilizados.

Os índios ao tempo da catequese jesuítica

Com a era dos governos-gerais, começaram os trabalhos do “amansamento” dos índios, sob moldes baseados na

compreensão e na tolerância, através da catequese religiosa.

No Espírito Santo, a Companhia de Jesus promoveu, logo, o aldeamento de índios ao longo do litoral, tendo sido notável o número de representantes jesuítas empenhados nesse mister, realizando impossíveis. Apaziguaram discórdias intertribais e desavenças entre índios e colonos, atraindo os silvícolas do sertão, onde os iam buscar, para catequizá-los. Daí resultou a fundação das primitivas unidades sociais — as aldeias — mais tarde transformadas em vilas e cidades. O número de índios, na região, era tão grande, que o primeiro missionário jesuíta que chegou ao Espírito Santo — o Padre Afonso Brás — assim opinou: “São tantos e a terra é tão grande, e vão em tanto crescimento que, se não tivessem contínua guerra, e se não se comessem uns aos outros, não poderiam caber”...

Os jesuítas tinham como ponto de honra a defesa do índio. Nada possuíam, mas supriam tudo, prodigalizando benefícios incontáveis à região (na difusão da fé, arquitetura, cultura das terras; na divulgação de práticas curativas e defensivas; na aquisição de conhecimentos culturais) elevando o padrão de vida social, coibindo abusos, colaborando com o governo da Capitania para o progresso da mesma. Verdadeiros sertanistas, realizaram “entradas”, percorrendo o inospito sertão, vencendo muitas dezenas de léguas, através de penosos caminhos, enfrentando dificuldades, a fim de chamar o gentio à civilização — sem armas, força ou qualquer forma de pressionamento.

Tornaram-se florescentes os aldeamentos de Brás Lourenço e de outros padres que, em poucos anos de trabalho, tinham índios aldeados em Conceição, São João, Reis Magos, Guarapari, Reritiba... Esta última foi a mais famosa aldeia indígena do Espírito Santo, por se achar ligada ao nome de Anchieta, que aí findou os dias de sua preciosa existência. Logo de início se irmanou aos índios.

Reritiba é minha terra,
Aldeia mui virtuosa...”

Inteligente, ativo, bom, paciente, dotado de qualidades literárias, tendo dominado a língua dos índios — o tupi — nela falava, escrevia, pregava sermões admiráveis que a todos encantavam.

Desde os primeiros contatos, tendo verificado o interesse dos silvícolas pela música e pequenas representações teatrais, compôs várias delas, muitas das quais para os seus índios de Reritiba. Produziu composições lítero-musicadas

em tupi, português e castelhano. As observações de Anchieta em relação aos índios, no século XVI, são consideradas de alto valor etnológico.

No dizer do Padre Serafim Leite, foi o missionário jesuíta mais popular e venerado no Brasil, no século XVI, e para quem se esperam as honras do altar. Salienta o autorizado historiador, que a bibliografia anchietana é vastíssima, e está escrita em oito línguas diferentes. Sua primeira biografia foi redigida um ano depois do seu falecimento, pelo Padre Quirício Caxa.

Ao contrário do que de início pensaram os colonizadores e missionários, os índios do Espírito Santo eram difíceis de ser manejados. As cartas dos jesuítas estão cheias de comentários sobre a inconstância do gentio, “desgotando-se por tudo e por nada”, sendo notável a facilidade com que mudavam comportamentos que teriam parecido — antes — firmemente adquiridos. Não fôsse a compreensividade dos padres — entre os quais se destacava Anchieta pela bondade, tolerância, inigualável paciência e grande humanismo, mostrando-se sempre brilhante discípulo de Nóbrega — diferentes teriam sido os resultados obtidos.

A vida nas aldeias indígenas girava em torno de piedade, trabalho, folguedos. Decorria, pois, de uma atividade adequada aos índios, que a apreciavam. Mas o instinto tribal era tão forte, nêles, que nunca permitiu sua perfeita adaptação a diverso tipo de vida. Quanto ao Irmão José — Anchieta — amaram-no tanto, que a repercussão de sua morte se tornou um acontecimento sem precedentes na história missionária. (3)

Enquanto a catequese operava prodígios, o colonizador, com a arrogância de sua presumida civilização, sempre via no índio apenas um instrumento de escravatura. Daí novas contendas surgiram, para agravar, ainda mais, as já existentes. Em vão os jesuítas clamavam contra o cativoiro dos silvícolas. Leis protetoras foram alcançadas, porém jamais cumpridas. Os índios, também, não se acomodavam com os colonos, realizando os chamados “alevantamentos”. Deixaram

-
- (3) O Instituto Nacional do Cinema Educativo — do Ministério da Educação e Cultura — possui diafilmes para professores e estudantes que desejem instruir-se sobre assuntos relacionados ao silvícolas. São temas visualizados de História do Brasil. A propósito de Reritiba, há um quadro que exhibe a antiga aldeia, onde se vê a Igreja da Assunção. Também pode ser observada a pia batismal — onde Anchieta realizou vultoso número de batizados — verdadeiro monumento histórico.

fama as incursões dos **Botocudos** — em que os índios depredavam, matavam, incendiavam — numa desesperada e franca hostilidade.

Para sufocar um grave “alevantamento” de índios, ao tempo de Mem de Sá, organizou êste uma expedição chefiada pelo próprio filho Fernão de Sá, que foi morto a flechadas, numa emboscada no Cricaré, em 1558.

No princípio do século XIX, quando Saint-Hilaire esteve no Espírito Santo, disse que os índios seriam como as formigas da região: ambos, da noite para o dia, arrasariam: estas — os laranjais e algodoads; aquêles — a lavoura, casas, homens, mulheres e crianças.

Proteção aos índios, com amparo do Estado

Ao tempo da Independência, o veemente apêlo de José Bonifácio de Andrade e Silva, no sentido de amparar o índio, também não logrou êxito.

Só na República houve o lançamento das bases de uma campanha, com a efetiva ajuda do Estado, quando foi criado o Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, sob a chefia de Cândido Mariano da Silva Rondon.

Espalharam-se os agentes do Serviço pelo Brasil afora, em missão pacificadora, tendo por lema: “Morrer se preciso fôr; matar, nunca”. Meios persuasórios e brandos permitiram que as tribos indígenas comesçassem a se aproximar, ainda que desconfiadas e temerosas, fazendo aliança com os mensageiros do Govêrno, salvo raras e lamentáveis exceções.

Tal obra republicana foi de grande significação, quanto aos altos objetivos a atingir e, se não tem produzido maiores e satisfatórios resultados, vem sendo mantida até os dias que correm, contando com abnegados colaboradores, que lutam contra um sem número de dificuldades, especialmente de origem financeira, e no que concerne à posse das terras a que têm direito os índios, ainda que amparados pela Constituição!

Apesar da Lei, o esbulho continua até o presente, pelo Brasil afora...

Antes de 1910, entretanto, algumas iniciativas já vinham, com êxito, atraindo silvícolas — pela cordura, bons propósitos, elevado espírito de humanidade — conseguindo apaziguar contendas e resolver velhas mal-querenças.

Nos antigos domínios Espírito Santo-Minas, houve realizações apreciáveis, algumas das quais muito se destacaram pelos resultados alcançados.

GUIDO TOMÁS DE MARLIÈRE — francês — que foi Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais, conseguiu vários aldeamentos dos **Botocudos**, **Coroados**, **Coropós**, **Puris**... habitantes dos vales dos rios São Mateus Doce, nas proximidades da Serra do Souza e dos Aimorés.

TEÓFILO OTONI — político mineiro — dotado de qualidades persuasivas, pacificou índios do Mucuri, aldeando-os onde surgiu, mais tarde, a cidade de Filadélfia, que atualmente tem o nome de seu fundador.

MISSÃO FRANCISCANA TERCEIRA MENOR — também desempenhou trabalho profícuo, atraindo, pacificando e integrando, à comunidade sertaneja, os **Coroados**, conhecidos na região pelo nome de Pojichás, e que viviam na zona dos rios Mucuri e Doce.

A primitiva aldeia se transformou na atual cidade de Itambacuri. Foi uma admirável realização, indestrutível (4).

Hostilidades resultantes de generalizada incompreensão

A ambição dos poderosos da época, entretanto, sempre prejudicou o índio, chegando ao ponto de levá-lo a entregar irmãos, como escravos, em troca de sórdidas bugigangas ou uma garrafa de aguardente.

Não foi em vão que o Padre Anchieta deixou escrito, sem rodeios, que os colonos maltratavam os silvícolas, e que a guerra contra êstes só se acabaria com a extinção dos mesmos.

Dois séculos depois, nas fazendas espírito-santenses, como nas demais de todo o Brasil, de um modo geral, os índios que se aproximassem delas eram sumariamente dispersados a bala. Fazendeiros humanitários dariam bom tratamento aos escravos negros, observa Maria Graham — como em parte alguma do mundo — mas, em relação aos índios, estavam sempre municiados para os “espantar”. Até onde iria êsse “espantar” pode prever-se, de vez que a eliminação do “bugre” era ponto pacífico, incorporado às idéias da época.

Frei Vicente do Salvador em sua vetusta História do Brasil, diz que, ao tempo áureo da mineração, os colonos portugueses preferiam dar caça aos índios, para cativá-los, a explorar ou demarcar minas encontradas.

“Quando vão ao sertão é a buscar índios forros, tra-

(4) Palazzolo, Frei Jacinto — Nas Selvas do Mucuri e do Rio Doce — 1945.

zendo-os à força e com enganos, para se servirem deles e os venderem com muito encargo de suas consciências”...

O Serviço de Proteção aos Índios

Os postos indígenas do Serviço de Proteção aos Índios vêm sendo mantidos há mais de quatro décadas e possuem normas protetoras em relação aos silvícolas, no sentido de atraí-los, pacificá-los e integrá-los à comunidade nacional. Mas os problemas encontrados, nesse caminho a percorrer, são muitos, e os meios para solvê-los, em geral deficientes. Não obstante, há resultados animadores, positivos, que o Serviço alcança, procurando sempre adotar melhores técnicas de ação. A moderna política indigenista, baseada na aculturação progressiva, procura integrar o índio na população nacional, apelando sempre para adequada transferência de traços culturais. Assim diz Darci Ribeiro (5) em publicações feitas no Brasil e no exterior, tendo reafirmado tais conceitos no recente Congresso de Antropologia, reunido em Belo Horizonte, no ano em curso (1961).

Na zona do Espírito Santo-Minas, até poucos anos atrás, ainda havia os postos indígenas de Teófilo Otoni, ao norte do rio Doce; Pancas, à margem do rio do mesmo nome; Guido Marlière, entre os municípios de Resplendor e Lajão junto à serra dos Aimorés. Estes últimos postos reuniram os remanescentes da população indígena local, limitada pelos rios Doce, São Mateus e outros das adjacências — cujos representantes ofereciam características diferentes das do grupo tupi, sendo conhecidos pelos nomes de Botocudos, Coroados, Aimorés, Puris...

Atualmente, o S.P.I. informa, através do Museu do Índio, que tais silvícolas foram considerados extintos. Em 1957 sobrevivia em Resplendor um grupo inferior a dez (6). Os últimos representantes índios da região Leste brasileira são, no presente, os Maxacalis (Maxacaris), na fronteira Minas-Bahia, cujos ancestrais já habitaram a zona da foz do rio Mucuri (séc. XVIII).

No Museu do Índio do Rio de Janeiro (Guanabara) funcionam vários setores informativos sobre índios que ainda vivem no seio da floresta brasileira ou nos postos indígenas do S.P.I. Aí há exposições rotativas, biblioteca especializada, exibição de filmes documentando atuais realizações, cursos

(5) Ribeiro, Darci — O Serviço de Proteção aos Índios — 1954.

(6) Ribeiro, Darci — Línguas e culturas indígenas do Brasil — 1957.

periódicos relacionados ao silvícola, técnicos que fornecem informações ao visitante, quando solicitados para isso, e que acompanham levas de estudantes que transitam pelo estabelecimento, em visitas previamente marcadas, servindo de guia.

Logo à entrada, um mapa mural esclarece a situação exata de cada pôsto, com cifras elucidativas, relacionadas aos vários agrupamentos indígenas em ação, num total superior a cem postos.

Relativamente à área espírito-santense, há ausência de representantes índios, informando o Museu que êstes, desde 1911, foram considerados pacificados pelo Serviço.

Quanto aos motivos dessa ausência na aludida região, há uma expressiva literatura impressa, sendo muito divulgadas as observações de viajantes que percorreram a área em questão, desde o século XVI, até o presente. Essa literatura é mais ou menos homogênea e deixa transparecer, direta ou indiretamente, o desajustamento dos incompreendidos e primitivos habitantes da Capitania, da Província e do Estado do Espírito Santo, quando em contato com os brancos. E, não resistindo às hostilidades (o saque, a usurpação de suas terras, o desmembramento de suas famílias, a sufocação violenta de suas crenças tribais) perderam a confiança em si próprios, passaram a viver uma vida de párias, falsa e de imitação à do civilizado e, perdendo o prazer pela vida, desintegraram-se, extinguindo-se. O contágio de doenças, sob forma endêmica ou epidêmica, também concorreu para abreviar a despopulação tribal.

Reconforta saber que, noutros pontos do Brasil, o S.P.I. está colhendo resultados promissores, como é o caso do Paraná, onde os Caingangues se acham integrados à comunidade regional, possuindo máquinas agrícolas por êles próprios compradas, tomando parte em exposições estaduais, tendo sido até premiados.

É curioso notar que em Mato Grosso ocorre o maior número de postos indígenas, num total superior a vinte. Na zona do Xingu, onde há ainda muitas tribos hostis — as bravias hordas Caiapós — o trabalho de atração e pacificação do índio continua intenso, tendo há pouco tempo sido pacificada uma tribo numerosa: Txucahamãi (cuja autodenominação é Metotire), fazendo-se necessário abrir mais um pôsto indígena, para reunir êsses habitantes do médio Xingu, nas proximidades da Cachoeira Von Martius (7). Tal trabalho durou mais

(7) Foi descoberta em 1884, pela expedição de Von den Steinen. É uma das mais belas do Brasil, situada na legendaria e imensa solidão do Xingu.

de dois anos de lutas, sacrifício, paciência e abnegação, tendo sido relatado pelos seus autores (8).

São índios de fala **JE**, ótimos caçadores, excelentes coletores, manejando com espantosa agilidade pesados tacapes. São nômades e usam batoques — alguns com doze centímetros de diâmetro.

Índios do Espírito Santo, segundo observações feitas, desde o século XVI

A opressão sofrida pelo índio provocou, desde o século XVI, uma violenta regressão em sua cultura, tornando-se impossível saber qual sua real capacidade, não só de assimilação à civilização dos colonizadores, como de expressar reais e normais hábitos de conduta, tendências e interesses.

Todos aqueles que se têm preocupado com o assunto — estudiosos e viajantes de variada espécie (dos meros aventureiros aos credenciados cientistas) repararam que os índios do Espírito Santo viviam um padrão de vida elementar, incipiente, não mostrando possuir técnicas como as de outros silvícolas americanos — do Peru, do México ou mesmo da Amazônia — onde a arqueologia demonstrou terem os primitivos habitantes possuído elevado grau cultural, expresso nos achados de cerâmica do Marajó ou de Santarém.

Alberto Lamego, entretanto, situa os **Goitacás** entre os silvícolas mais evoluídos do Brasil (9).

De um modo geral, os índios do Espírito Santo eram nômades, viviam da caça e da pesca, de frutas, raízes, água. Comiam mandioca em grande escala, e alguns praticavam a antropofagia. Suas armas eram grandes arcos, flechas — perfuratrizes ou contundentes — pesados tacapes, machados de pedra (de diorito, diabásico e de gnaiss). Teriam sido excelentes caçadores, embrenhando-se na mata — em grupos — imitando vozes de animais, para atraí-los. Grandes corredores, perseguiram suas presas, cansando-as, e depois golpeando-as com o tacape.

Gostavam de usar sua força, abatendo árvores, mostrando-se excelentes cortadores e serradores — quando em contato com instrumentos de metal, dos civilizados.

Alguns consideraram que os **Botucudos** possuíam melhor aparência física que os **Tupiniquins**, atribuindo o fato a terem sido estes mais rechaçados da civilização a que haviam chegado. Entretanto, todos se mostravam temíveis, ariscos,

(8) Vilas-Boas, Cláudio e Orlando — A atração dos Txucahamã — Metotire — 1954 — (Anuário do S.P.I. do Ministério da Agricultura).

(9) Lamego, Alberto Ribeiro — O Homem e o Brejo, 1945.

desconfiados, impacientes, inconstantes e irresolutos, adiando sempre o que tivessem de fazer, como que assaltados por inúmeros temores. Frequentemente davam a impressão de serem indolentes. Baldus (10) discorda, levantando a tese de que o índio em sua tribo, não influenciada pelo civilizado, possui prazer em viver e é dotado de força vital. Arrancado de sua cultura para nossa civilização, tem de exaurir-se, dando a impressão de preguiçoso.

Mostravam-se rancorosos, vingativos, não esquecendo antigos sofrimentos. Imprevidentes, pareciam não preocupar-se nunca, com o dia de amanhã, sem hábitos de poupança ou previdência. Há quem tenha percebido, nêles, uma organização civil incipiente, que foi interrompida antes de evoluir. TUPÁ — para a maioria das tribos, era um ser superior.

Alguns autores acham que este termo — TUPÁ — não seja originariamente silvícola, mas impôsto pelo civilizado, já que é empregado pela generalidade das tribos, no Brasil (mesmo as de línguas diferentes). Cultuavam a lua e acreditavam nos pajés, submetendo-se à pajelança. E os Guaranis, em suas migrações míticas, também vieram ter ao Espírito Santo, na eterna peregrinação em busca da “Terra sem Males” de sua crença tribal.

Adotavam a poligamia, vivendo em habitações toscas — isoladas ou em rancharia — feitas com a ajuda de troncos resistentes, cobertas de fôlhas de palmeira. Dormiam no chão, geralmente em esteiras, entretanto, algumas tribos usavam catres ou redes, como os Tupis. Numa cabana podiam encontrar-se uma ou várias famílias, mas no seu interior pouco havia como pertences ou peças de uso: singelos e rudimentares recipientes de argila cinzenta, cozida ao fogo, cabaças, cestos trançados, armas, entre as quais se encontrava, sempre, um facão de origem civilizada, naturalmente, mas adaptado à moda dos antigos machados de pedra (a lâmina ajustada entre dois pedaços de madeira sólida, e amarrados com fibras resistentes).

É opinião geral que, quando os Botocudos surgiram no litoral com o nome de Aimorés, não conheciam canoas (ubás). Há quem conteste, entretanto, tenham aprendido a nadar com o civilizado, considerando-os até excelentes nadadores, desde remotos tempos. As ubás seriam trabalhadas a machado de

(10) Baldus, Herbert — Ensaio de Etnologia Brasileira, 1937.

pedra e a fogo, resultantes de laboriosa feitura tupi (11). Machados de ferro sempre foram raros.

Fabricavam uma bebida forte, fermentada, com o suco de mandioca, milho — *cauim*, *chicha* — e se tornaram grandes apreciadores da aguardente e dos licores dos civilizados. Esquentados pelo álcool, revelavam sentimento de animosidade em relação aos brancos, como refere Rugendas, em 1835.

Saint-Hilaire relatara, antes, que “índios de Benevente, Nova Almeida e além”, tinham o trabalho dividido para homens e mulheres. Os primeiros eram caçadores e coletores de raízes e de frutos. Estas cozinhavam e, no litoral, possuíam rocinhas, plantando e colhendo. Considerou-as maltratadas pelos índios, “podendo ver-se em seu corpo sinais de violências”. Manipulavam a mandioca, usando-a de variada forma. Ralador e “tipiti” não seriam estranhos a algumas dessas tribos regionais. Fabricavam beijos, muito apreciados.

Andavam nus, mas alguns cobriam os órgãos sexuais com um entretecido de fôlhas de palmeira. Gostavam de enfeites — colares — sementes, dentes de bugio, ossos, pedrinhas; tembetás e batoques (auriculares e labiais, de tamanho variável) e pintavam o corpo com urucu, jenipapo e suco de outros vegetais. Enfeites com penas de variadas cores também seriam apreciados, porém, a partir do século XVII, usados em menor escala que outros adornos. Alguns se depilavam e os Coroados raspavam a cabeça, deixando uma mecha no alto, mas, desde o século passado, já se notava uma tendência em abandonar essa prática. Os observadores desses índios não se referem propriamente ao culto dos mortos ou à iniciação dos jovens guerreiros, embora falem na flagelação dos adolescentes, ou mencionem detalhes afins aos cerimoniais de grande estilo, observados noutros indígenas brasileiros. Mas dizem que eles gostavam muito da dança e da música. Cantavam emitindo vozes fortes, violentas. Martius e Spix verificaram que a dança dos Puris, ao tempo de sua excursão pelo Vale do Rio Doce, obedecia à mesma cadência observada por Léry, no século XVI, fazendo lembrar o batuque etíope. Conta o Padre Antunes de

(11) No Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 4, (1905-1906), pág. 766, declara Goeldi que os índios jamais abateram árvores seculares somente com machado de pedra, como dizem, mas sempre apelaram para o fogo, como ajuda. Descreve o processo usado, em que o machado tritura e o fogo carboniza canadas cada vez mais profundas do caule, sobre um sulco circular feito no tronco.

Sequeira, no seu livro sôbre costumes do povo espírito-santense, que vira os índios **Motuns** dançando, em 1863, com tambores, maracás, "cassacos" (canzás) numa gritaria ensurdecadora, batendo os pés no chão as mãos no corpo ou uma na outra, proluzindo fortes estalos.

Distribuição geográfica das tribos indígenas do Espírito Santo

Quando Nimuendaju (12) observou o leste brasileiro, percorreu a região espírito-santense e colheu indicações sôbre as tribos aí dominantes, desde os mais remotos tempos: Conseguiu distribuí-las pelo mapa do Espírito Santo, divulgando seu trabalho, ulteriormente, quando já se achava radicado à Amazônia, fazendo parte do Museu Goeldi, em Belém do Pará. Por especial cortesia e alto espírito de colaboração do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, dirigido por Heloísa Alberto Torres, uma cópia de tal mapa figura neste trabalho, permitindo uma visão geral, bastante sugestiva, da aglomeração indígena que constituiu a primitiva população humana local. Acompanha-o uma bibliografia organizada pelo citado etnólogo, a qual permite maiores investigações sôbre as mencionadas tribos.

Os últimos índios da região Espírito Santo-Minas

Êsses últimos índios regionais teriam sido observados em 1926, por Fróes Abreu; em 1939 por Nimuendaju, e em 1944, por Mansur Guérios. Fróes Abreu visitou os **Creniques** — do Pôsto Guido Marlière considerando-os descendentes dos **Aimorés**. Encontrou-os com aparência doentia, parecendo-lhe apáticos, indiferentes a tudo, completamente exauridos. Havia, no grupo, representantes de três gerações: os velhos, filhos da floresta, com batoques; os jovens, aliando velhos e novos hábi-

(12) Nimuendaju, Curt — etnólogo alemão, viveu no Brasil mais de quarenta anos, tendo sido grande conhecedor do índio brasileiro. Trabalhou no Museu Paulista e no Serviço de Proteção aos Índios, sob a chefia de Rondon. A partir de 1931 permaneceu na Amazônia, estudando e pacificando tribos hostis. Defendeu os direitos dos índios, contra explorações e esbulhos de que foram vítimas, mostrando-se um grande humanista. Morreu em 1945, na zona do Solimões, numa aldeia **Tucuna** (Tecuna) — entre os que considerava seus maiores amigos, os índios. Realizou mais de trinta expedições, publicando muitas monografias e ensaios, tendo sua fama, como cientista, corrido mundo. Colaborou com as mais altas instituições científicas estrangeiras.

tos — usando colete e gravata; e as crianças, inteiramente alheias aos costumes dos ancestrais. Falavam língua diferente da “Geral”. Chamavam os brancos de “carai” e os não brancos de “borum”. Os jovens índios sempre arriscavam alguma coisa em português, mas os velhos, nada. Com propriedade e malícia, lembra o autor do livro de onde foram colhidas estas notas que “papagaio velho não sabe falar”... (13)

Arco e flecha estariam em desuso, tendo sido substituídos pela espingarda. Revólver não lhes era permitido usar no Pôsto.

A propósito de flechas, ainda confeccionavam algumas, muito fantasiosas, desenvolvendo uma indústria — evidentemente falsificada para vender aos “carai”. E assim, alguns colecionadores devem tê-las conseguido, como autênticas, de belicosas tribos.

Também na zona do Xingu, nos dias que correm, um missionário religioso católico relatou que, indo ao encontro de índios pacificados, era comum oferecerem-lhe, para comprar, pedrinhas quaisquer, apanhadas no chão, como se fôsem verdadeiros “muiraquitás”... que davam sorte!

Nas lojas de curiosidades, pelo Brasil afora, há também inúmeras bonecas carajás, vendidas como expressão real da arte cerâmica da zona do Araguaia — mas feitas de qualquer maneira, com mero intuito comercial.

Nem se pode pensar que estas práticas sejam novas, pois o Príncipe de Wied em sua “Viagem ao Brasil”, em 1815, conta que os índios dos rios Doce, São Mateus e Belmonte vendiam batoques sem relutância, por patacas — que seriam, para eles, quaisquer moedas redondas.

De um modo geral, tais índios demonstraram certa inclinação comercial, mas, para alcançar os fins serviam-se de meios pouco recomendáveis... Entretanto, aí estaria caminho aberto a uma favorável transferência de cultura — com o aproveitamento dessa tendência comercial — desde que orientada num bom sentido.

Finalmente, em 1944, R.F. Mansur Guérios esteve no Pôsto Guido Marlière durante seis dias, colhendo observações que publicou no Paraná — na “Gazeta do Povo”, de Curitiba — destacando a aculturação de 59 **Botocudos** ali encontrados. Faz referências, também, a 18 **Guaranis** e 1 **Camacã**, os quais, na época, moravam a dois quilômetros do Pôsto. (14)

(13) Abreu, Silvio Fróes — Os Índios Creniques, 1929.

(14) Baldus publicou um resumo deste trabalho na Revista do Arquivo do Museu Municipal de São Paulo, em 1944 (Volume XCVI).

The map shows the distribution of indigenous groups in the Rio de Janeiro area. Key locations and groups include:

- Botucudo**: Extinct (1736), located near the Rio de Janeiro bay.
- Maçacari**: Extinct (1786), located near the Rio de Janeiro bay.
- Puri**: Extinct (1837), located near the Rio de Janeiro bay.
- Temiminó**: Extinct (1759), located near the Rio de Janeiro bay.
- Waitaka**: Extinct (1759), located near the Rio de Janeiro bay.
- Lapanor**: Extinct (1759), located near the Rio de Janeiro bay.

The legend indicates that groups marked with a dashed line were extinct, and groups marked with a dotted line had abandoned settlements. The map also shows the locations of the groups' settlements and the routes of their migration.

Índios do E. Santo

CONCLUSÃO

Em seu trabalho "As três raças na sociedade colonial-contribuição de cada uma", Afonso Cláudio cogita, no terceiro capítulo, do fator indígena, de um modo geral. (15)

Referindo-se ao aspecto físico dos índios, transporta-se às observações de Caminha — que são ainda agora consideradas das mais valiosas do século XVI — o qual achou os primitivos habitantes do litoral "pardo-avermelhados, com bons rostos e bons narizes, bem feitos". Tinham, no dizer de Frei Vicente do Salvador, aparência mongólica — "essa gente veio de outra parte, não se sabe de onde".

Posteriormente, muitos observadores consideraram os índios feios, atribuindo aos batoques a origem da feiura. Mas os desenhos de Rugendas não os apresentam como feios, e Caminha os julgou "belos, por viverem ao natural"...

Nesse seu estudo divulgado há mais de trinta anos, Afonso Cláudio disse, ainda, que o índio fôra um conviva forçado na comunhão colonial. Mas considera sua colaboração efetiva — com o braço — no trabalho dos colonizadores; no conhecimento dos cursos d'água e dos recantos florestais, sendo sempre o guia nas explorações industriais, científicas ou religiosas. Os índios tornaram conhecidos os vegetais, ensinando a maneira de os preparar e usar — não só na alimentação, mas ainda na medicina e na indústria. Divulgaram o manejo do arco e da flecha, os laços e armadilhas para a captura dos peixes e da caça: o **mundéo**, o **jequiá**, o **tingui**...

Forneceram seu vocabulário para designar fatos de linguagem sem expressões correspondentes na língua dos brancos ou dos negros. Introduziram a prática do **mutirum**, de origem tupi, como atividade de ajuda, a trôco de folguedos acompanhados de bebidas e comestíveis. Ensinaram a manipular o fogo, na coivara; a usar canoas nos rios, lagoas — superando rápidos e cachoeiras. Contribuíram, por fim, para a mestiçagem, que concorreu para a formação da nacionalidade brasileira.

Terminando: os índios do Espírito Santo, observados através de séculos (bastante deslocados de sua primitiva cultura, e influenciados por múltiplos contatos) pareceram sempre desajustados, regredindo. Eis um melancólico depoimento atinente aos civilizados que os manejaram... Mas, se a lei da herança é uma fatalidade biológica em relação ao equipamento primitivo, não adquirido, é de esperar que o índio tenha

(15) Cláudio, Afonso — Ensaio de Sociologia, Etnografia e Crítica — 1931 — págs. 134 — 194.

- pírito Santo — 1878.
- Neuwied, Príncipe de Wied — Viagem ao Brasil (Trad. 1940).
- Nimuendaju, Curt — Índios Machacari — 1958 (Revista de Antropologia, Volume 6.º, n.º 1).
- Oliveira, Teixeira de — História do Estado do Espírito Santo — 1951.
- Palazzolo, Frei Jacinto — Nas Selvas do Mucuri e do Rio Doce — 1945.
- Pinto, Edgard Roquette — Rondônia — 1938.
- Ribeiro, Darci — O Indigenista Rondon — 1958.
- O Serviço de Proteção aos Índios — 1954.
- Línguas e culturas indígenas do Brasil — 1957.
- Rugendas, J. Maurício — Viagem pitoresca através do Brasil — (Trad. 1949).
- Schaden, Egon — Aspectos fundamentais da cultura Guarani — 1954.
- Serrano, Jônatas — Anchieta como educador — 1933.
- Vasconcelos, Padre Simão de — Vida do Venerável Padre José de Anchieta — 1943.
- Wagley, Charles — e Galvão, Eduardo — O parentesco Tupi-Guarani — 1946

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — Distribuição geográfica dos grupos indígenas — Segundo Curt Nimuendaju

Gr. linguístico	Convenção	Denominação	Observações
Botocudo	—	Anket (1911)	Extinto
"	—	Aranã	Extinto
"	—	Botocudo (1758)	Sede abandonada
"	—	Minyã-Yirugn — Nyeponyep (1938 +) (1886)	Extinto
"	—	Naknyanuk	Extinto
"	—	Nakrehé (1886)	Sede abandonada
"	—	Poyicá (1912) (1942)	Extinto
"	—	Yiporok	Extinto
Masakari	—	Masakari (1786)	Sede abandonada
Puri	—	Puri	Extintos
"	—	Puri (1831)	"
"	—	Puri (1849)	"
Tupi	—	Guarani (1938)	Atual

"	——	Temininó (1584)	Extinto
"	——	Temininó (1759)	Extinto
"	——	Temininó (1759)	Extinto
"	——	Tupinaki (1587)	Extinto
Waitaká			
(Ling. iolada)		Waitaká (1587)	Extinto
Desconhecida		Papaná	Extinto
Botocudo	——		Extinto
"	——		Sede abandonada
Masakari	——		Sede abandonada

Estado do Espírito Santo — Distribuição geográfica dos grupos indígenas — Segundo Curt Nimuendaju

B I B L I O G R A F I A

ANKET (1911)

Serviço de Proteção aos Índios — Archivos das Inspeções do Espírito Santo, Maranhão, Amazonas e Acre.

ARANA

Ehrenreich, Paul — Über die Botokuden der brasilianischen Provinz Espírito Santo und Minas Geraes.—: Zeitschr. f. Ethn., 19. Berlin, 1887.

Pôrto, Reinaldo Ottoni — Notas históricas do Município de Theóphilo Ottoni. II. Theóphilo Ottoni, 1931.

Ottoni, Theóphilo Benedicto — Notícia sobre os selvagens do Mucury.—: Rev. Inst. Hist. Geogr., 21 Rio, 1858.

Nimuendaju, Curt — Über die Botocudos, 1939, MS.

BOTOCUDO

Martius, Carl Friedr. Phil. von — Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas. I. Ethnographie. Leipzig, 1867.

Ploetz, Hermann & Métraux A. — La civilisation matérielle et la vie sociale et religieuse des Indiens Gê du Brésil méridional et oriental.—: Rev. Inst. Etn., 1 Tucuman, 1930.

Wied-Neuwied, Maximilian Prinz zu — Reise nach Brasilien in den Jahren... 1815 bis 1817. Frankfurt, 1828.

Saint-Hilaire, Auguste de — Voyage dans l'intérieur du

- Brésil; voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais. II. Paris, 1830.
- Ehrenreich, Paul** — Über die Botokuden der brasilianischen Provinz Espirito Santo und Minas Geraes.—: Zeitschr. f. Ethn., 19. Berlin, 1887.
- Ihering, Hermann von** — Os Botocudos do Rio Doce.—: Rev. Mus. Paul., 8. São Paulo, 1911.
- Königswal, K. von** — Die Botokuden in Südbrasilien. —: Globus, 93. Braunschweig, 1907.
- Manizer, Henri Henrikhovitch** — Les Botocudos d'après les observations recueillies pendant un séjour chez eux en 1915. — Arch. Mus. Nac., 22. Rio, 1919.
- Rudolph, Bruno** — Wörterbuch der Botokudensprache. Hamburg, 1909.
- Schulze-Friessnits, Franz** — Die erste ethnographische Skizze über die Botokuden in deutscher Sprache.—: Globus, 80. Braunschweig, 1901.
- Silva, Antonio Carlos Simões da** — A tribu dos índios Crenaks. — Congr. Intern. Americ. Rio, 1924.
- Étienne, Ignace** — Les Boruns.—: Anthropol., 4. Mödling, 1909.
- Spix, Joh. Bapt. von & Martius, Carl Friedr. Phil von** — Reise in Brasilien. München, 1831.
- Southey, Robert** — História do Brazil, Rio, 1874.
- Caldas, José Antonio** — Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia (1759). Rev. Inst. Geogr. Hist. Bahia. 1931.
- Pôrto, Marcus** — Vocabulário dos Botocudos.—: Rev. Inst. Hist. Geogr., 55. Rio
- Renaut, Victor** — Deux vocabulaires de la langue des Botocudos. In Castelnau, Francis de — Expedition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud; (Histoire du voyage, 5) Paris, 1851.
- Otoni, Théophilo Benedicto** — Notícia sobre os selvagens do Mucury.—: Rev. Inst. Hist. Geogr., 21. Rio, 1858
- Pôrto, Reinaldo Otoni** — Notas históricas do Município de Théophilo Otoni. Théophilo Otoni, 1928.
- Nimuendaju, Curt** — Über die Botocudos, 1939. — MS.
- Souza e Silva, Joaquim Norberto de** — Memória histórica e documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro.—: Rev. Inst. Hist. Geogr., 18. Rio, 1854.

NAKNYANUK

- Martius, Carl Friedr. Phil, von** — Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas. I. Zur Ethnographie. Leipzig, 1867.

Renault, Victor — Deux vocabulaires de la langue des Botocudos. In Castelnau, Francis de — Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud. (Histoire du voyage, 5). Paris, 1851.

Pôrto, Reinaldo Ottoni — Notas históricas do Município de Theophilo Ottoni, 1928.

Nimuendaju, Curt — Über die Botocudos. 1939. MS.

Pôrto, Reinaldo Ottoni — Notas históricas do Município de Theophilo Ottoni, 1931.

Ottoni, Theophilo Benedicto — Notícia sobre os selvagens do Mucury.-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 21 Rio, 1858.

Ehrenreich, Paul — Über die Botokuden der brasilianischen Provinz Espírito Santo und Minas Geraes -: Zeitschr. f. Ethn., 19. Berlin, 1887.

NAKREHÉ (1886)

Ehrenreich, Paul — Über die Botokuden der brasilianischen Provinz Espírito Santo und Minas Geraes — Zeitschr. f. Ethn., 19. Berlin, 1887.

Nimuendaju, Curt — Über die Botocudos. 1939. MS

POYICA

YIPOROK

Ehrenreich, Paul — Über die Botokuden der brasilianischen Provinz Espírito Santo und Minas Geraes.-: Zeitschr. f. Ethn., 19. Berlin, 1887.

Pôrto, Reinaldo Ottoni — Notas históricas do Município de Theophilo Ottoni. II. Theophilho Ottoni, 1931.

Nimuendaju, Curt — Über die Botocudos. 1939, — MS.

MASAKARI (1786)

Martius, Carl Friedr. von — Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas. I. Zur Ethnographie. Leipzig, 1867.

Wied-Neuwied, Maximilian Prinz zu — Reise nach Brasilien in den Jahren, 1815, bis 1817. Frankfurt, 1828,

Loukotka, Cestmir — La famille linguistique Masakali. — Rev. Inst. Etn., 2. Tucuman, 1931.

Saint-Hilaire, Auguste de — Voyage dans l'intérieur du Brésil; voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes. II. Paris, 1830.

Balbi, Adrien — Atlas ethnographique du globe. Paris, 1826.

Spix, Joh. Bapt. von & Martius, Carl Friedr. Phil von — Reise in Brasilien. München, 1831.

- Silva, Ignácio Accioly Serqueira e — Dissertação histórica, ethnográfica e política, etc. — Rev. Inst. Hist. Geogr., 12. Rio, 1849.
- Pohl, Johann Emanuel — Reise in Innern von Brasilien. Wien, 1837
- Nimuendaju, Curt — Die Masakari. 1939. — MS.
- Ottoni, Theóphilo Benedicto — Notícia sôbre os selvagens do Mucury.-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 21 Rio, 1858.
- Freire, Felisbello — História territorial do Brasil. Rio, 1906.
- Ferreira, Alexandre Rodrigues — Planchas. Museu Nacional, Rio.
- Navarro, Luiz Tomaz — Itinerário da viagem que fêz por terra de Bahia a Rio de Janeiro.-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 7. 3. ed. Rio. 1931.

PURI

- Martius, Carl Friedr. Phil. von — Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas. I. Zur Ethnographie. Leipzig, 1867.
- Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas, zumal Brasiliens. II. Zur Sprachenkunde. Erlange, 1863.
- Wied-Neuwied, Maximilian Prinz zu — Reise nach Brasilien in den Jahren, 1815, bis 1817. Frankfurt, 1828.
- Ehrenreich, Paul — Über die Puris Ostbrasiliens.-: Zeitschr. f. Ethn., 18. Berlin, 1886.
- Eschwege, W.C. von — Journal von Brasilien. Weimar, 1818.
- Knivet, Anthony — The admirable adventure and strange fortunes of Master. Hakluytus Posthumus, 16. Glasgow, 1906.
- Torrezão, Alberto Noronha — Vocabulário Puri.-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 52. Rio, 1889.
- Aires, Cazal, Manoel — Corographia Brasilica (1816). Rio, 1833.
- Tôrres, José Afonso de Moraes — Itinerário das visitas. Pará, 1852.
- Vasconcellos, Simão de — Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil. Rio, 1864.
- Silva, Joaquim Norberto de Souza e — Memória histórica e documentada das Aldeias de índios da Província de Rio de Janeiro.-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 18. Rio, 1854.
- Ferreira, Alexandre Rodrigues — Planchas. Museu Nacional, Rio

Chagas, P. Francisco — Notícia da fundação e princípios desta Aldéa de São João de Queluz.-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 3. Edição 1885.

Oliveira, José Joaquim Machado de — Notas, apontamentos e notícias para a história da Província do Espírito Santo.-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 19. Rio, 1896.

GUARANI

Métraux, Alfred — La civilisation materielle des tribus Tupi-Guarani. Paris, 1928.

Oliveira, José Joaquim Machado de — Notícia raciocinada sobre as aldeas índios da Província de S. Paulo.-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 8. Rio, 1867.

— A emigração dos Cayuaz.-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 19. Rio,

Amaral, Claro Monteiro do — Memória sobre usos e costumes de índios Guaranyes, Caiuás e Botocudos (1900).-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 63. Rio, 1901.

Schmidel's Ulrich — Reise nach Südamerika in den Jahren 1534-1554. Tübingen, 1889.

Southey, Robert — História do Brazil. Rio, 1874.

Notes pour un routier de la rivière Japoco à l'île de Joannes (1740); Frontières entre le Brésil et la Guiane Française. 2. (Memoire, 3) Berne, 1899.

Rimirez, Luiz — Carta. 10. VII. 1528.-: Rev. Inst. Hist. Geogr., 15. Rio, 1852

Lothrop. Samuel Kirkland — Indians of the Paraná Delta.-: Ann. N. Y. Acad. Sci., 33. New York, 1932.

Baldus, Herbert — Ligeiras notas sobre os índios Guaranyes do litoral paulista.-: Rev. Mus. Paul., 16. São Paulo, 1929.

Müller, Franz — Folkloristische Texte der Guarani-Indianer. Phönix, 13. Buenos Aires, 1927.

Nimuendaju, Curt — Die Sagen von der Erxchaffung und Vernichtung der Welt als Grundlagen der Religion der Apapocuva-Guarani.-: Zeitschr. f. Ethn., 46. Berlin, 1914.

— Mappa ethnographico do Brasil Meridional.-: Rev. Mus. Paul., 7. São Paulo, 1911.

Beschoren, Max — São Pedro do Rio Grande do Sul. Pettermanns Mitt. Gotha. 1899.

Nimuendaju, Curt — Informações e observações inéditas.

Baldus, Herbert — Ligeiras notas sobre duas tribus tupis.-: Rev. Mus. Paul. 20. S. Paulo, 1936.

— Informações.

Thomaz, José Francisco — Viagem feita por ... pelos

- desconhecidos sertões de Guarapuava. — Rev. Inst. Hist. Geogr., 49. (2)
- Elliot, João Henrique — A emigração dos Cayuaz. — Rev. Inst. Hist. Geogr., 19. Rio, 1896.
- Nascimento, José Francisco Thomaz do — Viagem feita por ... pelos desconhecidos sertões de Guarapuava. — Rev. Inst. Hist. Geogr., 49 (2). Rio, 1886.
- Garcia, Diego — Carta. — Rev. Inst. Hist. Geogr., 15. 2. ed. Rio, 1888.
- Galvão, Eduardo — Museu Nacional, Rio, Informações.

TEMIMINÓ

- Martius, Carl. Fridr. Phil, von — Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas. I. Zur Ethnographie. Leipzig, 1867.
- Léri, Jean de — História de uma viagem feita à terra do Brasil (1555). Rev. Inst. Hist. Geogr., 55. Rio, 1893.
- Staden, Hans — Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás (1554). — Rev. Inst. Hist. Geogr., 55. Rio, 1893.
- Poeppig, Eduard — Reise in Chile, Peru und auf dem Amazonenstromen. Leipzig, 1836.
- Schmidel's Ulrich — Reise nach Südamerika in den Jahren 1534-1554. — Tübingen, 1889.
- Tôrres, José Afonso de Moraes — Itinerário das visitas. Para, 1852.
- Vasconcellos, Simão de — Chrônica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil. Rio, 1864.
- Leite, Serafim — História da Companhia de Jesus no Brazil. 4v. Lisboa, Rio de Janeiro, 1938-43.

TUPINAKI (1587)

- Serviço de Proteção aos índios — Archivos das Inspectorias do Espírito Santo, Maranhão, Amazonas e Acre.
- Cardim, Fernão — Tratado da terra e gente do Brazil. Rio, 1925.
- Spix, Joh. Bapt. von & Martius, Carl Friedr. Phil, von — Reise in Brasilien. München, 1831.
- Sampayo, Francisco Xavier Ribeiro de — Relação geographica histórica do Rio Branco. — Rev. Inst. Hist. Geogr., 13. Rio, 1850.
- Meerwarth, H — Eine Zoologische Forschungsreise nach dem Rio Acará. — Globus 86. Braunschweig, 1904.
- Baena, Manoel — Informações sôbre as comarcas da

- Provincia do Pará. Pará, 1855.
- Marques, Cezar Augusto — Apontamentos para o dicionário histórico etc. do Maranhão. Maranhão, 1864.
- Caldas, José Antônio — Notícia geral de tôda esta Capitania da Bahia. (1759) Rev. Inst. Hist. Geogr. Bahia, 1913.
- Brusque, Francisco Carlos de Araujo — Relatório, etc. Pará, 1862.
- Cruz, Guilherme Francisco da — Relatório, etc. Pará, 1874.
- Benevides, Francisco Maria Correa de Sá e — Relatório, etc. Pará, 1875.
- Malcher, José da Gama — Relatório, etc. Pará, 1878.
- Nimuendaju, Curt — Vocabulários da língua geral do Brazil nos dialetos dos Manejé, Tembê e Turiwára. — Zeitschr. f. Ethn., 46. Berlin, 1914.
- Unveröffentlichte Sprachproben und grammatisches Material von 57 südamerikanischen Sprachen. Ms.
- Barros, Francisco Borges de — Bandeirantes e sertanistas bahianos. Bahia, 1920.
- Oliveira, J. B. de Sá — Camacans. In Moreira Pinto Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brazil. Rio, 1894.
- Informação do Brazil, e suas Capitánias (Anonymo) — Rev. Inst. Hist. Geogr., 6. Rio, 1865.
- Leite, Serafim — História da Companhia de Jesus no Brasil. 4v. Lisboa, Rio de Janeiro, 1938-43.

WAITAKA (1587)

- Martius, Carl Friedrich Phil, von — Beiträge zur Ethnographie un Sprachenkunde Amerikas. I. Zur Ethnographie. Leipzig, 1867.
- Soares de Souza, Gabriel — Tratado descriptivo do Brazil. — Rev. Inst. Hist. Geogr., 14. Rio, 1851.
- Knivet, Anthony — The admirable adventures and strange fortunes of Master. Hakluyts Posthumus, 16. Glasgow, 1906.
- Métraux, Alfred — Les Indiens Waitaka. — J. Soc. Améric., 21. Paris, 1929.
- Barboza, J. da C. — Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os índios. Rev. Inst. Hist. Geogr., 2. Rio, 1840.
- Rubim, Francisco Alberto — Notas, apontamentos e notícias para a história da Provincia do Espirito Santo. — Rev. Inst. Hist. Geogr., 19. Rio, 1856.
- Lério, Jean de — História de uma viagem feita à terra do Brazil (1555). — Rev. Inst. Hist. Geogr., 55. Rio, 1893.

- Staden, Hans — Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás (1554). — Rev. Inst. Hist. Geogr., 55. Rio, 1893.
- Aires Cazal, Manoel — Corographia brasílica (1816) Rio, 1833.
- Saint-Adolphe, J. C. R. Milliet — Dicionário geographico, etc. do Império do Brazil. Paris, 1845.
- Tôrres, José Affonso de Moraes — Itinerário das visitas. Pará, 1852
- Southey, Robert — História do Brazil. Rio, 1874.
- Jaboatam, Antônio de Santa Maria, fr. — Novo Orbe seráfico brasílico. Lisboa, 1761
- Vasconcellos, Simão de — Chrônica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil. Rio, 1864.
- Paixão, Múcio — A tribo dos Goytacás. — Ann. Congr. Intern. Amer. Rio, 1928.
- Leite, Serafim — História da Companhia de Jesus no Brasil. 4v. Lisboa, Rio de Janeiro, 1938-43.

PAPANÁ

- Martius, Carl. Friedr. Phil. von — Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas. I. Zur Ethnographie. Leipzig, 1867.
- Soares de Souza, Gabriel — Tratado descriptivo do Brazil. — Rev. Inst. Hist. Geogr., 14. Rio, 1851.
- Southey, Robert — História do Brazil. Rio, 1874.
- Jaboatam, Antônio de Santa Maria, fr. — Novo orbe seráfico brasílico. Lisboa, 1761.

Beija-Flores do Estado do Espírito Santo

Augusto Ruschi
Do Museu Nacional e
Museu de Biologia Prof. Mello Leitão

I — INTRODUÇÃO

Atendendo ao convite do Instituto Histórico e Geográfico, para escrever algo sobre a Flora ou Fauna do E. Santo, achei justo, pelo pouco espaço que me foi reservado, fazer um ensaio monográfico sobre os beija-flores dessa parte do Brasil, excluindo então os capítulos: Situação Geográfica, Clima, Geologia, Fitogeografia, Observações sobre a avifauna da região e Bibliografia, afim de ser incluída na revista do I.H.G.E.S. É uma singela homenagem que presto aos estudiosos e colecionadores de instituições científicas que aqui estiveram, desde 1815 até aos dias atuais, em atividades com esses minúsculos representantes da nossa Ornis. Além de nominar todos esses estudiosos, cronologicamente, fiz algumas considerações sobre essa Troquilifauna, incluindo a ilustração e descrição topográfica de um representante, afim de facilitar os leitores do manuseio das Chaves Analíticas e Artificiais, para o reconhecimento dos Gêneros e Espécies que aqui vivem; dei a distribuição geográfica no Estado, ao lado da descrição resumida de cada espécie, incluindo o nome vulgar logo após ao científico e no final, após o dimensionamento em milímetros, dei o peso em gramas e o número total de exemplares que figuram nas coleções do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, que possui a maior coleção viva do Mundo e uma das maiores taxidermisadas, que se rivaliza com as existentes nos grandes Museus Europeus e Norte Americanos. As ilustrações das espécies que acompanham as Chaves e descrições, estão reduzidas conforme escala. A ordem descritiva que segui, é a de Check-List of Birds of the World, Ed. 1955, vol. V. de Peters, com as modificações que se fizeram necessárias na parte de nomenclatura.

II — CONSIDERAÇÕES SOBRE A TROQUILIFAUNA ESPIRITOSSANTENSE

Foi o Padre José de Anchieta e não Jean de Léry, como querem todos os tratadistas, a primeira pessoa no Mundo a

observar essas aves, tanto no E. Santo, como em S. Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, desde 1554 conforme se refere na "Dissertação sôbre a história natural do Brasil". Até então, nunca os tratadistas fizeram referência a Anchieta e citam ao navegante e explorador Jean de Léry, como o primeiro a mencioná-las, quando participou do contingente marítimo francês, enviado pelo almirante Coligny às costas brasileiras em 1556, citando-as com o título: "De la variété des Oyseaux de l'Amerique tous différents des nôtres", mencionando o minúsculo "gonambuch" de plumagem esbranquiçada. Pelas referências de Anchieta, posso identificar a espécie a que se refere, como sendo a fêmea ou macho jovem de *Lophornis magnifica* (Vieillot), que ele viu transformar-se de borboleta para beija-flor; isso porque realmente o tamanho de *Lophornis m.* e o seu mimetismo com algumas espécies de Esfingídeos do Gênero *Pholus*, levam ainda hoje qualquer pessoa leiga a assim confundir-se. Já descrevi em outras publicações, a lula e os costumes em comum de *L. m.* e certos *Pholus*, quando visitam as flores de uma mesma planta de Larangeira (*Citrus sp.*) ou de um mata-páu (*Struthantus sp.*) em busca de nectar; ora o troquilídeo, ora o lepidoptero, é vencedor na luta de concorrência alimentar.

E' de importância histórica e também para a ornitologia, e especialmente para o estudo da família TROCHILIDAE, que trata dos beija-flores, ter sido o Padre José de Anchieta, o primeiro a observá-los e não menos importante, o de estar o E.E. Santo ligado ao feito.

Cientificamente aqui colecionaram ou estudaram essas aves: Príncipe Maximiliano de Wied; Auguste de Saint-Hilaire; João Theodoro Descourtilz, que faleceu em plena atividade no dia 13 de janeiro de 1855 em Riacho, distrito da então Vila de Santa Cruz, onde ainda existe sua sepultura; estava como Naturalista viajante do Museu Nacional. Thomaz Reeves; Barão de Langsdorff; H. Bach; J.B. Stene; Ernst Garbe; E. Blazer; José Pinto da Fonseca; Pedro Pinto Peixoto Velho; E. Kaempfer; Emilia Snethlage; A. Ruschi; H. Sick; E. Schneider; H.F. Bérila; E.G. Holt; G. Dutra; L.C. Ferreira; Oliverio M.O. Pinto; A.M. Olalla; E. Dente; E. Bérault; C.H. Greenewalt e Julio Soares, conforme material depositado que estudei em tantos Museus nacionais e estrangeiros; não posso deixar de mencionar os célebres monografistas como: John Gould; Ernst Hartert; Eugéne Simon e outros cujos nomes estão apostos às espécies que descreveram, conforme as regras taxonômicas exigem e que também manusearam material oriundo do E.E. Santo.

No Brasil foram colecionadas até aos atuais dias, 140 espécies e subespécies. No Estado do E. Santo, desde 1815, conforme publicou Wied em Av. nov. Bras., até 1938, conforme Oliverio M. O. Pinto, no Catálogo das Aves do Brasil, 1a. Parte, Rev. Mus. Paulista, Tomo XXII, foram as-

sinaladas e colecionadas 19 espécies de beija-flores. Em dezembro de 1934, iniciei o estudo desse grupo de aves em Santa Teresa; mais tarde, continuei a estudá-las pelos demais Municípios do Estado, vindo em seguida estender minhas atividades por todo o território Nacional e, atualmente, abrangir todos os países onde elas existem, ou seja: desde o Alaska até a Patagônia.

A intensificação do colecionamento a que procedi no E. Santo, conforme já publiquei em vários números do Bol. Mus. Biol. Mello Leitão, elevaram de 19 para 34 espécies e subespécies o número das que aqui se encontram e que constituem o objeto desse trabalho. A abundância de espécies no E. Santo, apesar de suas Latitude e Longitude desfavoráveis, é devida aos diferentes fatores climático-edafo-bióticos, trazidos pelo prolongamento da Serra da Mantiqueira através dos ramais e contrafortes que penetram em terras espiritosantenses, formando serras escarpadas e vales profundos, em diferentes pisos altitudinais, bem como a região dos tabuleiros, que se estende desde o Rio Doce, a partir de Linhares para Oeste, atravessando a lagoa Juparanã, até a região das Serras, e para o Norte, atravessando os Rios: Barra Sêca, São Mateus, Itaúnas até o Mucuri, e a região formada pelas restingas, dunas, planuras sedimentares ou baixadas pantanosas litorâneas, todos, com uma Fitofisionomia bem caracterizada, e, tanto nas grandes florestas dos tabuleiros, que se rivalizam às da Amazônia, como nas florestas mais baixas das zonas serranas e nos campos, quer sejam serrados, savanas ou mesmo nos campos alpinos e nas caatingas ou nos cocais, onde o grande número de espécies botânicas, de flores nectaríferas, apreciadas pelos beija-flores, como acontece com as representantes das famílias: Bromeliaceae, Bignoniaceae, Cactaceae, Combretaceae, Compositae, Labiatae, Loranthaceae, Malvaceae, Musaceae, Oenotheraceae, Rubiaceae, Vochysiaceae e Zingiberaceae, de crescimento herbáceo, arbustivo, arbóreo ou escandente, sempre fornecem a alimentação e o abrigo de que necessitam. Somente a espécie *Glaucis dohrni* (Bourcier e Mulsant), é endêmica e vive nas grandes florestas dos tabuleiros; sendo encontrada desde Baixo Guandú, Pancas, Barra de São Francisco, Nova Venécia, São Mateus, Montanha e Conceição da Barra, até Nanuque; unicamente vive nas florestas virgens e, sem dúvida, é a espécie que está entre todos os troquilídeos, em maior perigo de extinção.

Ultimamente, só na Reserva Florestal do "Córrego do Veado", ela tem sido vista. Outra espécie de muito restrita distribuição no E. Santo, é *Stephanoxis lalandi lalandi* (Vieillot), que vive na Serra do Caparaó e Pico da Bandeira, acima de 1.800 metros de altitude.

III — TOPOGRAFIA DE UM BEIJA-FLOR

Dou a fig. 1 de *Lophornis magnifica* (Vieillot) e sua topografia, para facilitar o manejo das Chaves e a familiarização com os termos ornitológicos empregados nas descrições. Topograficamente, para a sistemática dos beija-flores, são importantes as seguintes partes: I — PARTE SUPERIOR DO CORPO: Alto da cabeça, nuca, dorso alto ou anterior, dorso inferior ou posterior, uropígeo, coberteiras superiores ou supracaudais e retrizes. II — PARTE INFERIOR DO CORPO: Mento, garganta, peito anterior, peito posterior, barriga ou abdomen, crisso, coberteiras inferiores da cauda ou infracaudais e flancos. III — ASA: Encontro, remiges da mão ou primárias, remiges do braço ou secundárias e as coberteiras ou tectrizes menores, médias e maiores. IV — CABEÇA: Maxila ou mandíbula superior, mandíbula ou mandíbula inferior, tomia, gonis, culmen ou cumieira, serra, cera ou ceroma, ventas, freio, fronte, vértice, nuca, sobrançella, face e região auricular. — V PERNA: Coxa, tarso, dedos e unhas.

Na figura estão indicadas topograficamente as seguintes componentes:

- 1 — Bico
- 2 — Maxila ou mandíbula superior
- 3 — Mandíbula ou mandíbula inferior
- 4 — Fronte
- 5 — Topete
- 6 — Vértice
- 7 — Nuca
- 8 — Mento
- 9 — Garganta
- 10 — Pescoço inferior
- 11 — Peito
- 12 — Barriga ou abdomen
- 13 — Tarsos
- 14 — Asa
- 15 — Retrizes
- 16 — Uropígeo
- 17 — Supracaudais ou Coberteiras sup. da cauda
- 18 — Infracaudais ou coberteiras inf. da cauda
- 19 — Cinta
- 20 — Dorso inferior
- 21 — Dorso alto
- 22 — Pescoço posterior
- 23 — Topetes laterais
- 24 — Remiges primárias
- 25 — Remiges secundárias
- 26 — Coberteiras grandes da asa

- 27 — Coberteiras pequenas da asa
28 — Lado ou flanco
29 — Encontro

Ainda outras referências topográficas se encontram na parte descritiva, embora não estejam situadas no desenho da espécie ilustrada. Assim temos o crisso, ou região ao redor da cloaca; alux ou dedo posterior, que é o primeiro dedo; dedo médio e dedo externo; culmen ou região mais alta da maxila; unguis ou gancho, é a parte saliente do ápice da maxila; tonia, são as margens cortantes das mandíbulas, às vèzes provida de dentes ou serra; gonis é o contôrno inferior e mediano da porção distal inferior do bico, formado pela união dos dois ramos da mandíbula; a linha em que as mandíbulas se encontram, denomina-se comissura; a parte, posterior da comissura, atrás das narinas, chama-se rictus; loro ou freio é a região que fica entre o ôlho e o bico; ouvido ou região auricular; flexa é a região extrema posterior e mais alta do topete; tufos ou penugens são comuns na região do baixo abdomen e nas pernas de alguns beija-flores.

IV — CHAVE ANALÍTICA PARA OS GÊNEROS REPRESENTADOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 1 { A cauda aberta fortemente cuneiforme, as retrizes centrais muito longas PHAETHORNIS
Fig. 4
- 1 { Algumas partes da cauda dos machos esquisitamente alongadas 3
- 1 { Cauda reta, recortada em forma de garfo ou arredondada, mas sem partes esquisitamente alongadas nos machos 2
- 2 { Retrizes normais, par central mais longo; par extremo pelo menos cinco mms. mais curto do que o central, assim que a cauda aberta parece notavelmente arredondada 4
- 2 { Retrizes normais, par central pelo menos 9 mms. mais curto do que o mais comprido, assim que a cauda aberta parece furca ou muito recortada THALURANIA
Fig. 16
- 2 { Retrizes normais, nem o par externo 5 mms. mais curto do o central nem o central 10 mms. mais curto do que o sub-central, assim que a cauda aberta, parece não muito arredondada, nem muito recortada 6
- 2 { Retrizes dos machos fortemente estreitadas, endurecidas e ponteagudas CALLIPHLOX
Fig. 25

- 3 { Retrizes mais exteriores dos machos terminando em forma de bandeira DISCOSURA
Fig. 13
- 3 { Retrizes mais exteriores dos machos, preto-azul, com raquis branco, terminando em ponta fina POPELAIREA
Fig. 12
- 3 { Retrizes mais exteriores sem ponta fina, sem raquis branco e sem terminação em forma de bandeira EUPETOMENA
Fig. 5
- 4 { Bico reto; na base grosso e largo, terminado em ponta fina e aguda, dos lados achatada, em forma de faca HELIOTHRIX
Fig. 23
- 4 { Bico mais ou menos reto, grosso reforçado; na ponta curvado para baixo em forma de gancho RHAMPHODON
Fig. 2
- 4 { Bico curvado, nem em forma de faca nem terminando em forma de gancho 5
- 5 { Parte inferior do corpo de coloração geral castanho canela GLAUCIS
Fig. 3
- 5 { Parte inferior do corpo de coloração geral verde brilhante POLYTHMUS
Fig. 19
- 6 { Com tufos prolongados no pescoço dos machos e cinta dorsal LOPHORNIS
Fig. 11
- 6 { Com topete verde, sem tufos no pescoço dos machos e sem cinta dorsal STEPHANOXIS
Fig. 10
- 6 { Sem tufos no pescoço, sem topete e sem cinta dorsal 7
- 7 { Coloração nos machos, verde dourado brilhante, inclusive infracaudais e mento CHLOROSTILBON
Fig. 15
- 7 { Coloração nos machos, dorsal e ventral, diferente ... 8

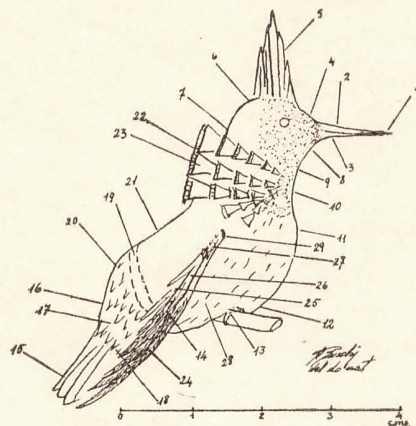
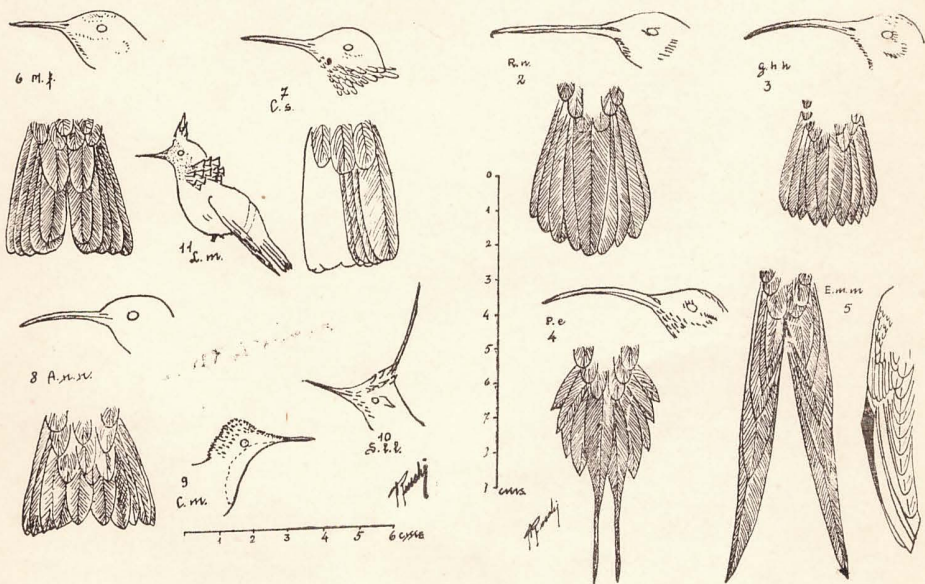
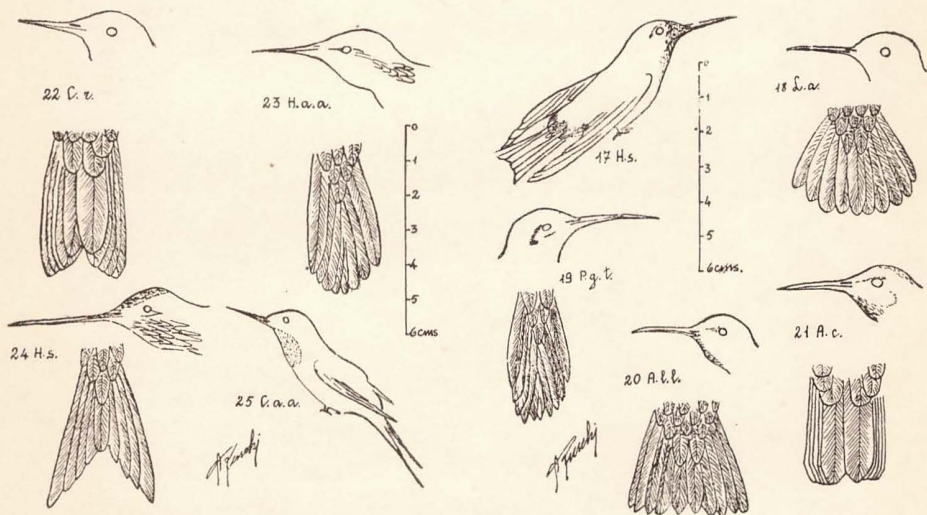
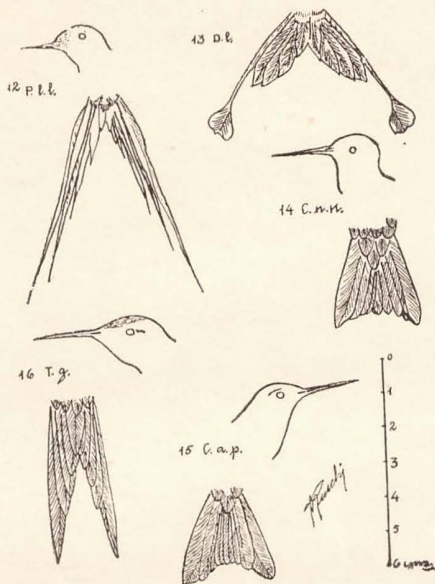


Fig. 1 Topografia de um Beija-flor
 ♂ *Lophornis magnifica* (Vieillot)
 ♂ Flecha de mercúrio: macho m.
 ♀ Espelho de Vênus: fêmea: f.





8	Bico mais longo do que a cabeça	9
	Bico mais curto do que a cabeça ..	CHRYSLAMPIS Fig. 9
9	Maxila pela metade ou mais, vermelha e mole, na base larga, depois mais fina	HYLOCHARIS Fig. 17
	Maxila tôda de uma só côr e não mais mole na base	10
10	Penas do peito devido às margens escuras, parecendo muito com escamas	COLIBRI Fig. 7
	Penas do peito brilhando ou não, porém sem margens escuras e não parecendo escamas	11
11	A cauda estendida, devido ao par de retrizes centrais muito encurtado, profundamente recortada	12
	A cauda estendida, não profundamente recortada ..	13
12	Asa acima de 63 mms.	CLYTOLAEMA Fig. 22
	Asa abaixo de 63 mm.	HELIOMASTER Fig. 24
13	Bico reto	14
	Bico não totalmente reto	15
14	Menores; sexos de côres diferentes, macho com mento azul	CHLORESTES Fig. 14
	Maiores; sexos semelhantes, garganta e peito com mancha oval branca	LEUCOCHLORIS Fig. 18
15	Grandes; asa acima de 63 mms.	16
	Médios; asa abaixo de 60 mms.	AMAZILIA Fig. 20
16	Prêtos; retrizes laterais brancas	MELANOTROCHIUS Fig. 6
	Nem prêtos, nem com retrizes laterais brancas ...	17
17	Sexos de igual coloração	APHANTOCHROA Fig. 21
	Sexos de coloração diferente ..	ANTHRACOTHORAX Fig. 8

V — DESCRIÇÃO DAS ESPÉCIES

Gênero **RAMPHODON** Lesson, 1830. Este gênero é monoespecífico e a única espécie que o representa é um dos maiores beija-flores do Brasil, sendo o mais pesado que vive no E. Santo.

Ramphodon naevius (Dumont, 1818) Fig. 2. Nome vulgar: Beija flor grande da mata. Bezourão. Lado dorsal, verde dourado escuro, penas com bordas fulva e uma cinta castanho escuro; sobrançelha e lados da garganta fulvos; mancha post-ocular preto roxeado; meio da garganta preto, com margem das penas cor camurça; peito e barriga pretos com margem das penas esbranquiçadas, alargando-se em cor camurça no ventre; infracaudais com uma área discal preta; cauda castanho-roxo esverdeado; retrizes centrais unicolor, bronze dourado, subcentrais apenas na ponta amarelo canela e as demais com uma larga faixa terminal amarelo canela. Maxila preta com unguis na ponta e serrilhada; mandíbula amarelo vivo com ponta preta. Fêmea semelhante, tendo a garganta mais clara e maxila menos curvada na ponta, com serra menos nítida. Cto. 160 a. 70 c. 54 b. 36 Pêso 9-10 grs. Santa Teresa, Domingos Martins e Santa Leopoldina, nas florestas virgens de altitude, próximo dos Rios. 19 exemplares.

Gênero **GLAUCIS** Boie. 1831. Este gênero está representado no E. Santo por duas espécies.

Chave analítica para as espécies:

- Retrizes laterais inteiramente bronze metálico —
..... **G. dohrni**
- Retrizes laterais com parte castanha e ponta branca ...
..... **G. h. hirsuta**

Glaucis hirsuta hirsuta (Gmelin, 1758) Fig. 3. Nome vulgar: Beija-flor bico curvo. Balança rabo. Lado dorsal verde bronzeado; retrizes castanho avermelhados, com larga faixa negra e ponta com estreita faixa branca; par central, bronze esverdeado metálico; parte ventral ferrugínea, barriga pardo acinzentada; mento enegrecido. Bico muito curvado, maxila negra e mandíbula amarelo carne. Fêmea semelhante, com a garganta mais clara. Cto. 120 a. 63. c. 43 b. 30 Pêso 7 grs. É encontrado nas florestas de todos os Municípios do E. Santo. 32 exemplares.

Glaucis dohrni (Bourcier e Mulsant, 1852). Nome vulgar: Balança rabo. Lado dorsal bronze esverdeado; supracaudais margeadas de marron canela; superciliar branca; post-ocular negra; lado ventral vermelho canela claro, com mento e

garganta pouco mais avermelhados; barriga mais clara; infracaudais maiores, chegando ao meio das retrizes; retrizes unicolores, bronze dourado brilhante bico pouco curvado; maxila negra tendo na ponta um pequeno unguis; mandíbula branca, com ponta negra. Cto. 122 a. 70 c. 43 b. 28 Pêso 7,5 grs. É encontrado em algumas florestas virgens, nos Municípios de: Baixo Guandu, Pancas, Barra de São Francisco, Nova Venécia, São Mateus, Conceição da Barra, Mucurici até Nanuque. É espécie endêmica isto é, só vive nessa região.

6 exemplares.

Gênero PHAETHORNIS Swainson, 1827. Este gênero está representado no E. Santo por cinco espécies e subespécies. O bico é sempre muito maior do que a cabeça, ponteagudo e curvado. A cauda é cuneiforme. Pés pequenos e tarso nu. Sexos semelhantes com exceção em *Phaethornis longuemareus idaliae*.

Chave analítica das espécies representadas no E. Santo.

- 1 { Lado ventral ferrugíneo 2
- 1 { Lado ventral pardo acinzentado ou pardo enegrecido 3
- 2 { Asa de 50 a 60 mms. — P. pretrei
- 2 { Asa de 30 a 36 mms. — P. ruber ruber
- Asa acima de 56 mms. — P. eurynome
- 3 { Asa abaixo de 50 mms. — P. squalidus squalidus
- 3 { Asa abaixo de 40 mms. — P. longuemareus idaliae

Phaethornis pretrei (Lesson e Delattre. 1839) — Nome vulgar: Beija flor de rabo branco. Limpa casa. Parte dorsal, verde bronzeada; supracaudais, canela camurça; retrizes centrais, verde bronzeadas em dois terços da base, restante branco; as demais retrizes, verde bronzeadas brilhante na base, seguindo-se uma faixa preta e pontas brancas, lado ventral com garganta, peito e barriga de cor canela camurça. Linha post-ocular também cor camurça. Maxila enegrecida; mandíbula vermelho laranja com ponta enegrecida. Fêmea um pouco mais clara. Cto. 165 a. 60 c. 70 b. 34 Pêso 6 grs. É encontrado em todos os Municípios do E. Santo, tanto nas florestas virgens, como nas capoeiras e campos ou nos jardins e parques urbanos. 65 exemplares.

Phaethornis ruber ruber (Linné, 1758) — Nome vulgar: Bezourinho da mata. Corpo superior verde bronzeado; uropígeo e corpo inferior ferrugíneo vivo, com uma mácula negra no peito; retrizes vermelho bronzeado claro; maxila negra; mandíbula amarela com o terço apical negro; retrizes centrais verde bronzeadas. Fêmea igual, tendo a garganta mais es-

branquiçada. Cto. 36 a. 33 c. 35 b. 22 Pêso 2, 4 grs. É encontrado nos seguintes Municípios: Ecoporanga, Mucurici, Conceição da Barra, Mantenópolis, B. São Francisco, Nova Venécia, S. Mateus, Linhares, Pancas, S. Domingos, Colatina, Baixo Guandu, Itaguaçu, Aracruz, Fundão, Serra, S. Leopoldina, Cariacica, Vitória, E. Santo Viana, Alfredo Chaves, Guarapari, Anchieta, Iconha, Rio Novo do Sul, Cachoeiro do Itapemirim, Vala do Souza, Itapemirim, Muqui e Mimoso do Sul. 45 exemplares.

Phaethornis eurynome (Lesson, 1832) — Fig. 4. Nome vulgar: Beija flor do rabo branco; Rabo branco da mata. Lado dorsal: Vértice negro acastanhado, dorso verde bronzeado; as penas com nítidas bordas fulvo ferrugíneas; listras post-oculares e malares, amarelo escuro camurça; losos e aurículas negras; corpo inferior cinza camurça; retrizes centrais esverdeadas com a parte alongada terminal branca; mento e garganta com uma grande faixa longitudinal formada de penas longas negras, franjadas de ferrugíneo; maxila negra; mandíbula amarela, com ponta negra. Fêmea semelhante, tendo a coloração mais esmaecida. Cto. 160 a. 60 — 63 c. 71 — 75 b. 36 Pêso 6.5 grs. 53 exemplares. É encontrado nas florestas de altitude superior a 600 metros nos Municípios ao sul do Rio Doce: Afonso Cláudio, Itaguaçu, S. Teresa, S. Leopoldina, Serra, Fundão, Ibirapu, Alfredo Chaves, Castelo, Muniz Freire, Iúna, Alegre, Guaçu, Calçado, São Domingos, Rio Novo do Sul e Cachoeiro do Itapemirim.

Phaethornis squalidus squalidus (Temminck, 1822) — Nome vulgar: Bezourinho da mata. Parte superior bronzeada, com a base das penas castanha; região da cabeça um pouco mais escura; retrizes centrais e sub-centrais bronze esverdeadas, passando a castanho e pontas alongadas brancas; retrizes externas idênticas, com pontas cor de camurça. Parte inferior pardo camurça acinzentado, mais escuro no peito e flancos; aurículas negras; sobrancelhas e linha abaixo do ouvido camurça; maxila negra; mandíbula amarela com ponta negra. Fêmea semelhante, pouco mais clara. Cto. 120 a. 43 c. 56 b. 24. Pêso 3.7 grs. 41 exemplares. É encontrado nas florestas de altitude superior a 500 metros, nos mesmos locais e Municípios onde vive *P. eurynome*, ao sul do Rio Doce.

Phaethornis longuemareus idaliae (Bourcier e Mulsant, 1856) — Nome vulgar: Bezourinho da mata. Sexos muito diferenciados. Macho: Parte superior verde escuro, enegrecido na cabeça; supracaudais verde escuro como o dorso; retrizes verde bronze enegrecido, largas e curtas; centrais e subcentrais quase do mesmo tamanho, obtusas; as retrizes laterais truncadas e curtas, as mais externas na ponta, pelo lado in-

terno brancas; linha ocular negra com esbranquiçado inferiormente; parte inferior, com a garganta negro fuliginoso, tornando-se mais claro para o abdomen; maxila negra; mandibula amarelo limão, com ponta negra. Cto. 75 a. 35 c. 29 b. 23. Fêmea — Assemelha-se com o macho jovem, e, com P. c. ruber, não tem a mancha negra no peito; sua coloração é camurça ferrugínea, mais claro na região da garganta e mais acinzentado no abdomen; superiormente muito mais claro que o macho; supracaudais franjadas de vermelho camurça; retrizes muito mais longas que nos machos, com ponta branca Cto. 92 a. 36 c. 35 b. 23 Pêso 2,4 grs. 64 exemplares. É encontrado em quase todos os Municípios do E. Santo, com excepção de: Muniz Freire, Túna, Alegre, Guaçu, e S. José do Calçado.

Gênero EUPETOMENA Gould, 1853. Este gênero está representado no E. Santo pela espécie típica, mas há na Bahia uma subespécie, que futuramente ocorrerá também na região norte do Estado, uma vez que sejam devastadas as florestas que a isolam da região aberta. É facilmente reconhecida a espécie deste gênero, porque é o maior beija-flor do E. Santo *Eupetomena macroura macroura* (Gmelin, 1788) — Fig. 5. Nome vulgar: Beija flor de tesoura. Cabeça, pescoço e garganta, azul da prússia, com brilho roxeado; restante do corpo, tanto do lado dorsal como ventral, de coloração verde escuro brilhante; crisso com tufo laterais brancos; retrizes e infracaudais, azul aço enegrecido; supracaudais, azul aço com tonalidade bronzea. Asa com o ráquis da primeira remige muito alargado. Fêmea com igual coloração do macho, sendo um pouco menor e não tem dilatação no ráquis da primeira remige. Cto. 190 a. 75 c. 114 b. 20 — 24 Pêso 7 a 9 grs. 83 exemplares.

É encontrado em todos os Municípios do E. Santo.

Gênero MELANOTROCHILUS Deslongchamps, 1830. É também este um gênero monoespecífico, e encontrado em todos os Municípios do E. Santo.

Melanotrochilus fuscus (Vieillot, 1817) — Fig. 6. Nome vulgar: Beija flor preto de rabo branco. Lado dorsal e ventral de coloração negra intensa; flancos brancos; coberteiras da asa, negro com brilho esverdeado; retrizes medianas e infracaudais, negras com brilho púrpura; crisso com tufo brancos; retrizes laterais brancas, com extremidade negro púrpura. Bico negro, curvo. Fêmea semelhante, sendo um pouco menor. Jovens com penas do dorso e supracaudais e do lado ventral, com franjas avermelhado canela; lados do pescoço com longas faixas marron canela. Cto. 127 a. 76 c. 45 b. 20 Pêso 7,6 grs. 320 exemplares. É encontrado em todos os Municípios do E. Santo.

Gênero COLIBRI Spix, 1824. Este gênero está representado no E. Santo por uma única espécie.

Colibri serrirostris (Vieillot, 1816) — Fig. 7. Nome vulgar: Beija flor orelhudo. Beija flor de canto. Lado dorsal verde; lado ventral verde brilhante, a garganta com tonalidade azulada como o peito, tendo essas penas um disco central escuro, que lhe dão o aspecto de escamas; penas que formam os tufos laterais do pescoço ou post-oculares, de coloração vermelhão violeta muito brilhante, precedido de uma linha de penas azues; infracaudais brancas; bico preto. Fêmeas iguais, porém menores e de coloração menos intensa; jovens, com a coloração mais esbranquiçada e as penas têm uma margem larga cor de camurça. Cto. 127 a. 71 c. 45 b. 23 Pêso 6,8grs. 210 exemplares. É encontrado em todos os Municípios do E. Santo.

Gênero ANTHRACOTHORAX Boie, 1831. Este gênero está representado no E. Santo por uma só espécie.

Anthracothorax nigricollis nigricollis (Vieillot, 1817) — Fig. 8. Nome vulgar: Beija flor de frente preta. Lado dorsal verde; retrizes centrais azul aço; retrizes laterais vermelho castanho, marginado de preto; lado ventral, com uma estria negro forte, com azul no mento e dos lados da garganta, passando a verde na altura do peito. Fêmea e macho jovem com o lado dorsal verde, tendo esparço algumas penas brancas; lado ventral branco, com uma estria mediana negra; flancos de cor cobre esverdeado ou avermelhado; retrizes medianas, verde bronze escurecido; retrizes laterais azul aço na metade externa e violeta avermelhado na extremidade interna, com a terminação branca. Bico curvo e preto. Cto. 125 a. 70 c. 35 b. 24 Pêso 7,5 grs. 134 exemplares. É encontrado em todos os Municípios do E. Santo.

Gênero CHRYSOLAMPIS Boie, 1831. É também este, um gênero monoespecífico.

Chrysolampis mosquitus (Linné, 1758) — Fig. 9. Nome vulgar: Beija flor vermelho. Fôgo. Lado dorsal castanho escuro; vértice, nuca e parte posterior do pescoço, vermelho magenta iridescente; lado ventral com mento, garganta e peito, formando uma placa amarelo topázio dourado brilhante; barriga castanho enegrecido; infracaudais vermelho canela; retrizes castanho claro com uma estreita faixa terminal negra; crisso com tufos brancos. Fêmea e jovens: dorsalmente verde fosco bronzeado; lado ventral branco acinzentado; infracaudais quasi brancas; cauda preto purpura; retrizes centrais verde bronzeado; retrizes laterais verde bronzeado com a

ponta branca. O bico é negro, tendo uma grande parte da maxila revestida de penas. Cto. 95 a. 57 — 59 c. 37 b. 11 Pêso 4,3 grs. 71 exemplares.

Esta espécie é migratória e passa por todos os Municípios do E. Santo, detendo-se por 4 ou 5 meses nas regiões serranas, emigrando a seguir para Sudoeste. Em 26 de dezembro de 1953, no Bol. Mus. Biol. nr. 16 descrevi as razões do aparecimento dessa e de outras espécies que pela primeira vez consegui capturar e observar. E desde essa data, todos os anos visitam as regiões serranas do Estado.

Gênero STEPHANOXIS Simon, 1897. Este gênero está representado no E. Santo pela espécie típica.

Stephanoxis lalandi lalandi (Vieillot, 1818) — Fig. 10 — Nome vulgar: Beija flor de topete verde. Lado dorsal verde capim bronzeado; topete verde brilhante com flexa negra; sobrançelha branca; lado ventral com merito e lados do pescoço de coloração cinzenta; garganta e barriga azul violenta brilhante; retrizes centrais verde bronze; retrizes laterais azul aço lavadas de verde com a extremidade branca. Bico preto e reto. Fêmea e jovens sem topete; ventralmente cinza claro; dorsalmente verde; sobrançelha branca. Cto. 90 a. 54 c. 34 b. 21 Pêso 4 grs. É encontrado no Pico da Bandeira e Serra do Caparaó e Forno Grande. 21 exemplares.

Gênero LOPHORNIS Lesson, 1829. Este gênero está representado no E. Santo por duas espécies.

Chave analítica para as espécies encontradas no E. Santo.

Macho com topete vermelho e tufos do pescoço com penas em forma de cunha. **L. magnifica**

Macho sem topete e com tufos do pescoço com penas filiformes — **L. chalybea chalybea**.

Lophornis magnifica (Vieillot) — Fig. 11 — Nome vulgar: Beija flor de topete. Bezourinho. Cabeça com vertice, mento e garganta, verde brilhante; topete vermelho; cinta uropígena esbranquiçada; dorso verde escuro; supracaudais pardo escuro bronzeado; topetes laterais do pescoço em forma de leque aberto, com penas brancas terminando em faixa verde brilhante; retrizes vermelhas com o topete lavadas de bronze metálico esverdeado; barriga esverdeada cinza; crisso com tufos brancos.

Fêmea e jovens, sem topetes e tufos laterais no pescoço; vértice, mento e garganta de cor canela esbranquiçado. Bico reto; no macho adulto, vermelho com ponta enegrecida; na fêmea e jovens, de cor pardo claro. Cto. 70 a. 40

c. 29 b. 10 Pêso 1,8 a 2,5 grs. 156 exemplares É encontrado nos seguintes Municípios do E. Santo: Afonso Cláudio, Itaguaçu, Santa Teresa, S. Leopoldina, Fundão, Ibirapu, Domingos Martins, Castelo, Cachoeiro de Itapemirim Alfredo Chaves, Muniz Freire, Iúna, Alegre, S. José do Calçado, Guaiú, Muqui, Vala do Souza, Cariacica, Serra, Rio Nôvo do Sul Guarapari e Anchieta.

Lophornis chalybea chalybea (Temminck, 1821) — Nome vulgar: Beija flor de careca. Bezourinho. Lado dorsal com vértice verde cintilante; nuca, pescoço e dorso, verde escuro capim; cinta uropígeana branco camurça; supracaudais vermelho castanho bronzeado; retrizes brônzeo metálico escuro, com ponta terminal pardo esbranquiçado; lado ventral com o mento e uma linha que passa sob o olho, verde cintilante como o vértice, a última com uma borda preta na parte inferior; garganta verde claro, com topetes laterais do pescoço com penas filiformes, pardo esverdeadas, com pontas brancas; peito branco cinza e barriga cinza escuro; branco acinzentados; infra-caudais pardo cinza esverdeado; aptéria coronal azul; bico réto e negro. Fêmea e jovens sem topetes laterais no pescoço; lado ventral branco acinzentado, com penas esparsas enegrecidas; lado dorsal verde escuro com cinta e supracaudais como no macho adulto. Cto. 76 a. 40 c. 29 b. 15 Pêso 3,3 grs. 21 exemplares.

É encontrado no E. Santo, nos Municípios de Conceição da Barra e Mucurici.

Gênero POPELAIREA Reichenbach, 1854. Este Gênero está representado no E. Santo por uma espécie *Popelairea langsdorffi langsdorffi* (Temminck, 1821) — Fig. 12. Nome vulgar: Bezourinho rabo fino. Lado dorsal verde cobre, claro, com uma cinta branca na região uropígeana; supracaudais verde com extremidade azul aço; retrizes laterais alongadas, sendo as internas bruscamente acuminadas agudas; as primeiras cinza claro e as centrais azul enegrecido com ráquis branco; vértice verde dourado brilhante; lado ventral com mento, e garganta verde dourado brilhante; no peito uma nítida cinta vermelho castanho brilhante; barriga negra; flancos cinza enegrecido; crisso com tufo branco; infra-caudais acinzentadas; bico réto e negro. Fêmeas e machos jovens sem retrizes alongadas; mento enegrecido, com longas faixas laterais brancas; garganta e peito esbranquiçados e densamente machetados de verde dourado; barriga esbranquiçada com flancos bronzeados e bordos negros. Cto. 125 a. 37 c. 75 b. 11 Pêso 3,3 grs. 8 exemplares.

É encontrado nos Municípios de Santa Teresa, Santa Leopoldina, Ibirapu e Domingos Martins.

Gênero DISCOSURA Bonaparte, 1850. É um gênero monoespecífico.

Discosura longicauda (Gmelin, 1788) — Fig. 13. Nome vulgar: Pavãozinho. Lado dorsal verde cobre com a cabeça verde mate escuro; cinta transversal branca; região uropi-geana verde cobre escuro enegrecido; retrizes violaceo enegrecido, o par externo mais longo, terminando em forma de raquete, com a coloração superior negro mate e inferior negro violeta; lado ventral com a garganta e peito verde escuro brilhante; mento precedido de uma macula preta na base do bico; no peito se nota uma cinta de penas verde claro brilhante franjadas de branco; barriga pardo avermelhado cobre lavado de negro; infracaudais acinzentadas cobre; bico réto e negro. Fêmea e macho jovem com o lado dorsal verde tendo a cinta transversal mais larga e branco amarelada; lado ventral com a garganta branca, com um faixa longitudinal negra e verde que avança para o peito; lados do peito verde cobre; barriga amarelada enegrecida; retrizes cinza amarelado, escurecendo para a extremidade, tendo uma larga faixa subterminal preto-violeta e uma parte apical amarelo claro. Cto. 80 a. 46 c. 53 b. 11 Pêso 3,2 a 3,7 grs. 18 exemplares. É encontrado nas florestas virgens dos Municípios de Conceição da Barra, Mucurici e Ecoporanga.

Gênero CHLORESTES L. Reichenbach, 1854. Este gênero está representado no E. Santo pela espécie típica.

Chlorestes notatus notatus (C. Reichenbach, 1795) — Fig. 14. Nome vulgar: Beija flor verde garganta azul. Lado dorsal verde escuro às vezes com reflexos cobreado; retrizes negro azul aço; lado ventral com mento azul; garganta, peito, barriga e infracaudais verde dourado brilhante; Bico reto, maxila negra, mandíbula vermelho laranja com ponta negra. Fêmea e macho jovem com lado dorsal verde mais pálido; lado ventral branco, machetado de verde na garganta e peito; barriga branca com flancos verde cobre; infracaudais verde franjadas de cinza esbranquiçado; retrizes centrais dorsalmente tintas de verde sombra na base, ventralmente só as externas com ponta cinza esbranquiçado e às vezes com verde na base externa. Cto. 96 a. 46 c. 32 b. 16 Pêso 3,8 grs. 39 exemplares.

É encontrado nos Municípios de: Vitória, Serra, Guarapari, Anchieta, Itapimirim, Cariacica, Serra, E. Santo, S. Leopoldina, S. Teresa, Aracruz, Fundão, Viana, Iconha, Alfredo Chaves, Rio Nôvo, Linhares, São Mateus, Nova Venécia e Conceição da Barra.

Gênero CHLOROSTILBON Gould, 1853. Este gênero está

representado no E. Santo por uma espécie.

Chlorestilbon aureoventris pucherani (Bourcier e Mulsant, 1849) — Fig. 15. Nome vulgar: Beija flor verde ouro. Verdinho de bico vermelho. Lado dorsal verde dourado brilhante, sendo mais cintilante na frente e vértice; lado ventral verde dourado cintilante, sendo a região da garganta com brilho azulado; cauda com furca; retrizes azul aço; bico réto, vermelho com ponta negra. Fêmea e jovem com lado dorsal verde; sobrancelha branca; lado ventral cinza; retrizes mais externas com pontas brancas. Cto. 85 a. 47 c. 31 b. 13-16. Pêso 3,2 a. 3,5 grs. 167 exemplares. É encontrado em todos os Municípios do Estado.

Gênero **THALURANIA** Gould, 1848. Este gênero está representado no E. Santo por uma espécie.

Thaluranía glaucopis (Gmelin, 1788) — Fig. 16. Nome vulgar: Beija flor verde tezoura.

Lado dorsal verde capim brilhante; vértice e frente azul violeta; lado ventral, inclusive infracaudais verde capim cintilante; crisso com tufo branco; cauda muito furcada; retrizes azul aço; bico réto, negro. Fêmea e macho jovem com lado dorsal verde claro; lado ventral branco acinzentado; retrizes laterais com pontas brancas. Cto. 110 a. 57 c. 44 b. 17. Pêso 4 a 4,5 grs. 386 exemplares. É encontrada em todos os Municípios do E. Santo.

Gênero **HYLOCHARIS** Boie, 1831. Este gênero está representado no E. Santo por duas espécies.

Chave analítica para as espécies encontradas no E. Santo.

Macho com cabeça, pescoço e garganta azul rôxo cintilante. — **H. cyanus cyanus**

Macho com mento marron, garganta azul violeta claro — **H. sapphirina**

Hylocharis sapphirina (Gmelin, 1788) — Fig. 17. Nome vulgar: Beija flor rôxo garganta marron. Lado dorsal verde azulado escuro brilhante; supracaudais vermelho bronzeado; retrizes centrais vermelho bronze; retrizes laterais vermelho castanho com franja lateral negra e com brilho ventralmente azul aço bronzeado; lado ventral com mento vermelho marron; garganta azul violeta claro cintilante; barriga e flancos verde azulados; crisso com tufo branco; infra-

caudais vermelho castanho; bico réto, vermelho de ponta negra e de base muito alargada e chata. Fêmea e macho jovens com lado ventral esbranquiçado; mento de cor canela claro; garganta pouco salpicada de azul; flancos esverdeados. Cto. 85 a. 52 c. 28 b. 18 Pêso 4 grs. 81 exemplares.

É encontrada nos seguintes Municípios: Ecoporanga, Mucurici, Conceição da Barra, S. Mateus, Nova Venécia, Barra de São Francisco, Mantenópolis, Pancas, S. Domingos, Colatina, Linhares, Baixo Guandu, Itaguaçu, S. Teresa, Ibirapu, Aracruz, Fundão, Serra, Cariacica, S. Leopoldina, Domingos Martins, Castello, Alfredo Chaves, Viana e Guarapari.

Hylocharis cyanus cyanus (Vieillot, 1818). Nome vulgar: Beija flor roxinho bico vermelho. Cabeça com fronte, vértice, nuca, mento, pescoço, garganta e peito de cor rôxo violeta azulado brilhante; as penas do mento com ponta esbranquiçada; barriga cinza, passando para verde cobre ou azulado, principalmente nos flancos; dorso alto verde azulado; dorso inferior verde cobre; supracaudais enegrecidas; retrizes dorsalmente negro mate e inferiormente negro azul; infracaudais enegrecidas, franjadas de cinza e às vezes com discos bronzeos. Fêmea e macho jovens dorsalmente verde claro cobreado; cabeça verde mais escuro; supracaudais cinza enegrecido ou azulado, tarjado de branco cinza; lado ventral branco cinza, lados do peito e abdomen verde cobreado. Bico réto, vermelho com ponta preta. Cto. 90 a 51-53 c. 30 b 16-17. Pêso 3,4grs. 179 exemplares.

É encontrado em todos os Municípios do E. Santo

Gênero **LEUCOCHLORIS** Reichenbach, 1854. Este gênero é monoespecífico e está representado nos Municípios serranos do E. Santo.

Leucochloris albicollis (Vieillot, 1818) — Fig. 18. Nome vulgar: Beija flor papo branco. Lado dorsal verde cobre, mais claro na cabeça; lado ventral verde brilhante, as penas do mento franjadas de branco; garganta e peito alto com uma faixa oval branca; infracaudais brancas com discos negros; retrizes medianas verde bronzeado; retrizes subcentrais inteiramente negro-azul e as demais retrizes azul-negro com pontas brancas. Fêmea semelhante com coloração mais esmaecida. Bico quase réto, maxila negra, mandíbula vermelho laranja com ponta negra. Cto. 100 a. 61 c. 35 b. 24. Pêso 6 grs. 48 exemplares. É encontrado nos Municípios serranos em altitude superior aos 800 metros, em: S. Teresa, Itaguaçu, S. Leopoldina, Afonso Cláudio, Domingos Martins, Alfredo Chaves, Castello, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Guaçu e Iúna.

Gênero POLYTHMUS Brisson, 1760. Este gênero está representado no E. Santo por uma espécie.

Polythmus guainumbi thaumantias (Linné, 1766)

Fig. 19. Nome vulgar: Beija flor verde ouro. Lado dorsal verde dourado bronze brilhante; lado ventral verde dourado brilhante; infracaudais brancas com discos centrais verde dourado; retrizes verde azuladas com pontas brancas; bico curvo, maxila negra mate e mandíbula alaranjada com ponta negro mate. Fêmea de mesma coloração, sendo mais esmaecida. Jovens dorsalmente e ventralmente, intensamente maculados de marron canela. Cto. 100 a. 57-62 c. 39-42 b. 21-24. Pêso 5 a 5,3 grs. 31 exemplares.

É encontrado na região de campos limpos e campos sujos, com maior frequência nos Municípios Costeiros. Colecionei esta espécie em: S. Teresa, S. Leopoldina, Cariacica, Viana. E. Santo, Vitória, Guarapari, Anchieta, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Aracruz, Fundão, Iconha e Mimoso do Sul.

Gênero AMAZILIA Lesson, 1843. Este gênero está representado por três espécies e duas subespécies no E. Santo.

Chave analítica para espécies e subespécies encontradas no E. Santo.

- | | | | |
|---|---|--|---|
| 1 | { | Sexos de coloração diferente; macho com azul violeta na garganta — <i>A. lactea lactea</i> | |
| | | Sexos de coloração quase igual; macho sem azul violeta na garganta | 2 |
| 2 | { | Infracaudais brancas | 3 |
| | | Infracaudais no meio escuras | 4 |
| 3 | { | Maior, bico 22 mms. — <i>A. fimbriata tephrocephala</i> | |
| | | Menor bico 18 mms. — <i>A. fimbriata nigricauda</i> | |
| 4 | { | Garganta verde azulada — <i>A. versicolor versicolor</i> | |
| | | Garganta na parte central branca — <i>A. versicolor brevirostris</i> | |

Amazilia lactea lactea (Lesson, 1829) — Fig. 20. Nome vulgar: Beija flor verde peito azul. Lado dorsal verde cobre, mais escuro na cabeça, passando a verde azulado mais claro no pescoço e dorso bronze oliva ou avermelhado nas supra-caudais; lado ventral com mento, garganta e peito azul violeta brilhante; infracaudais branco; retrizes centrais dorsalmente negras lavado de bronze esverdeado escuro na base; retrizes laterais ventralmente azul negro passando a enegrecido na ponta; barriga verde azulado escuro com uma faixa

mediana branca que vai até ao crisso. Bico quase réto, maxila negra. mandíbula alaranjada com ponta negra. Cto. 95 a. 55 c. 33 b. 17-19. Pêso 3,5 grs. 38 exemplares. É encontrada nas regiões serranas dos campos, nos Municípios de: Santa Teresa, Domingos Martins, Alfredo Chaves, Afonso Cláudio, Castelo, Alegre, Guaçuí, Iúna, Santa Leopoldina, Cachoeiro de Itapemirim, Itaguacu, Baixo Guandu, Muniz Freire, Fundão e Ibiracu.

Amazilia fimbriata tephrocephala (Vieillot 1818) — Nome vulgar: Beija flor verde de barriga branca. Lado dorsal verde fôsko escuro; lado ventral com mento, garganta e peito verde brilhante; barriga e infracaudais brancas; retrizes medianas verde bronze, às vêzes um pouco azulado, passando a negro na extremidade; retrizes laterais negro mais pálido, passando a cinza. Bico quase réto, maxila negra, mandíbula vermelho laranja com ponta negra. Fêmea igual, tendo a coloração menos intensa. Cto. 110 a. 58-62 c. 39 b. 22 Pêso 4,7 a 5 grs. 33 exemplares. É a maior espécie de Amazília que vive no Brasil, e no E. Santo. é encontrada nos Municípios litorâneos, a partir de Aracruz, para o sul ou seja: Fundão, Serra, Vitória, E. Santo, Guarapari, Anchieta, Iconha e Itapemirim. Encontrando-se também em: Cariacica e Viana.

Amazilia fimbriata nigricauda (Elliot, 1878) — Nome vulgar: Beija flor verde da barriga branca Lado dorsal verde escuro bronzeado; lado ventral com garganta e peito verde brilhante mais claro que a precedente; barriga e infracaudais brancas; retrizes laterais azul negro aço com ponta branco cinza; retrizes centrais negro mate bronzeado; bico quase réto, maxila negra, mandíbula vermelho laranja com ponta negra. Fêmea igual, tendo a coloração mais desmaiada. Cto. 90 a. 53 c. 32 b. 18-20 Pêso 3,5 a 4 grs. 26 exemplares. Esta espécie se parece muito com a precedente mas é muito menor, e é encontrada nos Municípios de: Conceição da Barra, Mucurici, Ecoporanga, Linhares, Aracruz, S. Mateus, Barra de S. Francisco, Mantenópolis, Nova Venécia, Baixo Guandu, Colatina, S. Domingos, S. Teresa, Santa Leopoldina e Itaguaçu.

Amazilia versicolor versicolor (Vieillot, 1818) — Nome vulgar: Beija flor verde azulado. Lado dorsal com cabeça verde escuro fôsko e parte restante pouco mais claro; lado ventral com garganta e peito verde brilhante com reflexo azulado claro, tendo a parte do mento e garganta um pouco de branco misturado; barriga verde cobre passando a branco na região do crisso; retrizes verde bronze oliva; as centrais dorsalmente, na parte verde bronzeada um pouco azulado ou verde oliva como as externas, estas ventralmente mais claras, passando gradativamente a cinza esbranquiçado para a extremidade, com a franja no lado ventral enegrecida na mo

tade; bico quase réto, maxila preta e mandíbula alaranjada com ponta preta. Fêmea semelhante, tendo a garganta mais esbranquiçada e a coloração menos brilhante. Cto. 90 a. 53 c. 32 b. 16 Pêso 4 grs.

187 exemplares. É encontrada em todos os Municípios do E. Santo.

Amazilia versicolor brevirostris (Lesson, 1829) — Nome vulgar: Beija flor verdinho de garganta branca. Lado dorsal verde bronze, mais escuro na cabeça; lado ventral com mento, garganta, peito, barriga até o crisso, branco puro, numa faixa que é acuminada no mento e se alarga para a barriga; flancos verde cobreados; r. externas ventralmente com faixa nítidamente enegrecida na metade interna; infracaudais pardo esbranquiçadas; bico quase réto com maxila preta e mandíbula alaranjada com ponta preta; lados da garganta verde brilhante. Fêmea semelhante tendo a coloração mais esmaecida. Cto. 85 a. 50 c. 32 b. 16. Pêso 3.5 grs. 122 exemplares.

É muito semelhante à precedente e também se encontra em todos os Municípios do E. Santo.

Gênero **APHANTOCHROA** Gould, 1853. Este gênero é também monoespecífico e está representado no E. Santo.

Aphantochroa cirrochloris (Vieillot, 1818). — Fig. 21. Nome vulgar: Beija flor pardo cinza. Lado dorsal verde bronzeado pardo, mais escuro na cabeça; supracaudais bronzeadas mais claro e mais cobre; lado ventral cinza escuro, mais raramente cinza esbranquiçado, com penas da garganta, do peito e dos flancos, com discos verde bronzeados pequenos; infracaudais cinza enegrecido. franjadas de branco ou tingidas de verde bronzeado; retrizes centrais dorsalmente verde oliva bronzeado. mais ou menos avermelhado na extremidade; as demais retrizes, dorsal e ventralmente bronze mais violeta, passando ao cobre esverdeado escuro na base, principalmente na parte externa e enegrecido na parte ventral; crisso com tufo branco; bico réto e negro. Fêmea semelhante, tendo a coloração mais clara. Cto. 120 a. 67-70 c. 40 b. 21 Pêso 7,5 grs. 167 exemplares.

É encontrada em todos os Municípios do E. Santo.

Gênero **CLYTOLAEMA**, Gould, 1853. É também este gênero monoespecífico e está representado no E. Santo.

Clytolaema rubricauda (Boddaert, 1783) — Fig. 22. Nome vulgar: Beija flor estrêla vermelha. Lado dorsal bronze

avermelhado brilhante; frente e vértice verde escuro cintilante; lado ventral com mento verde negrecido; garganta com uma grande mácula vermelho rubim cintilante; peito verde cintilante; barriga verde sombreado; crisso com tufo branco; infracaudais verdes, com bordos castanho claro; retrizes centrais e bordos das retrizes laterais, bronze dourado; bico réto e negro; mácula branca. Fêmea e macho jovem com a parte dorsal, inclusive fronte e vértice, verde brilhante; lado ventral marrom canela claro; retrizes laterais exceto o par mais externo, com pontas cor de camurça; o par de retrizes mais externo todo castanho. Cto. 120 a. 73-77 c. 46-49 b. 18 Pêso 7,5 a 8 grs. 188 exemplares.

É encontrado nos Municípios serranos do E. Santo, em altitudes superiores a 700 metros, ou seja: Santa Teresa, S. Leopoldina, Itaguaçu, Ibirapu, Domingos Martins, Alfredo Chaves, Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Guaçuí, Iúna, Muniz Freire e S. José do Calçado.

Gênero *HELIOTHRIX* Boie. 1831. Este gênero está representado por uma espécie no E. Santo.

Heliothrix aurita auriculata (Nordmann, 1835) — Fig. 32. Nome vulgar: Beija flor verde e branco. Lado dorsal verde ouro brilhante; lócos e coberteiras da orelha negro, com mancha post-auricular azul brilhante; lado ventral branco puro, inclusive infracaudais; mento verde brilhante; retrizes laterais brancas; quatro retrizes medianas negras; bico réto, negro de sabre com culme afiado. Fêmea sem verde cintilante no mento e lados da garganta, e sem azul na região auricular; lado ventral com manchas salpicando a garganta e peito; cauda muito mais longa; retrizes centrais com 74 mms.; retrizes laterais com uma barra preta, transversal perto da base. Machos jovens semelhante às fêmeas. Cto. 103 a. 61 c. 48 b. 20 Pêso 5,9 grs. 29 exemplares.

É encontrado nos Municípios de grandes extensões em florestas virgens: Conceição da Barra, Mucurici, Ecoporanga, Linhares, Colatina, Nova Venécia, São Mateus, Aracruz e Mantenópolis; também vive nas regiões de altitude, onde há densas matas, como: Santa Teresa, Santa Leopoldina, Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Guaçuí, Iúna, Afonso Cláudio, Fundão, Ibirapu e Domingos Martins.

Gênero *HELIOMASTER* Bonaparte. 1850. Este gênero está representado no E. Santo por uma espécie.

Heliomaster squamosus (Temminck, 1823) — Fig. 24. Nome vulgar: Beija flor bico grande. Bico réto. Lado dorsal verde bronze brilhante; fronte e vértice azul cintilante; lado

ventral verde escuro enegrecido com uma estria longitudinal central branca; garganta com grande mácula vermelho carmin escuro, com penas mais externas compridas quase como topetes laterais; infracaudais verde escuro enegrecido com bordas brancas; cauda com retrizes centrais verde escuro e as laterais negro aço esverdeado; bico réto e negro; flancos brancos. Fêmea e macho jovem com a parte dorsal verde bronze mais pálido, inclusive fronte e vértice; lado ventral branco acinzentado com os lados do peito e barriga verde cobre; penas da garganta com um disco enegrecido central; retrizes verde escuro uniforme, tendo as laterais uma cinta sub-terminal escura e a ponta branca. Cto. 112 a. 57 c. 40 b. 29 Pêso 5,6 a 6 grs. 78 exemplares.

É encontrado nos Municípios de: Vitória, E. Santo, Serra, Cariacica, S. Leopoldina, S. Teresa, Castello, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Iúna, Guaçuí, Domingos Martins, Fundão e Viana.

Gênero CALLIPHLOX Boie, 1831. Este gênero está representado pela espécie típica e se encontra em todos os Municípios do E. Santo.

Calliphlox amethystina amethystina (Boddaert, 1783)
Fig. 25. Nome vulgar: Beija flor zumbidor Bezourinho. Lado dorsal verde oliva brilhante; retrizes centrais mais curtas, verde oliva brilhante; retrizes laterais negro púrpura com pequenas pontas verdes na trama interna; as retrizes externas maiores; lado ventral na garganta, com uma grande mácula vermelho rosado ametistina, cintilante; peito branco ou acinzentado; barriga e infracaudais cinza esbranquiçado ou cinza esverdeado opaco; flancos cinza esverdeado ou marron canela escuro. Fêmeas e machos jovens ventralmente, cinza mais claro no peito e infracaudais, lados lavados de vermelho canela; garganta com algumas penas com manchas disciais escuras, uma ou outra brilhante vermelho ametistino; retrizes externas do mesmo comprimento das centrais, com coloração enegrecida, esverdeadas na base, com ponta branca; retrizes centrais verde oliva brilhante; bico réto e negro. Cto. 88 a. 33-35 c. 35 b. 12-15 Fêmea Cto. 70. Pêso 2,3 a 2,8 grs. 12 exemplares.

É encontrado em todos os Municípios do E. Santo.

Resenha Bibliográfica

A vida e a obra de Moniz Freire

Marcello Antônio de Souza Basílio, jovem pesquisador da história capixaba, tendo sido premiado no primeiro concurso anual litero-científico, instituído pela Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, editou, em 1961, a monografia com que, mui justamente, recebeu o galardão.: — **A vida e a obra de Moniz Freire** uma das mais ilustres e menos estudadas personalidades espírito-santenses, da primeira República

Em nove capítulos de redação concisa, enriquecidos por numerosas indicações bibliográficas, o trabalho, que mereceu parecer recomendatório dos professores Jair Etienne Dessau-ne, Mário Gurgel e Nelson Abel de Almeida, dá-nos visão segura da trajetória do grande político e administrador capixaba, ligando-a, todavia, á realidade nacional do período em que viveu (13 de julho de 1861 — 3 de abril de 1913).

Através desta biografia, que consideramos passo inicial para o conhecimento mais profundo da história capixaba, apenas esboçado no que tange ao período que vai da segunda presidência Moniz a seu ingresso no Senado da República, verifica-se quanto valeu ao jovem espírito-santense (no que foi acompanhado por Afonso Cláudio e Jerônimo Monteiro) sua passagem pelas Faculdades de Direito tradicionais do país — Recife e São Paulo, já então mais centros de formação de líderes do que apenas centros de estudos jurídicos. Exemplo disto são as famosas “Cartas ao Imperador” que Moniz redigiu aos 24 anos, e demonstravam claramente sua visão de administrador, fixando-se, á época, no binômio transportes e colonização do oeste, este mesmo oeste que mais de meio século depois ainda é fruto de discórdia entre nosso pequenino Estado e a grande província das Minas Gerais!

O jurista de escol, o constitucionalista, o administrador, o legislador, Moniz Freire aparece em retrato nítido no pequeno livro do estudioso espírito-santense, que, esperamos nós, continuará sua pesquisa, para, em futuro próximo, nos dar trabalho mais completo, que examine, inclusive, o período supra-citado, o qual o A. passa em branco, talvez para evitar polêmicas.

Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida no Espírito Santo

O Serviço Social Rural, através do Conselho Regional do Espírito Santo, vem de publicar o alentado volume (375 páginas em "multilith", tamanho ofício) — **Desenvolvimento municipal e níveis de vida no Espírito Santo** — em que são expostos os resultados da pesquisa realizada pela Sociedade de Pesquisas e Planejamento (SPLAN) dirigida pelo sociólogo José Arthur Rios, e que obedece á orientação metodológica do Padre Lebrete.

Durante os trabalhos de campo tivemos o prazer do contato com o Coordenador da Pesquisa, Professor Carlos Alberto de Medina (ao tempo ainda na SPLAN) e pesquisadores Alexis Stepanenko e Paulo Cesar Junqueira, e verificamos que, dentro da disponibilidade de tempo e recursos, seria trabalho de "survey" que deveria ser completado, nos anos subsequentes com pesquisas em profundidade, de vêz que como é sabido, o método de "Economia e Humanismo" fotografa mas não radiografa.

Nada obstante esta natural limitação metodológica, trata-se de trabalho que, juntamente com o anterior Seminário Sócio-Econômico do Espírito Santo, promovido em 1959 pela Federação das Indústrias, se reveste de autêntico pioneirismo e merece, destarte, nosso aplauso, pela familiarização do povo com técnicas inusitadas em nossa terra.

Além de duas introduções, o estudo consta de duas partes: na primeira, em quatro capítulos, são examinadas a população e suas características, e estrutura econômica, a estrutura agrária e as atividades agrícolas. Na segunda são estudados os níveis de vida e apresentam-se conclusões e recomendações.

O ponto alto do trabalho é, sem dúvida, a análise demográfica, que se ressentido do fato de ter sido feita á base de dados de recenseamento de 1950, mal superável pois poderá, a qualquer tempo, ser complementada.

O ponto mais fraco do trabalho reside na segunda introdução em que são versadas as generalidades geográficas, os climas e a ocupação do solo. Não se compreende que em estudo de tão elevado nível, capítulo sobre ocupação esteja elevado de tantos enganos e imprecisões. Senão vejamos: — os alemães não colonizaram o rio Jacui (os jesuitas é que o fizeram no século XVI) e sim o Jucu e não fundaram Santa Tereza, colônia de predominância italiana (pp. 31 e 32). "Mais tarde vieram poloneses que se localizaram mais ao

norte" foge á verdade pois os poloneses só vieram em colônia própria no século XX e se localizaram em área completamente diversa da originalmente ocupada por teutos e italianos, em Águia Branca e não Água Branca como foi erroneamente citado. Não foi Vitória e sim o Rio de Janeiro que atraiu a primeira linha férrea que percorreu a região então cafeeira do sul do Estado, que é a mesma que se estabeleceu em direção ao Itapemirim (leste-oeste). Na área da região serrana do sul apareceram "nove portos" (sic), quando, de fato, só foram quatro. A ocupação antiga ao norte do Rio Doce é negada, conquanto Linhares, São Mateus e Barra de São Mateus (hoje Conceição da Barra) sejam de colonização antiga. Também estou que carece de mais evidência factual a afirmação de que a mão de obra em Linhares é bahiana, afirmação que poderia ser correta quando Brasilino Berbet plantou os primeiros cacauzeiros.

São observações que registamos, pelo muito que nos mereceu o trabalho resenhado, que se encerra com excelentes recomendações, destinadas aos governantes, que devem seguir.

R. J. C. P.

Noticiário

Diretoria do Instituto (1961-1963)

Eleita a 3 de maio de 1961, tomou posse, em sessão solene realizada no dia 12 de junho do mesmo ano, na sala de sessões da Assembléia Estadual, a Diretoria do IHGES para o biênio 1961-63.

Era a seguinte a Diretoria:

Presidente — Dr. Ceciliano Abel de Almeida

1º. Vice presidente — Desembargador João Manuel de Carvalho

2º. Vice presidente — Dr. Jair Etienne Dessaune

3º. Vice presidente — Desembargador Eurípides Queiroz do Valle

Secretário Geral — Prof. Placidino Passos

Sub Secretário — Afrodísio Pereira de Souza

Tesoureiro — Prof. Norbertino Bahiense

Orador oficial — Dr. Nelson Abel de Almeida

Comissão de História — Francisco Eugênio de Assis, D. Maria Stella de Novaes, Des. João Manuel de Carvalho.

Comissão de Geografia — Prof. Alberto Stange Junior, Prof. Cícero de Moraes e Des. Eurípides Queiroz do Valle

Comissão de Finanças — Vicente da Silva Loureiro, Des. **Manuel Xavier Paes Barreto e Prof. Norbertino Bahiense.**

Comissão de Revista — Prof. Guilherme Santos Neves, Dr. João Bastos Vieira e Prof. Placidino Passos

Homenagem a Afonso Cláudio

Na manhã do dia 15 de novembro de 1961, presentes - representante de S. Excia. o Sr. Governador do Estado, altas autoridades eclesiásticas, civis e militares, S. Excia. o Senhor Prefeito da Capital, membros do IHGES e de outras associações culturais, representantes da Família do Desembargador Afonso Cláudio e grande massa popular, foi realizada, na Praça Costa Pereira, a ereção do busto do eminente e saudoso vulto da História do Espírito Santo, Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa.

Falaram, na ocasião, o Prof. Norbertino Bahiense e, em agradecimento, D. Judith Freitas de Almeida Mello, digna filha de homenageado. (Ambas as orações vão publicados em páginas desta Revista).

No início da solenidade, foram colocadas, no pedestal do monumento, palmas de flores, homenagem do Governo do Estado, do IHGES e da Comissão E. S. de Folclore.

O busto do Presidente Moscoso

No mesmo dia, foi prestada, no Parque Moscoso, expressiva homenagem ao Presidente Henrique Moscoso, com a reinauguração do seu busto numa das alamedas daquele recanto da Capital, falando no ato o Prof. Placidino Passos, Secretário Geral do IHGES. (Sua oração vai transcrita em páginas desta Revista).

Centenário de Moniz Freire

Emprestando seu apôio e sua colaboração às festividades que marcaram o centenário de nascimento do ilustre capitã Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire, o IHGES promoveu, na noite do dia 15 de novembro de 1961, sessão solene em homenagem ao eminente patricio, usando da palavra, como orador especialmente convidado, o consócio Dr. José Paulino Alves Junior, cuja bela conferência esta Revista publica no presente número.

Em nome da Família do Dr. Moniz Freire, falou, por solicitação de D. Dora Moniz Freire Rodrigues Torres o ilustre Professor Alarico de Freitas, presente à solenidade

Nova diretoria

Para o biênio 1963-965 é a seguinte a diretoria da "Casa do Espírito Santo": Presidente: Professor Christiano Ferreira Fraga. — 1.º Vice-Presidente: Professor Alberto Stange Junior. — 2.º Vice-Presidente: Professor Paulino Alves Junior. 3.º Vice-Presidente: Professor Guilherme Santos Neves. — Tesoureiro: Professor Ivo Amâncio de Oliveira. — Secretário Geral: Professor Renato José Costa Pacheco. — Orador: Professor Nelson Abel de Almeida. — Bibliotecário: Professor Afrodísio Pereira de Souza. Foi mantida a constituição das diversas comissões estatutárias.

Retrospecto

Seis anos de fecunda administração

Desejamos render homenagem, neste número, à diretoria cujo mandato, sucessivamente renovado, dirigiu os destinos da "Casa do Espírito Santo" no período de 12 de junho de 1957 a 12 de junho do corrente ano, a cuja frente se encontrava esta figura ímpar de indígeta da civilização espírito-santense, o Professor Ceciliano Abel de Almeida.

Novos sócios

Em sessões solenes tomaram posse os novos sócios Prof. Guilherme Santos Neves, Desembargador Cândido Marinho, Prof. Heribaldo Lopes Balestero, Prof. Afrodísio Pereira de Souza e Desembargador José Paulino Alves Junior. Foram eleitos sócios correspondentes o eminente Prof. Flaminio Fávoro, de São Paulo, e a distinta co-estaduana Profa. Judith Freitas de Almeida e Mello, da Guanabara.

Sessões solenes

O Instituto comemorou o sesquicentenário do nascimento do Marechal Manoel Luiz Osório, o cinquentenário do início do profícuo Governo Jerônimo Monteiro, os centenários dos ilustres capixabas Desembargador Afonso Cláudio de Freitas Rosa, Dr. Antônio Gomes Aguirre e Dr. Antônio Francisco Athayde.

Revista

A Revista do IHGES, que não vinha à luz desde 1944, reapareceu com estudos de interesse histórico e geográfico, tendo sido publicados os números 17 a 21, relativos ao período 1944-1960.

Ex-presidentes

No Dia do Capixaba de 1959, no salão nobre do Instituto, foi inaugurada a Galeria dos ex-presidentes do Instituto, justa homenagem aos que tanto contribuíram para o progresso da associação.

Colaboração com outras entidades

O IHGES tem-se destacado pela colaboração irrestrita com entidades congêneres, não só através de permuta de publicações, como oferecendo assistência técnica, participando das comemorações públicas do **Dia de Vitória**, e do **Dia do Capixaba**, defesa de nossas tradições, como no caso do desaparecimento das imagens do Convento de Nova Almeida e aparecimento dos destroços de uma caravela na baía do mesmo nome; participação da Comissão Julgadora do Concurso Literário instituído pela Assembléia Legislativa do Estado; participação da comissão de festejos do Centenário de Viana; apôio ao movimento pró-canonicalização do Venerável Padre José de Anchieta.

Homenagem a consócio

O Presidente da República Italiana condecorou nossa ilustre associada, Professora Maria Stella de Novaes com a **Estrela da Solidariedade**.

Sócios falecidos

Perdeu, neste período, o Instituto, o convívio dos consócios Américo Vespúcio de Oliveira, Carlos Dias de Miranda Cunha, Marcondes Alves de Souza Júnior, Alceu Moreira Pinto Aleixo, Atilio Vivacqua e João Bastos Bernardo Vieira.